



2008

**RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
LIPOR**

lipor 



2008

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
LIPOR



**MENSAGEM DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — 08/09**

ENQUADRAMENTO — 10/11

A LIPOR

- 2.1 O Sistema Integrado
de Gestão de Resíduos da LIPOR — 19/25**
- 2.2 O Governo da Organização — 25/30**
- 2.3 A visão, a missão e os valores da LIPOR
— os princípios da Sustentabilidade — 30/32**
- 2.4 As partes interessadas — Stakeholders — 32/44**
- 2.5 Análise de Materialidade — 45/51**
- 2.6 Riscos e Oportunidades — 51/54**
- Objectivos Organizacionais — 55**



O DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO

- 3.1 Desempenho Económico — 63/69**
Objectivos Económico-Financeiros — 70
- 3.2 Desempenho Ambiental — 71/91**
Objectivos Ambientais — 92
- 3.3 Desempenho Social — 93/121**
Objectivos Sociais — 122

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Relatório de Verificação — 129/130**
- Sumário dos conteúdos das directrizes da Global Reporting Initiative — 131/143**
- Glossário — 145/149**
- Notas Metodológicas — 150/153**



DR. José Macedo Vieira

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Se tivesse que registar um momento no ano que passou, com toda a certeza que a implementação do sistema de gestão da Responsabilidade Social e a sua certificação seria a grande marca que deixámos na LIPOR. • Efectivamente não foi fácil, ao longo do ano, desenvolver e implementar um Sistema de Gestão para a Responsabilidade Social. Sem dúvida que o empenho e o trabalho de todos foi decisivo para o sucesso deste projecto e claro, para a obtenção da certificação no final do ano. • Continuamos a acreditar, como no primeiro dia em que iniciámos este projecto que este é um passo importante para o crescimento da organização, e mais do que um fim em si é o caminho que nos motiva. • Esta evolução contínua que se sente no dia-a-dia é resultado de muitos anos de dedicação de todos os colaboradores e tem sido extremamente positiva, reflectindo-se no clima e no ambiente que se vive na organização. Como reflexo disto mesmo, congratulamo-nos pela obtenção de um importante reconhecimento do trabalho realizado, por parte daqueles que nos dizem mais, os nossos colaboradores e que nos permitiu obter o 24º lugar do ranking da revista Exame das melhores empresas para trabalhar. Esta é uma validação dos colaboradores para os colaboradores. • A par desta distinção, também externamente os nossos resultados foram reconhecidos pela atribuição do Prémio da Sustentabilidade, promovido pela Heidrick & Struggles, um prémio que muito nos honra e nos impele a continuarmos a trabalhar. O facto de sermos considerados a PME mais sustentável em Portugal é de facto excelente, até porque como Associação de Municípios estamos sujeitos a constrangimentos legais que nos limitam a acção. • Ainda em 2008 colocamos a Prevenção na ordem do dia ao organizarmos um projecto-piloto do que poderá vir a ser uma “Semana Europeia da Prevenção”, onde foram organizadas diversas iniciativas simultâneas das quais podemos destacar a Conferência Internacional “A Prevenção (Redução) na Produção de Resíduos” que pretendeu promover o debate e a apresentação de experiências sobre a Prevenção a nível Nacional e Europeu. • Outra questão elementar neste ano foi a publicação do Plano Estratégico para a Gestão Sustentável de Resíduos 2007-2016. Este é um documento fundamental para nós e que espelha as orientações estratégicas que guiarão o nosso trabalho nos próximos anos nas diferentes áreas operacionais e da sustentabilidade. Este Plano pretende funcionar como a linha condutora dos projectos a desenvolver, apresentando objectivos e metas concretas para os próximos anos. • Tendo já iniciado um conjunto de iniciativas em 2007 para diminuir o nosso impacto em relação às alterações climáticas, como a “Avaliação da Pegada Carbónica da LIPOR”, consubstanciámos este ano todas estas iniciativas no âmbito de uma estratégia nesta matéria, a estratégia 2M — menos resíduos, menos carbono. Esta estratégia pode ser resumida em três pontos chave que, estamos convencidos, nos permitirão reduzir o nosso impacto também neste caso — avaliar, agir e sensibilizar. No âmbito desta estratégia, iniciamos um conjunto de iniciativas, que

passam pela Prevenção, pela eficiência energética e pela utilização de combustíveis alternativos, para nomear algumas. • Um destes projectos está estritamente ligado à nossa estratégia de gestão dos Aterros Sanitários e passa pelo investimento em instalações de Valorização Energética do Biogás, nomeadamente nos Aterros Sanitários de Ermesinde e de Matosinhos, contribuindo também neste caso para a redução das emissões de GEE. Esta diversificação de fontes produtoras de energia é muito importante para nós passando a dispor de três locais ligados à Rede Eléctrica Nacional, produzindo cerca de 28Mwh de energia renovável. • Também no caso da Valorização Orgânica continuamos a aumentar a nossa produção anual e consequentemente as vendas. Este ano e de modo a diversificar o nosso mercado lançamos um novo produto, o “*Nutrimais Hortas e Jardins*”, mais adequado para utilização doméstica. Este composto mantém os mesmos parâmetros de qualidade, tentando, mais uma vez corresponder às expectativas dos nossos clientes. • Ainda este ano foi possível estreitar relações com os nossos parceiros e, ainda mais significativo, sistematizar esta abordagem de modo a responder de forma mais rápida e adequada às suas expectativas e necessidades. Utilizando como base a metodologia da AA1000, iniciamos um mecanismo de comunicação e envolvimento de stakeholders, que culminará com a realização de um Fórum Multistakeholders, já em 2009. Este trabalho de parceria tem sido fundamental para o sucesso da LIPOR e para os excelentes resultados que temos vindo a obter. • Apesar destes resultados, nalgumas questões não conseguimos dar uma resposta cabal que nos permitisse chegar ao patamar de excelência que tínhamos previsto. Assim, uma das questões que ficou adiada para o ano de 2009, apesar de todo o esforço colocado pelas equipas envolvidas foi a Certificação Integrada da Central de Valorização Orgânica. No entanto, dada a evolução do projecto, estamos certos que no próximo ano esta certificação será conseguida. • Por outro lado, também na questão da água retirada de fontes naturais, apesar de o resultado global ter sido largamente cumprido, no caso do Pólo da Maia não conseguimos cumprir os valores previstos. Este resultado foi fruto de questões estruturais que já estão resolvidas e que pensamos que nos permitirão regularizar esta situação no próximo ano. • Outra questão que nos deixa com vontade de fazer melhor é a questão da formação. Apesar de um aumento significativo no esforço de formação, não foi possível cumprir o objectivo traçado para cada colaborador de ter pelo menos 35 horas de formação. Este é também um desígnio para o qual continuaremos a trabalhar com afinco para o atingir. • Este foi um ano difícil em termos da conjuntura nacional e internacional e prevê-se que não haja melhorias para breve. Não tenho dúvida, no entanto, que vamos encarar os próximos anos com a mesma motivação e com esperança de que, com trabalho e empenho continuaremos a ser uma organização que caminha a passos largos para a Sustentabilidade. **DR. MACEDO VIEIRA**

Enquadramento

Esta é a quinta edição do Relatório de Sustentabilidade da LIPOR. Apesar de ser um volume independente este Relatório é editado em conjunto com o Relatório e Contas, permitindo complementar a informação financeira da organização com o reporte do nosso desempenho nas diferentes áreas da Sustentabilidade. • Apesar de serem dois documentos complementares, continuamos a optar por, em alguns casos, colocar informação relevante, nos dois documentos, permitindo, desta forma a sua consulta como documentos independentes. De qualquer modo, toda a informação económica apresentada neste Relatório pode ser complementada com a consulta do próprio Relatório e Contas. • Continuamos a publicar o Relatório de Sustentabilidade da LIPOR anualmente e considerando como período de análise o ano civil, sendo este relatório referente ao ano de 2008. • O Relatório de Sustentabilidade, seguindo o exemplo dos anos anteriores debruça-se sobre toda a organização da LIPOR, designadamente as unidades operacionais e as estruturas de apoio. Esta abordagem inclui também o reporte do desempenho das duas unidades concessionadas uma vez que consideramos que são também da nossa responsabilidade, apesar de indirecta, e daí que os seus resultados operacionais devam ser incluídos no Relatório. • O Relatório de Sustentabilidade de 2008 foi elaborado seguindo as directrizes da Global Report Initiative (GRI G3) de modo a observar o nível A. • Por outro lado, e pela segunda vez, foi realizada a Verificação do Relatório por uma entidade externa, o que nos traz uma maior fiabilidade dos dados apresentados. • A Verificação foi realizada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. e permitiu, além do aumento da fiabilidade dos dados a reportar uma melhoria do processo de recolha e compilação dos dados a reportar. Este facto assume especial importância, uma vez que todo o processo de reporte funciona também como uma importante ferramenta de trabalho e de avaliação do nosso desempenho. • O facto da informação apresentada estar verificada torna-a uma mais-valia ainda maior para os nossos stakeholders, melhorando ainda a comparação do nosso desempenho com o de outras empresas, através da comparação dos respectivos relatórios. • A consulta à nossa página da internet — www.lipor.pt — bem como às páginas específicas de alguns projectos permite complementar toda a informação disponibilizada neste Relatório. • Na página da LIPOR podem também ser consultados os Relatórios dos anos anteriores, onde está disponível informação sobre a evolução da nossa organização. • Ao longo deste Relatório e sempre que se justifique serão indicadas as ligações para as páginas dos vários projectos, onde poderão ser obtidas mais informações. • De modo a manter a qualidade e a clareza do Relatório, e uma vez que foram seguidas as directrizes do GRI G3, os princípios que estiveram subjacentes à sua realização foram os preconizados pelas directrizes, nomeadamente os princípios da Materialidade (ver página 45 *Análise de Materialidade*), da Inclusão de Parceiros e Partes Interessadas (ver página 32 *As Partes Interessadas*), a Abrangência (ver pá-

gina 45/46 Análise de Materialidade) e o Contexto de Sustentabilidade (ver página 45 Análise de Materialidade). • Em relação à informação disponibilizada, esta está organizada segundo as três vertentes da Sustentabilidade, a economia, o ambiente e a sociedade. De facto, os indicadores apresentados enquadram-se, a nosso ver, nestas áreas, sendo catalogados de acordo com a dominância do próprio indicador. Em cada uma destas áreas estão perfeitamente explicitados os aspectos materiais respectivos. Além destes aspectos, são apresentados outros que respondem mais directamente às directrizes do GRI G3, também integrados nestas vertentes. • Este é um processo de melhoria contínua em que queremos, não só cada vez mais fazer melhor, mas principalmente poder disponibilizar a informação que é mais relevante e fundamental para os nossos parceiros. Só assim faz sentido a edição deste relatório. • Neste sentido convidamos todos os nossos parceiros a nos enviar as suas opiniões e as suas sugestões, permitindo-nos tornar o Reporte um documento útil e fundamental para o trabalho de todos. • Este feedback, que desde já agradecemos, pode ser enviado para o contacto abaixo. Outras informações ou qualquer dúvida ou questão que possa surgir da leitura deste Relatório podem ser obtidas contactando-nos na nossa sede:

Nuno Barros
 LIPOR — Serviço Intermunicipalizado
 de Gestão de Resíduos do Grande Porto
 Gabinete de Sustentabilidade
 Apartado 1510
 4435-996 BAGUIM DO MONTE

TELF. +351 229 770 100
 FAX. + 351 229 770 137
 E-MAIL nuno.barros@lipor.pt

conformidade com o GRI G3

	opcional		obrigatório
	verificado pela GRI	verificado por terceiros	auto declaração
2002 "de acordo com"			
C			
C+			
B			
B+			
A			
A+			



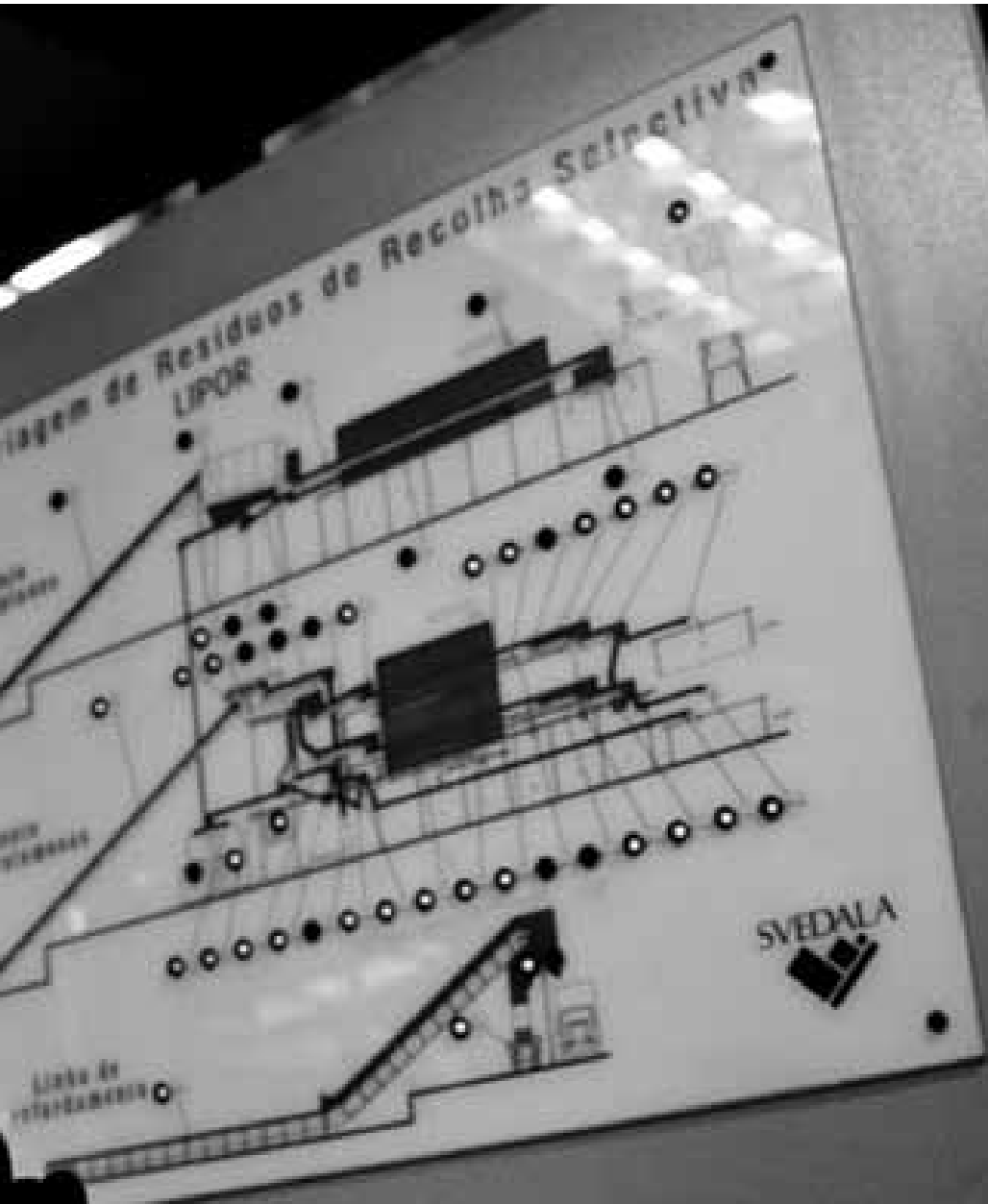














A LIPOR

- 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da LIPOR — 19/25**
- 2.2 O Governo da Organização — 25/30**
- 2.3 A visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da Sustentabilidade — 30/32**
- 2.4 As partes interessadas — Stakeholders — 32/44**
- 2.5 Análise de Materialidade — 45/51**
- 2.6 Riscos e Oportunidades — 51/54**
- Objectivos Organizacionais — 55**

2.1 O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA LIPOR

principais indicadores operacionais

resíduos recepcionados (ton)	2008	2007	2006	% 08 / 07
reciclagem multimaterial	55.470	49.884	48.800	11,20
valorização orgânica	37.146	30.730	19.000	20,88
valorização energética	383.553	419.389	375.564	- 8,54
confinamento técnico	63.308	27.185	83.465	132,88
total	539.477	527.188	526.829	2,33

resultados (EUROS)	2008	2007	2006	% 08 / 07
volume de negócios	34.786.557,76	34.358.088,00	29.875.552,51	1,25
resultado líquido	440.593,66	4.264.750,08	804.900,39	- 89,67

recursos humanos	2008	2007	2006	% 08 / 07
número de colaboradores	238	222	222	7,21
taxa de absentismo	5,30%	5,62%	6,23%	1,96
número de horas de formação	12.126*	7.665	5.301	58,20

* neste valor está incluída formação dada a colaboradores não directos da LIPOR

A LIPOR é uma Associação de Municípios que tem como objectivo fundamental a gestão e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos nestes mesmos municípios.

Abrangendo oito municípios da Área Metropolitana do Porto — Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde — cobre uma área de aproximadamente 650 km². A seu cargo tem a gestão de aproximadamente 500.000 toneladas de RSU produzidas anualmente pelos cerca de um milhão de habitantes dos seus Municípios associados.

Municípios associados da LIPOR



1 Porto / 2 Matosinhos / 3 Maia / 4 Valongo / 5 Gondomar / 6 Vila do Conde / 7 Póvoa de Varzim / 8 Espinho

área de influência 648km² população abrangida 972.301 habitantes (INE, 2004) produção de RSU (2008) 539.477 ton

De modo a dar a resposta mais adequada a esta elevada produção, a LIPOR tem desenvolvido um conjunto de infra-estruturas que se complementam e que permitem dar uma resposta cabal às quantidades de resíduos produzidas.

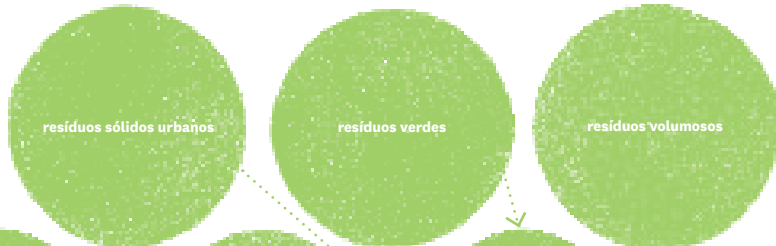
O sistema de gestão da LIPOR — a que chamamos Sistema Integrado — assenta em quatro áreas fundamentais, a Reciclagem Multimaterial, a Valorização Orgânica, a Valorização Energética e o Confinamento Técnico (Aterro Sanitário) e segue as orientações do PERSU II e da comunidade internacional, adoptando uma hierarquia de opções para a Gestão de Resíduos em que a Prevenção é a base de todo o trabalho.

A LIPOR tem apostado ao longo do desenvolvimento do seu projecto em tecnologias provadas e fiáveis que permitem uma maior segurança nas actividades e um melhor desempenho das unidades, desde a triagem e encaminhamento dos resíduos para a reciclagem até à sua deposição em Aterro controlado. O facto de o sistema ser integrado permite responder da forma mais adequada às necessidades e especificidades dos municípios e da sua produção de resíduos.

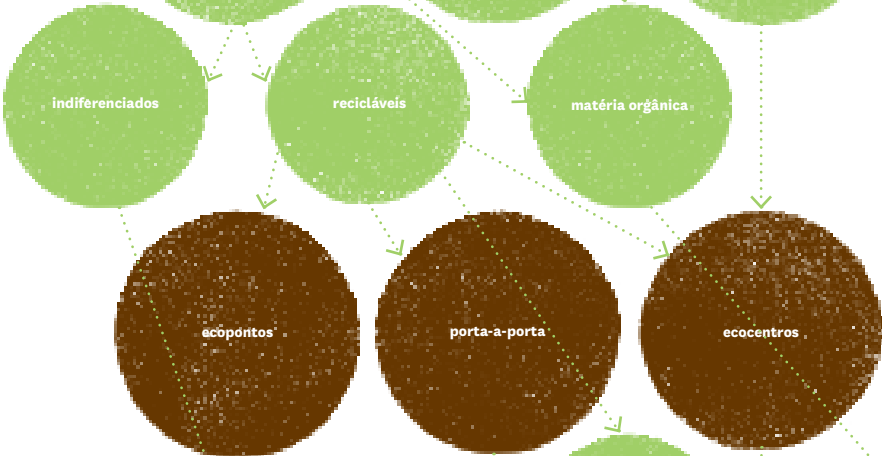
Esta flexibilidade torna o Sistema muito adaptável às diferentes condições que se encontram diariamente, permitindo seleccionar os processos adequados a cada tipologia de resíduos produzidos, contribuindo para uma Gestão de Resíduos cada vez mais Sustentável.

Sistema Integrado de Gestão de Resíduos

cidadão
produção e deposição



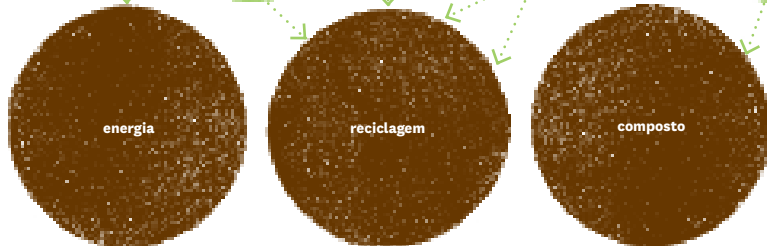
câmaras municipais
recolha e transporte



LIPOR
valorização e tratamento



clientes de produto
produtos/recursos



Um conjunto significativo de actividades e projectos complementares suportam e agregam os diferentes pilares do nosso Sistema. Neste caso podemos dar ênfase por exemplo à Prevenção ou às questões da Educação Ambiental, essenciais para o sucesso dos projectos implementados.

A Valorização Multimaterial

O sucesso do projecto de reciclagem multimaterial está muito dependente da participação e envolvimento dos cidadãos, pelo que o nosso esforço tem sido no sentido de reforçar a quantidade e a qualidade das infraestruturas de recolha à disposição dos cidadãos.

Neste momento estão instalados mais de 3.300 ecopontos, 22 ecocentros e 3 zonas de recolha selectiva porta-a-porta abrangendo cerca de 48.000 habitantes. Estas estruturas são complementadas por um conjunto de projectos de recolha selectiva específicos, como por exemplo o Ecofone.

O material separado é enviado para o Centro de Triagem onde é preparado (triado) e acondicionado para ser enviado para as indústrias recicladoras.

Este Centro tem uma capacidade de processamento de 35.000 toneladas/ano em duas linhas: uma linha de produtos planos, onde se procede à separação de cartão, papel de escritório e jornais e revistas e uma linha de produtos volumosos onde são separados os metais ferrosos e não-ferrosos, o cartão complexo e os e os plásticos que podem ser encaminhados para a reciclagem (PVC, PET, PEAD, filme e plásticos mistos).

Valorização Orgânica

Outra unidade fundamental no Sistema de Gestão da LIPOR é a Central de Valorização Orgânica que, com uma capacidade de tratamento de 60.000 toneladas por ano de matéria orgânica, permite produzir cerca de 20.000 toneladas de correctivo orgânico de elevada qualidade.

Para se obter um correctivo orgânico (Nutrimais) de óptima qualidade, na Central apenas podem entrar resíduos provenientes de circuitos de recolha selectiva (resíduos alimentares e resíduos verdes) pelo que o projecto contempla um conjunto de circuitos específicos de recolha de resíduos orgânicos em grandes produtores (restaurantes, cantinas, mercados, parques e jardins) que permitem a produção de um composto de excelente qualidade.

O sistema de compostagem instalado é em túnel e a Central funciona em regime contínuo (24 horas), sendo o funcionamento da unidade totalmente automatizada permitindo uma melhor optimização de todos os parâmetros do processo.

De modo a evitar o impacto dos odores no exterior, a Central de Valorização Orgânica é totalmente fechada estando dotada de um processo de tratamento do ar, através de um sistema de biofiltros.

Valorização Energética

Dadas as condições técnicas actuais, há ainda um conjunto significativo de resíduos que não podem ser valorizados pela reciclagem e pela compostagem.

Neste caso, estes resíduos (índiferenciados) são encaminhados para a Central de Valorização Energética, onde são incinerados de forma controlada, produzindo vapor e permitindo a obtenção de energia eléctrica. A produção de energia na Central ronda os 25 MWh, o suficiente para abastecer uma população de cerca de 150.000 habitantes equivalente.

Todo o processo de queima é rigorosamente controlado, estando a Central dotada de um complexo sistema de tratamento de gases, que permite que a quantidade de poluentes emitidos seja muito reduzida, estando em alguns casos muito abaixo dos limites impostos pela legislação em vigor.

Do processo de combustão resultam dois tipos de subprodutos, as escórias e as cinzas, que, depois de devidamente inertizadas, são enviadas para o aterro sanitário de apoio, especialmente desenhado para este tipo de resíduos.

Este Aterro, tem também uma célula para acondicionamento de resíduos brutos (não tratados), para suprir as paragens programadas para manutenção ou em caso de alguma paragem de emergência.

Projectos Complementares

Todo este Sistema tem como objectivos fundamentais a correcta Gestão dos Resíduos e a diminuição do seu impacto no ambiente que nos rodeia.

Esta salvaguarda e protecção do Ambiente desde sempre tem preocupado a LIPOR, tendo assumido um papel activo na implementação de acções e iniciativas com vista a um desenvolvimento mais sustentado da região, promovendo projectos inovadores na área da gestão de resíduos, que permitem um cada vez maior aproveitamento das suas potencialidades, designadamente na Reciclagem e na Compostagem.

Um extenso programa de actividades de Sensibilização e Educação Ambiental, desenvolvido pelo Gabinete de Informação LIPOR e pela Horta da Formiga e a potenciação das nossas infra-estruturas para Visitas de Estudo complementados por um investimento na formação de professores e educadores, tem permitido um melhor envolvimento e participação da comunidade em todas as nossas actividades.

Este esforço resulta da convicção de que o sucesso do projecto LIPOR depende em grande parte desta participação e envolvimento dos cidadãos.

Localização das diferentes infra-estruturas do Sistema LIPOR



1

Aterros sanitários encerrados

Alvo de projectos de Recuperação, Selagem e Requalificação Paisagística

2

Pólo Maia

Central de Valorização Energética

capacidade 400.000 ton/ano de resíduos indiferenciados

produção 200.000 MWh/ano de energia eléctrica

Aterro Sanitário da Maia

capacidade 520.000 m³

3

Pólo Ermesinde/Baguim do Monte — Sede da LIPOR

Centro de Triagem

capacidade 35.000 ton/ano de materiais recicláveis

Central de Valorização Orgânica

capacidade 60.000 ton/ano de resíduos orgânicos

produção 20.000 ton/ano de composto orgânico

Gabinete de Informação LIPOR — Educação Ambiental

14 eco-conselheiros

Horta da Formiga — Centro de Compostagem Caseira

1,6 ha de terreno para actividades relacionadas com a compostagem e agricultura biológica

Quando falamos no nosso “core business”, a Gestão de Resíduos, as variáveis são bastante diversas. No entanto, e de forma sistemática podemos identificar os vários elementos da cadeia de valor da LIPOR.

Assim, no que diz respeito aos clientes podemos dividi-los em dois tipos distintos, os clientes de serviço e os clientes de produto, cada um com características particulares. Em termos de clientes de serviço (Gestão de Resíduos) podemos destacar os Municípios e os Clientes Privados. A área de abrangência da LIPOR quanto a estes clientes é a área dos nossos Municípios Associados.

Em relação aos clientes de produto estes são mais diversificados, passando pelo sector energético (venda de energia eléctrica), os agricultores e industriais agrícolas (venda de compostos orgânicos) e os recicladores (venda de materiais para a reciclagem). Nestes casos podemos considerar a área de abrangência nacional, podendo em alguns casos haver necessidade de recorrer a algum cliente estrangeiro.

Consideramos ainda como clientes muito especiais a comunidade e os cidadãos. Estes são clientes indirectos, uma vez que a sua ligação é com os municípios e não com a LIPOR, no entanto serão a principal razão de existirmos e tentarmos resolver a questão dos resíduos da melhor maneira e de uma forma sustentável.

Das quatro unidades operacionais principais apenas uma é gerida directamente pela LIPOR — o Centro de Triagem. As restantes três unidades estão concessionadas a entidades externas através de Contratos de Exploração. A Central de Valorização Energética está concessionada à Port’Ambiente, o Aterro Sanitário à CITRUP e a Central de Valorização Orgânica à Hidurbe Mesquita, ACE.

Apesar de concessionadas o funcionamento destas unidades é seguido de muito perto pela equipa de Gestão da LIPOR. De facto, há uma proximidade muito grande entre as entidades envolvidas, permitindo um acompanhamento rigoroso dos processos e do seu desempenho, uma vez que a responsabilidade última pelo bom funcionamento destas unidades é assumida pela LIPOR.

Explicações mais detalhadas sobre o funcionamento das unidades operacionais e sobre o desenvolvimento dos nossos projectos podem ser consultadas na nossa página da internet em: www.lipor.pt

2.2 O GOVERNO DA ORGANIZAÇÃO

A LIPOR — Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto — congrega actualmente oito municípios do Grande Porto, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

A LIPOR está constituída como Associação de Municípios, tendo nos últimos anos sido diversa a legislação que foi regulamentando esta forma dos municípios se associarem como forma de potenciar sinergias e promover economias de escala, no âmbito das competências que, por lei, lhes estão cometidas.

Assim, a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, veio estabelecer o regime jurídico do Associativismo Municipal, revogando o anterior regime das Associações de Municípios (Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio),

O novo regime jurídico é o sexto em vinte e seis anos de actividade (Decreto-Lei n.º 266/81, de 15 de Setembro; Decreto-Lei n.º 99/84, de 29 de Março; Decreto-Lei n.º 412/89, de 29 de Novembro; Lei n.º 172/99, de 21 de Setembro; Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio e agora a Lei n.º 45/2008) e o terceiro nos últimos nove anos.

O novo diploma legal constituiu uma verdadeira mudança de paradigma face a todos os anteriores regimes jurídicos aplicáveis às Associações de Municípios. Isto porque, o Legislador, pela primeira vez, passou a considerar as Associações de Municípios de fins específicos como pessoas colectivas de direito privado.

No entanto e apesar desta alteração, verdadeiramente revolucionária e surpreendente, o Legislador manteve a obrigatoriedade das Associações de Municípios de fins específicos continuarem a estar sujeitas às seguintes disposições:

- ▶ Regime jurídico do Contrato Individual de trabalho na Administração Pública;
- ▶ Código dos Contratos Públicos;
- ▶ Lei de Organização e Processo de Tribunal de Contas;
- ▶ Regime Jurídico da Tutela Administrativa.

Apesar deste cenário, o Legislador concedeu, no Artigo 38.º, n.º 6 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que *“As associações de municípios de fins específicos constituídas até à entrada em vigor da presente lei podem manter em vigor a natureza de pessoa colectiva de direito público”*.

Nestes termos, e com base na norma legal supra referida, a Assembleia Intermunicipal da LIPOR deliberou, na sua reunião do dia 17 de Dezembro de 2008, manter a LIPOR com o Estatuto Jurídico de Pessoa Colectiva de Direito Público.

Sendo uma organização de cariz público, a LIPOR está sujeita aos ciclos políticos do poder local (eleições Autárquicas) pelo que apenas em casos excepcionais haverá alterações ao modelo de Governação.

A LIPOR foi constituída, por escritura pública, a 12 de Novembro de 1982 publicada na III Série do Diário da República de 10 de Dezembro.

De modo a acompanhar as alterações significativas ocorridas, nomeadamente a nível de instalações e projectos, sentiu-se a necessidade de alterar e adaptar os estatutos da Associação à realidade actual, pelo que estes sofreram uma profunda alteração, em escritura pública de 26 de Março de 2001, tendo sido publicados no Diário da República de 5 de Junho desse mesmo ano (III Série).

Os órgãos sociais da organização mantêm-se, nomeadamente a Assembleia Intermunicipal e o Conselho de Administração. A Gestão Executiva profissional da organização é assegurada pelo Administrador-Delegado, apoiado por um conjunto de Gabinetes e Departamentos, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dos vários projectos, como apresentado no organigrama seguinte.

A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da LIPOR e é composta pelo presidente e por dois vereadores de cada um dos municípios associados num total de vinte e quatro elementos. Entre as suas atribuições podemos destacar a aprovação do orçamento e dos planos de actividade da LIPOR e o Relatório, o Balanço e as Contas da Associação. A Assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano.

Assembleia Intermunicipal

Conselho de Administração

Administrador Delegado
DR. FERNANDO LEITE

Secretariado
AMÉLIA CAMILO

Gabinete de Relações,
Internacionais e Institucionais
DR.ª PAULA MENDES

Gabinete de Sustentabilidade
DR. NUNO BARROS

Gabinete de Controlo de Gestão
DR.ª MÓNICA MONTEIRO

Gabinete Jurídico
DR. JOSÉ LUÍS MARQUES

Gabinete de Obras,
Manutenção e Gestão de Frota
ENG.ª SÓNIA BATISTA

Gabinete de Informação LIPOR
ALEXANDRE VENTURA

Gabinete de Informática
ENG.º LUÍS PEDRO

Gabinete de Auditoria
ANA MOTA

Departamento Financeiro
DR.ª ISABEL COSTA

Departamento Administrativo
DR. FERNANDO BELÉN

Departamento de Aprovisionamento
DR.ª PATRÍCIA LEÃO

Departamento Recursos Humanos
DR.ª CLÁUDIA PACHECO

Departamento de Reciclagem
e Valorização Multimaterial
ENG.ª PATRÍCIA CARVALHO

Departamento de Valorização
Energética e Confinamento Técnico
DR. ABÍLIO ALMEIDA

Departamento de
Valorização Orgânica
ENG.ª BENEDITA CHAVES

Departamento de Novos Projectos
ENG.ª SUSANA LOPES

Departamento de Qualidade
Ambiente e Segurança
ENG.ª ISABEL NOGUEIRA

O Conselho de Administração é o órgão executivo, composto por cinco administradores efectivos e três suplentes, representando os municípios associados e eleitos pela Assembleia Intermunicipal entre os seus membros. O Conselho de Administração tem reuniões ordinárias semanais na Sede da LIPOR. Apesar de serem apenas cinco elementos efectivos, desde sempre que os oito elementos participam regularmente nas reuniões e nas decisões da organização, sendo implícito que o Conselho de Administração é constituído pelos oito administradores.

No que diz respeito à independência dos membros dos órgãos sociais (Assembleia Intermunicipal e Conselho de Administração) esta está garantida, uma vez que está dependente de um processo de escrutínio nas Eleições Autárquicas. De facto estes cargos são eminentemente políticos. Os Presidentes da Câmara eleitos são automaticamente designados para a Assembleia Intermunicipal da LIPOR. No caso dos restantes elementos, os mesmos são designados pelo próprio município, entre os Vereadores eleitos.

A Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho de Administração nomeia o Administrador-Delegado, que tem a seu cargo a gestão executiva profissional da Associação, contando com os Coordenadores dos diversos Gabinetes e Departamentos para o auxiliar. Estes Coordenadores fazem parte dos quadros da organização.

O modelo de Governação da LIPOR não prevê Administradores com pelouros específicos, sendo os diversos temas de gestão tratados a nível da Gestão Executiva, ou seja ao nível do Administrador-Delegado e dos Coordenadores.

Estes temas são revistos em reuniões mensais com todos os Coordenadores, onde é analisada e discutida a gestão corrente da organização. Semestralmente são avaliados os indicadores estratégicos e departamentais, permitindo uma análise do ponto de situação da organização e do seu desempenho.

Anualmente é realizada uma reunião estratégica onde são definidas as orientações de trabalho para o ano seguinte.

No que diz respeito à gestão das matérias relacionadas com a Sustentabilidade da organização a abordagem é a mesma. A estreita ligação entre o Gabinete de Sustentabilidade e os restantes Gabinetes e Departamentos implicados nesta área, como o Departamento de Recursos Humanos, o Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais e o Gabinete de Controlo de Gestão, em sintonia com o Administrador-delegado que acompanha de perto todo o processo, permite que haja uma grande facilidade e flexibilidade na abordagem do tema.

Normalmente a realização de reuniões semanais do Conselho de Administração permite um espaço de debate praticamente contínuo, pelo que não há dificuldades para os municípios associados (como accionistas) poderem fazer as suas recomendações.

Por outro lado há um conjunto de meios à disposição dos colaboradores que permitem que qualquer um possa fazer chegar à Administração as suas preocupações quanto à Governação. Logo à partida podem utilizar a Caixa de Sugestões, inclusive anonimamente. Podem ainda apresentar as sugestões e/ou reclamações directamente aos Coordenadores que darão o melhor seguimento às sugestões. No âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, os vários canais foram amplamente divulgados.

Existe também um Comité de Representantes dos Trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, que reúne com representantes da Administração e que são um meio privilegiado para colocar alguma recomendação ou apresentar alguma reclamação.

Avaliação do desempenho da Governação

O facto de a LIPOR ser uma Associação de Municípios resulta numa especificidade grande quanto aos modelos de Gestão e Governação, apresentando algumas diferenças em relação aos modelos de Governação mais comuns.

No nosso caso os Administradores não são remunerados, pelo que não pode haver qualquer ligação directa entre o desempenho da organização e a sua remuneração. Isto acontece também com os membros da Assembleia Intermunicipal.

No caso do Administrador-delegado a remuneração é definida pela legislação, nomeadamente a Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, das remunerações da Função Pública e portanto também é independente do desempenho da organização.

A LIPOR tem encarado a questão dos conflitos de interesse com pouca preocupação, uma vez que os Administradores são representantes dos diferentes municípios no Conselho de Administração e portanto têm como função adicional defender os interesses do município no âmbito das actividades da LIPOR.

Uma vez que o Conselho é constituído por oito administradores, representando cada um dos oito municípios, assume-se facilmente que é conseguido um equilíbrio nas decisões tomadas.

A questão da adequação dos Administradores à função, bem como a avaliação das suas qualificações é da responsabilidade do município, uma vez que é o próprio município que indica quem são os seus representantes nos órgãos sociais da LIPOR, não havendo nenhum processo adicional para a determinação das suas qualificações para o cargo.

Em relação à selecção do Administrador-delegado, esta foi baseada na sua experiência no sector dos resíduos e na sua adequação à função.

A sua recondução neste cargo pelos sucessivos Conselhos e Administração tem sido fruto dos resultados apresentados, bem demonstrativos das suas capacidades para o cargo.

Na gestão diária da organização, a Administração tem a acompanhá-la um conjunto de coordenadores de área que a assessoram, aumentando a sua capacidade de Governação, principalmente nas áreas técnicas, nomeadamente no domínio das vertentes da sustentabilidade através do coordenador do Gabinete de Sustentabilidade.

Continuamos a utilizar as ferramentas de Balanced Scorecard como forma de acompanhar o nosso desempenho através de indicadores bem definidos e que nos permitem reflectir e avaliar a nossa Visão Estratégica — a Sustentabilidade — nas suas diferentes vertentes. Por inerência este desempenho é reflexo do desempenho da Governação permitindo, indirectamente a sua avaliação. Dada a natureza do nosso Conselho de Administração não estão instituídos processos formais para a auto-avaliação do seu desempenho em nenhuma área específica.

Complementarmente o Conselho de Administração tem ao seu dispor um conjunto de ferramentas que lhe permitem analisar o desempenho da própria organização e assim acompanhar de perto os resultados nas diferentes áreas. Por um lado o processo de revisão pela ges-

tão do desempenho nos sistemas de gestão implementados e certificados (ISO 9001:2000, ISO 14001:2004, OSHAS ISO 18001/ NP 4397 e SA 8000), abordando as vertentes da qualidade, ambientais, de higiene e segurança e inclusive da responsabilidade social. Por outro lado as ferramentas de análise económico-financeira e os Reportes do Gabinete de Controlo de Gestão na vertente económica. A utilização destas ferramentas pela Administração permite um acompanhamento muito rigoroso de todo o desempenho da organização.

2.3 A VISÃO, A MISSÃO E OS VALORES DA LIPOR — OS PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE

Declaração de Princípios para a Gestão

Tem sido notório, nos últimos anos o empenho e o papel que a LIPOR tem tido na promoção da Sustentabilidade. Este esforço tem como base o próprio compromisso da organização com o Desenvolvimento Sustentável e o trabalho realizado internamente nas suas diversas vertentes.

Este papel é reflexo do compromisso assumido pela Administração, cada vez mais empenhada numa estratégia conducente a uma Gestão Sustentável dos resíduos, e trabalhando para que estes objectivos sejam encarados como uma forma de estar da organização.

O Conselho de Administração da LIPOR reafirmou mais uma vez a vontade de continuar a trilhar este caminho, comprometendo-se com a Declaração de Princípios que serve, e servirá, de fio condutor para todo o trabalho de Gestão da nossa organização nestes próximos anos:

Declaração de Princípios para a Gestão



A Missão, a Visão e os Valores

A aspiração da LIPOR em querer ser uma organização de futuro, uma organização que pauta a sua actuação pelos princípios do desenvolvimento sustentável, tem sido a motivação para o trabalho de todos os colaboradores.

Queremos ser, de facto, cada vez mais uma organização sustentável e com um desempenho de Excelência.

Este empenho e esta motivação estão bem patentes na nossa Missão, na nossa Visão de futuro e nos Valores em que acreditamos.

Apesar da definição destes princípios ter sido da responsabilidade da Gestão de Topo, eles reflectem claramente a forma de pensar de toda a organização, espelhando um compromisso que pretende levar a LIPOR a um novo patamar no caminho do Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, este ano a nossa Visão foi redefinida, integrando também esta questão que já há muito tempo era para nós extremamente importante — a Responsabilidade Social.

Saber o que nos inspira e ter a noção do caminho a seguir é fundamental para, com confiança e com o empenho de todos consigamos atingir os objectivos a que nos propomos. Queremos fazê-lo com todo o respeito pelos valores em que acreditamos, não colocando nunca em causa as nossas convicções.

A análise destes princípios e da nossa Visão, Missão e Valores mostram bem que o nosso objectivo de longo prazo é seguir o caminho da Sustentabilidade.

Não obstante, a LIPOR assume de forma mais concreta este compromisso com os três pilares do Desenvolvimento Sustentável, definindo um conjunto de Princípios de Sustentabilidade que servem como linha orientadora para o trabalho diário da organização.

*A Visão, a Missão e os Valores da LIPOR
pode ser consultada em: www.lipor.pt
LIPOR → Missão, Visão e Valores e Política*

Princípios da Sustentabilidade da LIPOR

- ▶ promover o **crescimento e desenvolvimento** da organização, criando valor intrínseco para os stakeholders.
- ▶ **proteger o ambiente**, investindo em processos e tecnologias mais limpas, apostando em projectos de requalificação ambiental e sensibilizando as populações para a adopção de atitudes ambientalmente correctas.
- ▶ proporcionar aos colaboradores as condições ideais para o seu **crescimento profissional e pessoal**, nomeadamente a nível das condições de higiene e segurança, da remuneração justa, formação e do envolvimento da organização com cada um.
- ▶ contribuir para o **desenvolvimento da comunidade** em que nos inserimos, fomentando actividades culturais e educativas e promovendo e apoiando iniciativas de cariz social.



2.4 AS PARTES INTERESSADAS — STAKEHOLDERS

Neste momento é claro para todas as organizações, que não estamos sozinhos no nosso trabalho do dia-a-dia. Também para a LIPOR é óbvio que a interdependência dos vários parceiros na esfera de influência da nossa organização é cada vez maior, trazendo mais-valias ao nosso desenvolvimento, mas podendo também pôr em causa o nosso desempenho e o nosso trabalho.

Com esta ideia em mente continuamos a trabalhar para cada vez mais envolver todos os nossos parceiros e perceber as suas necessidades e aspirações, de forma a podermos dar a melhor resposta às suas necessidades e expectativas.

No sentido de concretizar estas aspirações de melhoria do processo de envolvimento de stakeholders e aproveitando o trabalho de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a norma SA 8000, foi aplicado um processo de identificação e hierarquização dos nossos stakeholders, na tentativa de definir quais os grupos fundamentais para a organização, de acordo com os passos seguintes:

- ▶ Listagem dos diversos Parceiros;
- ▶ Primeira selecção de acordo com critérios específicos;
- ▶ Posicionamento de acordo com uma matriz influência/ dependência;
- ▶ Avaliação da metodologia de envolvimento já utilizada;
- ▶ Sistematização de novas metodologias de abordagem aos Parceiros.

Este trabalho foi realizado por um dos Grupos de Trabalho criados no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social. Assim, o trabalho iniciou-se pela listagem exaustiva de todos os possíveis parceiros e entidades que poderiam ter alguma ligação connosco.

A estas partes interessadas encontradas foi aplicada uma matriz de influência/ dependência (tendo em atenção a sensibilidade do negócio) que permitiu aferir quais os parceiros mais importantes para o nosso trabalho do dia-a-dia e para o nosso futuro.

matriz influência/ dependência de stakeholders

		influência do stakeholder na Organização (ou objectivo, projecto ou linha de negócio)			
		sem influência	influência reduzida	alguma influência	alta influência/ poder formal
dependência do stakeholder da Organização (ou projecto, ou linha de negócio...)	dependência alta — os stakeholders não têm escolha			<ul style="list-style-type: none"> ▶ municípios ▶ clientes serviço 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ colaboradores ▶ população ▶ exploradores
			outros sistemas de gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ fornecedores ▶ clientes produto <p style="color: green; font-size: small;">ameaça ou oportunidade estratégica investir no envolvimento dos stakeholders, de forma a compreender as suas necessidades e expectativas e desenvolver soluções</p>	
	dependência baixa — os stakeholders têm escolha um vasto leque de escolha		universidades escolas	<ul style="list-style-type: none"> sindicatos juntas de freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> entidades reguladoras instituições financeiras
			seguradoras outras associações	<ul style="list-style-type: none"> órgãos de comunicação social associações não governamentais de ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> conselho de administração

Esta matriz permitiu identificar os parceiros que representam uma oportunidade ou ameaça estratégica, ou seja aqueles que se localizam no quadrante de Alta Dependência/Influência, tendo sido seleccionados como os parceiros a envolver de forma mais formal numa primeira fase.

Uma forma encontrada para sistematizar este trabalho de envolvimento com os nossos stakeholders e formalizar a auscultação dos stakeholders foi a realização de um Fórum Multistakeholder. Este Fórum além de permitir perceber as melhorias a realizar no processo de comunicação, permitiu perceber quais as questões mais relevantes no reporte de sustentabilidade da LIPOR, reforçando a participação dos stakeholders na definição dos conteúdos do Relatório.

Apesar do principal objectivo do Fórum ser avaliar a eficácia dos mecanismos de comunicação com os stakeholders, foi possível ao mesmo tempo perceber quais as questões consideradas materiais pelos parceiros quer a nível do trabalho desenvolvido quer a nível do Reporte.

Apesar de os resultados não serem os esperados, este primeiro exercício levou-nos a compreender melhor a importância do envolvimento dos parceiros num trabalho de parceria efectiva.

Além disso, ficou claro que o Reporte da Sustentabilidade é um documento muito importante e que é do interesse de todos que realmente funcione como uma ferramenta de trabalho para os stakeholders.

É óbvio que o facto de ter sido realizado o Fórum e se tentar tornar o envolvimento mais formal não implica que todos os nossos relacionamentos anteriores não sejam mantidos, sendo até reforçados em alguns casos. Com efeito o facto de a comunicação ser muitas das vezes informal torna o relacionamento mais fácil e produtivo, facilitando a ligação com as diversas entidades.

Dada a diversidade de parceiros que a LIPOR tem, é natural que os canais de comunicação utilizados sejam também diferentes e adaptados às especificidades de cada stakeholder, podendo ir desde reuniões presenciais até relatórios e inquéritos de satisfação. Esta forma de abordagem permite uma análise mais completa da percepção dos stakeholders sobre todas as áreas da organização que são âmbito deste reporte.

O diálogo frequente com todos os parceiros permite identificar um conjunto de questões e sugestões levantadas, extremamente importantes para nós. Esses temas são sistematizados no quadro seguinte:

stakeholder	mecanismos de envolvimento existentes	periodicidade	principais questões levantadas
municípios associados (accionistas)	relatórios de progresso (a, qualidade das descargas, acompanhamento técnico)	mensal	redução de custos da gestão de resíduos; equilíbrio financeiro da organização; tarifa de equilíbrio vs tarifa praticada; manutenção da qualidade dos projectos; desenvolvimento de novos projectos; projecção da LIPOR (marca) pela protecção ambiental.
	reuniões do conselho de administração	semanal	
	plano e orçamento, relatório e contas e relatório de sustentabilidade	anual	
	fórum multistakeholder	anual	
municípios associados (clientes de serviço)	prospector/consultor	contínua	gestão de infra-estruturas de recolha; pareceres técnicos; formação; informação e sensibilização; tarifas.
	relatórios de progresso (quantitativos, reciclagem multimaterial, qualidade das descargas, acompanhamento técnico)	mensal/semestral/anual	
	seminários/workshops (ex: contratação pública; balanced scorecard; desenvolvimento sustentável)	ao longo do ano	
	reuniões periódicas com os técnicos	ao longo do ano	
	formação específica para técnicos municipais	ao longo do ano	
	fórum multistakeholder	anual	
clientes de produto	reuniões periódicas	mensal	qualidade dos produtos fornecidos; cumprimento das especificações dos materiais.
	inquérito de satisfação aos clientes	anual	
	reuniões para definição das especificidades e valores de contrapartida para os materiais	anual	
	fórum multistakeholder	anual	
clientes privados (clientes de serviço)	elemento de ligação definido	contínuo	informação e sensibilização; resposta às suas solicitações (tipos de materiais a entregar na LIPOR).
	acção clientes (sessão para apresentação dos resultados operacionais)	anual	
	desenvolvimento de projectos de parceria	ao longo do ano	
	visitas técnicas	ao longo do ano	
	inquérito de satisfação de clientes	anual	
clientes especiais (clientes de serviço)	prospector/consultor	anual	gestão das infraestruturas e equipamentos; capacidade de resposta; qualidade do serviço.
	relatórios de qualidade das descargas	mensal	
	inquérito de satisfação de clientes	anual	
outros sistemas de gestão de resíduos	projectos de parceria	contínua	cooperação; melhores tecnologias disponíveis; colaboração no desenvolvimento de projectos.
	realização de encontros inter-sistemas	anual	
	participação em associações do sector (AVALER, ACR+)	contínua	
colaboradores	estudo de clima social	bienal	melhoria das condições de trabalho; melhor remuneração; mais informação e sensibilização; melhoria das competências; progressão na carreira.
	grupos de trabalho (agentes da mudança, chefias intermédias)	contínua	
	caixa de sugestões	contínua	
	acções desenvolvidas no âmbito do projecto estratégico (eventos/seminários internos/ "um tema ao almoço", etc	ao longo do ano	
	comissão de trabalhadores	contínua	
	boletim interno	mensal	
	acções de formação (internas e externas)	ao longo do ano	
	acção de comunicação SA 8000	semestral	

stakeholder	mecanismos de envolvimento existentes	periodicidade	principais questões levantadas
comunidade (cliente indirecto)	barómetro de opinião	quadrimestral	projectos de educação e sensibilização ambiental; melhor serviço de recolha; mais ecopontos; mais informações sobre como separar os resíduos; pouco impacto no ambiente e na comunidade;
	campanhas de sensibilização temáticas	esporádico	
	campanhas de sensibilização de proximidade (acções GIL nas escolas)	contínua	
	páginas na internet	contínua	
	newsletters	mensal	
	ecolinha (linha grátis)	contínua	
	seminários/acções de formação	ao longo do ano	
	comissões de acompanhamento	quando justificável	
	fórum multistakeholder	anual	
operadores das centrais	acção clientes	anual	ligação estreita entre as entidades e fácil comunicação;
	iniciativas de parceria	contínuo	
	seminários e workshops	esporádico	
	reuniões de exploração — LIPOR/operadores	mensal	
	presença de técnico responsável pela ligação com os operadores (dr. Abílio Almeida, eng. Susana Lopes)	contínuo	
fornecedores	avaliação de fornecedores	semestral	cumprimento dos prazos de pagamento; tempo de resposta na adjudicação; transparência; diminuição da burocracia na contratação.
	fórum multistakeholder	anual	

2.4.1 Colaboradores

As nossas maiores preocupações continuam a ser com os nossos colaboradores. De facto, são eles os grandes responsáveis pela qualidade do trabalho realizado na LIPOR e, a nosso ver, um dos mais importantes parceiros da própria organização.

Efectivamente, seria impossível chegar a um nível de desempenho tão elevado sem o envolvimento e o empenho dos nossos colaboradores.

Para manter esta motivação ao longo do tempo e ao mesmo tempo corresponder, na gestão diária, às suas expectativas é fundamental uma ligação muito forte com todos os colaboradores, baseada numa comunicação eficaz e bidireccional entre os vários níveis da organização.

A Intranet da LIPOR continua a funcionar de forma expedita e simples, sendo uma das melhores formas de comunicação entre os diferentes técnicos da LIPOR, permitindo a partilha rápida e eficaz de documentos, formulários e informações úteis sobre projectos e iniciativas. A única limitação é o facto de não estar, ainda, disponível para todos os colaboradores.

Também o Boletim Interno “*a LIPOR por dentro*” é um meio de comunicação muito importante para a nossa organização. Apesar de ser um meio unidireccional, permite transmitir a todos os colaboradores as diversas iniciativas, projectos e eventos que vão acontecendo na nossa organização.

Com diversas rubricas e informações que tentam ir ao encontro das necessidades dos colegas, o Boletim tem um espaço à disposição dos colaboradores, onde estes podem expressar as suas ideias e a sua visão da organização. O Boletim Interno continua a ser distribuído em versão papel e a estar disponível na Intranet.

A “Caixa de Sugestões” continua também a ser uma forma preferencial de comunicação dos colaboradores e principalmente uma forma de fazer chegar as necessidades e as sugestões de melhoria à Gestão de Topo e à Administração. Com a implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, o nome foi alterado para “Caixa de Preocupações”, passando também a servir como forma de passar as preocupações no âmbito da Responsabilidade Social à Gestão. Estas preocupações podem ser colocadas de forma anónima, facilitando o reporte de situações mais delicadas.

Todos os colaboradores são incentivados, apesar de todos estes canais de comunicação e informação, a manter um relacionamento próximo e cordial com os colegas, nomeadamente entre diferentes níveis hierárquicos, de modo a facilitar a comunicação entre todos e melhorar o bem-estar e o desempenho na organização.

O Diagnóstico do Clima Organizacional

Para a LIPOR uma ferramenta indispensável para auscultação de um dos seus stakeholders mais importante — os colaboradores — é a realização do Diagnóstico do Clima Organizacional. Este estudo permite não só verificar as suas preocupações em relação às questões laborais e da organização mas também perceber as suas expectativas em relação ao futuro.

Tendo sido realizado no ano passado um estudo abrangendo toda a organização, e sendo este estudo bienal, apenas será realizado novamente em 2009.

De qualquer modo o estudo de 2007 permitiu de forma clara avaliar e verificar quais as reais preocupações dos nossos colaboradores. Este estudo foi bastante significativo, uma vez que obtivemos um índice de participação de 84,1%, o que é bastante elevado.

Esta é sem dúvida a forma mais útil de feed-back que disponibilizamos aos nossos colaboradores pois é uma auscultação directa através de uma entidade externa, e que acaba por reflectir o sentimento de toda a organização, filtrando interpretações dúbias e melhorando a transparência nos processos comunicacionais.

Durante o ano de 2008 continuou-se a tentar resolver e minimizar as questões que foram levantadas no Estudo de 2007, com especial enfoque para as questões da comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos e a melhoria das condições de trabalho. Em termos do trabalho na comunicação continuamos a investir num projecto de formação específica para as Chefias Intermédias, onde além da formação se promove a partilha e o espírito de ajuda.

Em relação às questões de Segurança, este trabalho já vem de trás, começando a notar-se melhorias muito significativas nas condições de trabalho dos nossos colaboradores e na renovação de espaços com vista à melhoria das condições de segurança. Claro que este é um trabalho contínuo e que estamos certos que trará óptimos resultados no curto e médio prazo.

2.4.2 Municípios

Como já foi referido anteriormente, os Municípios ocupam uma posição muito particular como parceiros da LIPOR, apresentando algumas particularidades. De facto estes têm um duplo papel que os coloca numa posição de relevo na organização. Por um lado são nossos accionistas e têm assento nos órgãos superiores da Associação, ou seja no Conselho de Administração e na Assembleia Intermunicipal. Por outro lado são ao mesmo tempo nossos clientes de serviço mantendo connosco uma relação marcadamente fornecedor-cliente.

Este posicionamento duplo do Municípios acaba por ser uma vantagem em termos de canais de comunicação, permitindo um contacto muito mais rápido e fluído, quer quando abordamos questões de Gestão, quer quando abordamos questões técnicas.

No entanto, temos que fazer um esforço adicional na disponibilização de informação e na utilização de canais de comunicação de modo a evitarmos incompatibilidades nos projectos, nas iniciativas e nas decisões.

Claro que o facto de os Municípios fazerem parte do Conselho de Administração e estarem presentes de forma regular na LIPOR permite um contacto muito alargado com todos eles e, acima de tudo, um maior controlo e acompanhamento das actividades desenvolvidas.

O Conselho de Administração reúne todas as semanas, havendo por isso um contacto constante entre esta estrutura executiva e a gestão de topo da organização, sendo imediata a comunicação dos resultados, bem como de todos os dados técnicos e operacionais da LIPOR. Com efeito, a proximidade permanente permite um acompanhamento, pela administração, de todos os projectos em curso, melhorando a sua capacidade de intervenção e de gestão de toda a organização.

Quando abordamos os Municípios na perspectiva de clientes de serviço temos a preocupação de identificar as suas necessidades e expectativas de modo a podermos melhorar de forma contínua o serviço prestado. Neste caso, e dadas as suas particularidades tentamos envolvê-los em processos comunicacionais mais pró-activos, normalmente através de encontros e reuniões com as Equipas Técnicas. Neste âmbito promove-se uma comunicação próxima e informal com o objectivo principal de trocar informações e resolver problemas de forma rápida e eficaz.

Além deste envolvimento com os Municípios, e uma vez que são um parceiro fundamental para nós, fazemos um esforço adicional para que tenham à sua disposição as ferramentas necessárias para que possam acompanhar o nosso trabalho da melhor forma, nomeadamente pela promoção de acções e iniciativas técnicas que nos permitam melhorar as competências como encontros de Formação Complementar para Técnicos das Câmaras.

Além destes workshops específicos os Técnicos das Câmaras nossas Associadas têm sempre um lugar de destaque em todas as nossas iniciativas e são parceiros estratégicos de grande parte dos projectos, estreitando assim a ligação com a LIPOR e aumentando o seu envolvimento nos projectos. A criação da figura do Prospector/Consultor, como forma de resposta a algumas necessidades de desenvolvimento de projectos específicos acabou por ser uma aposta ganha, e na qual vamos continuar a trabalhar, que tem estreitado ainda mais a relação de parceria entre as Câmaras Municipais e a LIPOR, contribuindo para o sucesso dos projectos desenvolvidos.

2.4.3 Clientes

Cada vez mais os nossos clientes são fundamentais para nós. De facto, apesar de sermos uma organização que não visa o lucro, a criação de boas ligações com os nossos clientes e o cumprimento das suas expectativas quer em termos de produtos quer em termos de serviços prestados são fundamentais para que possamos crescer e cumprir os nossos objectivos. Só com clientes satisfeitos e a trabalhar connosco em parceria é que podemos atingir a excelência no nosso desempenho.

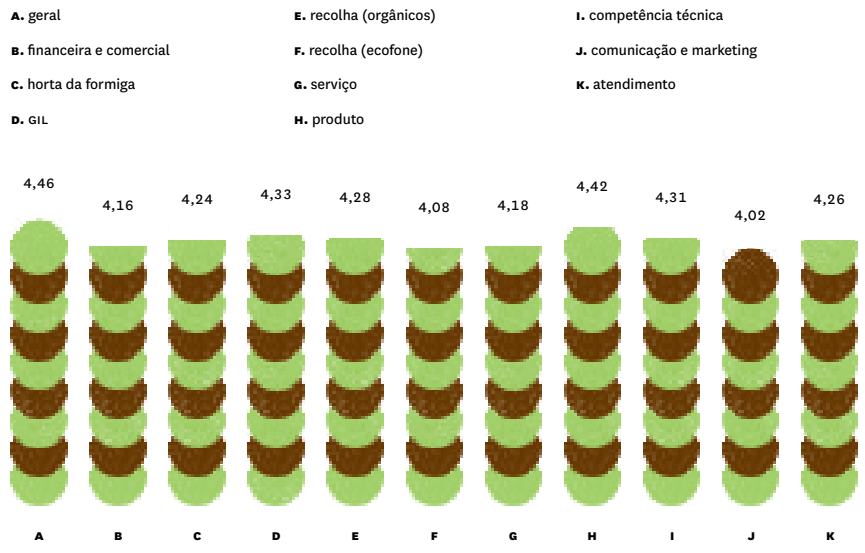
Dando continuidade ao sistema de avaliação da satisfação dos clientes realizado nos anos anteriores, mantivemos a utilização de uma plataforma em ambiente Web à qual todos os clientes seleccionados têm acesso. Estes resultados são depois consolidados na Intranet da Qualidade, onde a nossa equipa de gestão tem acesso aos resultados dos vários inquéritos de satisfação.

Do mesmo modo que no ano passado, os inquéritos a responder pelos clientes de algumas áreas e serviços como os do Ecofone, do GIL e da Horta da Formiga foram distribuídos em papel, tendo as respostas sido inseridas no sistema à posteriori. Nestes casos, e dado o elevado número de clientes são realizados inquéritos aleatórios a uma amostra.

O gráfico seguinte mostra os resultados da Avaliação de Clientes em 2008. Refira-se que este ano foi adicionado um novo cliente, o cliente de recolha de resíduos orgânicos.

Numa perspectiva geral, podemos verificar que o grau de satisfação global subiu em relação ao ano passado, o que é bastante positivo para nós. Esta subida é resultado, principalmente da melhoria da qualidade dos produtos, reflexo do trabalho realizado a nível dos processos das unidades operacionais.

Satisfação Global de Clientes



O envolvimento e a comunicação com os nossos clientes tem sido muito importante para a melhoria do nosso trabalho e da sua satisfação com os nossos produtos e serviços. Continuamos em 2008 a realizar a Acção Clientes, espaço dedicado aos nossos clientes e onde se promove a discussão de assuntos de relevância para ambas as partes e permite a troca de experiências com ganhos para todos.

Também este ano foram realizadas duas acções, uma em Maio e outra em Dezembro onde foi realizada a comunicação dos resultados operacionais e da qualidade.

Nestas duas acções contabilizamos um total de 78 representantes de nossos clientes, dos quais podemos destacar os Municípios Associados da LIPOR, os operadores privados de gestão de resíduos, os recicladores, entre outros.

Um dos pontos altos da Acção Clientes é a entrega do Prémio “*Cliente do Ano*” que pretende distinguir o cliente que mais colaborou para a qualidade do serviço da Lipor e ao mesmo tempo potenciar o desempenho dos nossos clientes quer em termos de quantidades valorizadas como qualidade dos materiais. O “*Cliente do Ano*” em 2008 foi a Sociedade Ponto Verde.

2.4.4 Fornecedores

Uma das questões principais a nível dos fornecedores na LIPOR, e que é comum a outras entidades públicas, é a limitação legal que se coloca à sua livre selecção. De facto toda a política de aquisição de bens e serviços está definida na legislação do Código de Contratos Públicos que impõe regras bem definidas para a selecção e contratação de fornecedores. Esta legislação tem subjacente o objectivo de manter a imparcialidade na selecção de Fornecedores.

No entanto, este facto não implica que os Fornecedores seleccionados não sejam submetidos a uma avaliação rigorosa do seu desempenho.

Esta avaliação é cada vez mais importante para nós, uma vez que estando certificados pela norma SA 8000 temos que ter em atenção no nosso trabalho do dia-a-dia toda a cadeia de valor da organização, nomeadamente os fornecedores.

Neste sentido, o Sistema de Avaliação de Desempenho de Fornecedores implementado permite a verificação da qualidade dos produtos e dos serviços prestados pelos nossos fornecedores. A avaliação realizada baseia-se num conjunto de parâmetros pré-definidos, divididos em três áreas distintas, a Qualidade do Produto e do Serviço, as questões Comerciais e a parte Administrativa.

Os fornecedores são ainda organizados por Categoria de Serviço prestado, conforme apresentado na tabela seguinte. Também nesta tabela se pode verificar que a avaliação dos fornecedores tem sido bastante satisfatória nas diversas áreas de actuação.

categoria	avaliação
análises	73,5
explorador	93,8
formação	91,2
manutenção	85,4
obras	85,3
produto	90,2
retomador/reciclador	87,1
serviço	88,0

Sendo este um processo que tem como objectivo a melhoria do relacionamento e da qualidade dos serviços prestados, são enviados relatórios de *feed-back*, com sugestões de melhoria a todos os fornecedores que tenham uma Avaliação inferior a 70%. Caso a Avaliação seja inferior a 60%, o fornecedor é rejeitado logo à partida.

Como exemplo de situações detectadas e reportadas aos respectivos fornecedores ao longo deste ano podemos referir o cumprimento das datas agendadas para as entregas e o cumprimento de procedimentos administrativos, entre outros.

2.4.5 Os Cidadãos e a Comunidade

Um parceiro que ocupa uma posição especial para nós é o cidadão e a comunidade onde estamos inseridos. Se por um lado não há uma ligação directa em termos do processo com o cidadão, uma vez que o nosso trabalho é realizado através das Câmaras Municipais, por outro o nosso trabalho e o nosso impacto na comunidade faz-se sentir de forma significativa no cidadão. A acrescentar a isto temos o facto, importantíssimo, de que o sucesso dos nossos projectos está dependente do envolvimento da comunidade nas diversas iniciativas e actividades da LIPOR. Ao longo destes últimos anos temos trabalhado com a comunidade de modo a promover este mesmo envolvimento e a participação dos cidadãos nos nossos projectos. A aposta numa política de transparência e abertura junto da comunidade tem permitido criar uma forte relação de confiança entre a Lipor e a comunidade de que fazemos parte.

Actualmente a internet assume-se como uma ferramenta de divulgação importantíssima, e com uma abrangência enorme, pelo que não deve ser descurada. Assim, uma parte muito importante da informação a disponibilizar aos nossos parceiros está nas nossas páginas na internet. Um conjunto de páginas, divulgadas também ao longo deste Relatório, permitem a qualquer visitante ficar com uma perspectiva muito completa da LIPOR e dos diferentes projectos desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, a disponibilização dos endereços de correio electrónico por áreas permite um fácil acesso a informação adicional e tem sido utilizado como ferramenta de comunicação e pedido de informações diversas, estando cada vez mais a ocupar um espaço importante na comunicação bidireccional, funcionando como uma forma expedita de os cidadãos nos fazerem chegar as suas preocupações.

No entanto, e complementando esta ferramenta, continuamos a disponibilizar uma linha gratuita que promova a comunicação bidireccional com os cidadãos, de modo a podermos dirigir a nossa intervenção no sentido de responder às suas expectativas.

A Ecolinha é uma das formas de respondermos a esta aspiração, disponibilizando aos cidadãos um contacto directo e simples. A maioria das questões colocadas através da Ecolinha continuam a ser relacionadas com os diversos projectos da LIPOR, com a localização dos equipamentos de deposição e com os materiais a enviar para a reciclagem (o que separar).

Ao mesmo tempo continuamos a privilegiar o contacto pessoal com os cidadãos, normalmente através de visitas às nossas instalações, ao longo de todo o ano, permitindo um contacto directo da comunidade com as nossas unidades operacionais.

Apesar do público-alvo preferencial nas nossas visitas ser a comunidade escolar, tentamos organizar acções específicas destinadas aos cidadãos em geral, permitindo assim a sua visita às nossas unidades.

É o caso da iniciativa Sábados Verdes, fins-de-semana em que estamos de portas abertas para receber os cidadãos nas nossas instalações, permitindo a realização de visitas guiadas, devidamente acompanhadas por um técnico. Esta continua a ser uma iniciativa de sucesso e que continuará no futuro.

Serviço de Eco-mensagens

A utilização de novas formas de comunicação, designadamente o telemóvel foi experimentada com sucesso no ano passado. Este é um dispositivo que está bastante disseminado e por isso muito eficaz.

Assim durante o ano de 2008 continuamos com o serviço Eco-mensagens. Com este serviço enviamos a uma base de dados um conjunto de mensagens escritas com informações importantes e conselhos práticos sobre diversos temas relacionados com a protecção ambiental e a sustentabilidade.

Este serviço é mais uma aposta da LIPOR integrada nos objectivos de sensibilização e educação ambiental e na comunicação com as nossas partes interessadas, neste caso os cidadãos. Neste momento estão inscritos neste serviço mais de 2000 cidadãos.

Barómetro de Opinião

Uma avaliação da evolução que tivemos ao longo dos últimos anos permite-nos dizer, sem grandes dúvidas, que melhoramos imenso o nosso desempenho e que o nosso impacto no ambiente e na comunidade diminuiu consideravelmente. Esta mudança permitiu ao mesmo tempo aumentar a confiança que os cidadãos depositam no nosso trabalho e aumentar, também, o seu envolvimento nos nossos projectos.

No entanto, pareceu-nos importante confirmar esta percepção que temos do nosso desempenho, pelo que decidimos realizar um estudo formal que nos permita, efectivamente perceber como os cidadãos vêem a LIPOR e qual o seu verdadeiro impacto na comunidade. Dos vários objectivos deste estudo podemos destacar a avaliação da qualidade dos serviços prestados e avaliar a notoriedade e a imagem da LIPOR, entre outros.

Já no ano passado, de modo a ir de encontro a estas necessidades realizámos o estudo “Barómetro de Opinião”. Este estudo foi realizado por uma empresa especializada e independente de modo a conseguirmos a maior isenção possível nos resultados.

Em 2008 realizámos duas campanhas no âmbito do Barómetro de Opinião, uma em Julho e uma segunda em Dezembro.

Em termos da Representação Social da LIPOR a identificação continua a ser com os resíduos, seguida da reciclagem, à semelhança do que já aconteceu em 2007. Estes resultados foram obtidos nas duas campanhas de 2008.

Quanto aos restantes resultados podemos destacar os três que apresentamos em 2007 e que são para nós os mais significativos. Os resultados aqui apresentados são a média das duas campanhas. Em termos de notoriedade efectiva atingimos 76,65%. No que diz respeito à Satisfação com os serviços da LIPOR, o valor obtido foi de 5,3 numa escala de 7 pontos.

Em termos globais, a LIPOR tem uma imagem muito positiva, com um resultado de 5,8, também numa escala de 7 pontos. Estes resultados estão em consonância com os resultados obtidos em 2007, o que nos deixa muito satisfeitos ao verificarmos a constância do nosso trabalho e impacto na sociedade.

2.4.6 Universidades

Assente no princípio de que as Universidades e as Organizações devem procurar um entendimento que permita a realização de projectos de parceira, sem dúvida uma mais-valia para todos os envolvidos, a LIPOR continua a promover acções conjuntas que permitam valorizar este trabalho, normalmente através da assinatura de protocolos de colaboração.

De facto, só fará sentido a aposta das Universidades no desenvolvimento de novas valências, na inovação e no desenvolvimento de novas tecnologias, mais limpas e mais custo-eficientes se as empresas estiverem receptivas a aplicar e a adaptar este conhecimento à realidade do dia-a-dia, contribuindo para a sua disseminação e para a evolução do país ou região.

Temos mantido, assim, um conjunto de protocolos com Instituições de Ensino, dos quais podemos destacar:

- ▶ Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto — protocolos para o desenvolvimento de soluções técnicas para a Gestão Sustentável de Resíduos e para a implementação de projectos inovadores na mesma área.
- ▶ Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro — protocolo para a realização de um Plano de Monitorização Externa da LIPOR II, de forma a avaliar o impacto da implementação desta estrutura.
- ▶ Escola Superior Agrária de Ponte de Lima — este protocolo preconiza o desenvolvimento de acções em parceria, tais como: cedência das instalações para seminários; disponibilização de Técnicos da LIPOR para a realização de Seminários, suporte de despesas de transporte de estudantes e disponibilização de composto orgânico para práticas pedagógicas, entre outras.

Estes protocolos têm permitido à LIPOR criar condições para, em conjunto com as instituições suas parceiras, desenvolverem projectos inovadores, designadamente, na área da Gestão de Resíduos e da Sustentabilidade.

2.4.7 Associações Sectoriais

O facto de estarmos presentes em Associações específicas do nosso sector tem sido fundamental para podermos estar a par das melhores tecnologias disponíveis e ao mesmo tempo das melhores práticas do sector, a nível dos vários eixos da gestão de resíduos.

Este trabalho em rede e a troca de experiências e conhecimento é uma forma preferencial de conseguir evoluir e de promover projectos cada vez mais inovadores e com resultados cada vez melhores, contribuindo para o desenvolvimento da região e do país em que estamos inseridos. Ao mesmo tempo estas ligações com outras entidades e instituições permitem que as boas experiências não se percam e possam ser partilhadas com o ganho de todos.

Continuamos, a nível nacional, a ser associados e participantes activos no BCSD Portugal — Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; na APESB — Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico e na COGEN — Associação Portuguesa de Cogeração. Em termos internacionais estamos ligados a algumas associações de grande peso no panorama europeu e mundial, nomeadamente à ACR+ — Associação das Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável dos Resíduos, ao ISR — Instituto Para a Sustentabilidade dos Recursos, ao ISWA — Associação Internacional de Resíduos Sólidos, ao RRF — Resource Recovery Forum e à PREWIN — um grupo de trabalho que discute, essencialmente, questões sobre a incineração de resíduos.

Salientamos a adesão, este ano, à Composting Association, uma organização que se dedica à realização e desenvolvimento de estudos técnicos na área dos resíduos orgânicos.

A nível das nossas congéneres e no âmbito do território nacional continuamos a ter uma posição de destaque na AVALER, Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, constituída, além da LIPOR, pela Valorsul — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa Norte e pela Valor Ambiente — Gestão e Administração de Resíduos da Madeira e que tem sido uma mais-valia e um importante lugar de troca de experiências entre os membros.

Além desta associação, celebramos, já ano passado, um protocolo com a AMAVE — Associação de Municípios do Vale do Ave, que nos tem permitido discutir com esta entidade de vizinha questões técnicas e estratégicas em relação ao futuro dos resíduos na região.

Celebramos também um protocolo com a Resulima e a Câmara Municipal de Esposende, com vista à valorização dos resíduos orgânicos recolhidos selectivamente neste Concelho.

2.4.8 Outras Instituições

Desde sempre que a nossa forma de trabalhar se baseia em parcerias, acreditando que só através de um trabalho e de uma relação entre todos os actores de uma comunidade é que se pode evoluir a caminho da sustentabilidade. De facto, a promoção de parcerias win-win é na maior parte das vezes a forma mais eficaz de abordar as questões, permitindo soluções mais claras e com um maior envolvimento de todas as partes interessadas.

Estas parcerias são, normalmente, formalizadas pela assinatura de Protocolos de Colaboração que têm como objectivos principais a criação de condições para o sucesso dos projectos e o envolvimento de todos os parceiros.

Dos protocolos que temos actualmente em vigor podemos destacar as seguintes:

- ▶ SPV (Sociedade Ponto Verde) — Apesar de ocupar uma posição institucional no nosso relacionamento, consideramos também a SPV como parceira, por exemplo no caso da Campanha Laço “2 causas por 1 causa”, para a prevenção do cancro da mama.
- ▶ DECO (Associação Nacional de Defesa do Consumidor) — Protocolo para a promoção de comportamentos e atitudes, conducentes a um consumo mais sustentável. Estas acções são realizadas quer a nível das escolas quer a nível da população em geral, nomeadamente com a publicação de brochuras e sessões temáticas.
- ▶ APAEJIL (Associação de Pais e Amigos das Escolas e Jardins de Infância de Laúndos) — este Protocolo tem como objectivo principal a colaboração entre a LIPOR e a APAEJIL no âmbito das actividades desenvolvidas por esta Associação no apoio às crianças e jovens da Freguesia de Laúndos.
- ▶ Freguesias dos Municípios Associados — protocolo assinado com as 18 Freguesias que fazem parte do projecto da implementação de um processo de Agenda 21 Local (A21L). Para o sucesso deste projecto o envolvimento das Juntas de Freguesia é essencial.
- ▶ VALORMED — protocolo de colaboração para a promoção de práticas adequadas ao tratamento e gestão de resíduos de medicamentos, nomeadamente a promoção de campanhas de sensibilização dos cidadãos.

2.5 ANÁLISE DE MATERIALIDADE

O facto de a LIPOR ser uma organização com algumas especificidades, resultado do seu enquadramento jurídico, leva a que, também quando abordamos as questões do Desenvolvimento Sustentável, essas questões tenham que ser tomadas em consideração.

Além disso, sendo uma organização que tem como objectivo a protecção ambiental, poderia levar a pensar que não teria impactos ambientais.

No entanto, parece-nos claro que, como qualquer outra organização, a má gestão dos processos operacionais pode levar a impactos ambientais graves e que devemos encarar a gestão como um meio de atingir um melhor desempenho, quer nesta área, quer nas questões económicas, quer sociais.

A equipa de Gestão da LIPOR, trabalha no seu dia-a-dia de modo a poder identificar as questões-chave que nos podem aproximar ou afastar da Sustentabilidade.

Do mesmo modo, são avaliados pela equipa de Gestão, os riscos operacionais que poderão impactar negativamente nos diferentes pilares do Desenvolvimento Sustentável. Esta avaliação tem como objectivo principal a tomada de medidas para a diminuição deste risco e consequentemente dos impactos associados às diferentes actividades.

2.5.1 Mecanismo de Análise das questões Materiais para a LIPOR

No nosso trabalho do dia-a-dia não temos dado especial importância à realização de um trabalho exaustivo e específico para a definição dos principais aspectos materiais, uma vez que a nossa sensibilidade em matéria de resíduos aliada à ligação forte que temos com os nossos parceiros mais importantes, complementada por uma consistente participação em entidades do sector a nível internacional nos dão uma percepção muito clara de quais as questões prioritárias para a nossa organização e para a comunidade em que estamos inseridos.

Fruto da experiência realizada no ano passado em relação à análise da materialidade, e considerando que o trabalho poderia ser complementado e enriquecido com uma auscultação específica dos parceiros, continuamos este ano com a mesma metodologia, complementando-a com os resultados do Fórum Multistekholder.

Este Fórum foi realizado no âmbito da implementação da SA 8000, com o objectivo de verificar quais as questões materiais para os principais parceiros da LIPOR. Neste sentido foram convidados representantes dos cinco grupos de stakeholders considerados mais importantes (ver processo de selecção dos stakeholders, página 33) e foi-lhes colocada a possibilidade de se pronunciarem quer sobre as questões materiais da organização, quer sobre as questões a serem comunicadas no Relatório de Sustentabilidade.

Pela análise dos resultados do Fórum, foi possível verificar que os aspectos considerados importantes por nós no processo de análise de materialidade do ano passado foram confirmados pelos parceiros como os mais relevantes a ter em conta no dia-a-dia da organização bem como no Reporte da Sustentabilidade — no Fórum não foram acrescentados novos aspectos relevantes, apenas foram identificados os mais importantes entre os já mencionados anteriormente.

De todo modo, e sendo este um primeiro exercício de auscultação directa sobre este assunto, optámos por dar resposta e continuar a gerir a globalidade dos aspectos materiais já identificados nomeadamente os aspectos materiais identificados por outros canais de comunicação existentes, seguindo a metodologia utilizada no Relatório anterior. Além da consulta realizada no Fórum, demos especial importância às expectativas

dos nossos stakeholders mais próximos e com interesses directos, nomeadamente os accionistas (municípios) e os colaboradores estreitamente ligados ao bom funcionamento da organização percebidos noutras iniciativas e actividades.

Assim, paralelamente aos mecanismos de auscultação de stakeholders como fonte de informação sobre os aspectos materiais, consideramos, ao mesmo tempo, aspectos importantes os que resultaram de outras esferas, nomeadamente a legislação, as questões de âmbito global e a experiência e conhecimentos da equipa de gestão.

O conhecimento interno da equipa de Gestão do nosso “*core-business*” e a sua sensibilidade para as questões relacionadas com a Gestão de Resíduos, em conjunto com a definição das políticas e a estratégia delineada pela LIPOR e a implementação dos sistemas de gestão, nomeadamente os outputs das análises de relevância inerentes aos próprios sistemas, permite definir um conjunto muito aproximado de pontos que podem levantar preocupações e que poderão ser consideradas questões materiais.

A movimentação do próprio sector, principalmente a nível internacional, ajuda-nos também a ter uma ideia clara de quais os grandes desafios do futuro na nossa área de negócio e permite antever as dificuldades que poderemos sentir.

A legislação editada em diversas áreas relacionadas com a Gestão de Resíduos e com a Gestão Pública apresenta também orientações claras do caminho a seguir nesta área, e aponta potenciais situações de constrangimento no futuro, nomeadamente as limitações na deposição em aterro e o aumento dos materiais encaminhados para a reciclagem.

Por último, uma análise atenta e cuidada das questões que dominam o panorama global, nacional e internacional em algumas áreas estratégicas como a energia, a economia e as questões ambientais dão-nos uma ideia das questões que poderão afectar o equilíbrio global num futuro próximo, permitindo-nos também neste caso antecipar e prevenir riscos e problemas futuros.

Reunindo todos estes contributos, a sua sistematização seguiu uma metodologia, para a determinação dos diferentes aspectos materiais, baseada nos seguintes passos:

- ▶ Identificação dos stakeholders;
- ▶ Análise dos principais contributos dos stakeholders em resultado dos canais de comunicação existentes. Os resultados obtidos por esta análise estão sistematizados na tabela da página 35/36;
- ▶ Síntese dos aspectos apontados pelos stakeholders em aspectos materiais principais;
- ▶ O complemento destes aspectos por aspectos verificados noutros âmbitos, nomeadamente tendo em atenção os Processos de Gestão, a Legislação e as Questões de âmbito Global (internacional).

No seguimento destas reflexões, apresentamos a seguir as questões que consideramos mais importantes em cada uma das áreas do Desenvolvimento Sustentável, as quais se encontram reflectidas no nosso relatório através de indicadores de desempenho ou iniciativas desenvolvidas no decorrer do ano, podendo, ao longo do mesmo serem abordados outros temas que também consideramos relevantes.

identificação das questões materiais da LIPOR e a sua origem

aspectos materiais	origem das preocupações								
	stakeholders						processo de gestão	legislação	questões globais
	municípios associados	clientes de produto	clientes de serviço	colaboradores	comunidade (cliente indirecto)	fornecedores			
equilíbrio financeiro da organização	x	x	x	x		x			
a tarifa de equilíbrio	x								
dívidas a receber e prazos de recebimento							x		
encerramento e gestão dos aterros e novo aterro (objectivo longo prazo)	x							x	
observar a "hierarquia da gestão de resíduos" — prevenção, reciclagem (multimaterial e orgânica), valorização energética, incineração e finalmente aterro sanitário	x						x		
educação e sensibilização ambiental	x	x	x		x				
melhorar a eco-eficiência dos processos — produzir mais com menos consumos (energia, água,...) e com o menor impacto no ambiente	x	x			x	x			
condições de trabalho, nomeadamente as condições de higiene e segurança e a protecção individual e no posto de trabalho		x	x	x					
formação profissional e melhoria das qualificações dos colaboradores		x		x					
crescimento pessoal e bem-estar social dos colaboradores						x			
desenvolvimento da comunidade, nomeadamente através de apoios, patrocínios e outras actividades					x				
alterações climáticas					x			x	
protecção da biodiversidade								x	
x resultado do fórum multistakeholder									

Tendo como base estes aspectos materiais, nos capítulos seguintes é apresentado o desempenho e respectivo impacto da organização em cada uma das áreas do Desenvolvimento Sustentável e os objectivos que se pretendem atingir na gestão do seu desempenho, devidamente enquadradas na estratégia de sustentabilidade da organização.

Neste sentido, no conteúdo dos próximos capítulos são também apresentadas as acções e ocorrências de destaque acontecidas no ano de análise, considerando inclusive informações relevantes para as nossas partes interessadas.

2.5.2 Questões Materiais

De acordo com todo o trabalho desenvolvido com os nossos parceiros no sentido de verificar quais as questões que do seu ponto de vista são fundamentais, chegamos a um conjunto de questões que além de fundamentais para o nosso trabalho, são as questões mais pertinentes para os nossos parceiros.

2.5.2.1 Questões materiais na Área Financeira

O equilíbrio financeiro da organização continua a ser o ponto de ordem em termos da estratégia da LIPOR para um futuro sustentável. Assim, não é de estranhar que as diferentes questões consideradas materiais estejam ligadas a esta questão.

A definição da Tarifa continua a ser uma preocupação no âmbito da LIPOR e dos seus parceiros. De facto continua a ser um objectivo, que se pretende atingir no médio prazo, a aproximação da Tarifa cobrada da Tarifa de Equilíbrio. Esta questão influencia de forma diferente vários parceiros. Para nós é fundamental em termos dos prazos de recebimento, e obviamente do equilíbrio financeiro; para os municípios esta questão está intimamente ligada à despesa municipal e claro que influencia também os cidadãos a nível das taxas de Resíduos Sólidos Urbanos a cobrar.

Cada vez mais as directrizes europeias vão no sentido de as Taxas cobradas pelos municípios ao cidadão reflectam, ou pelo menos se aproximem tendencialmente, dos custos reais da Gestão dos Resíduos. Este aumento dos valores a taxar tem consequências graves nos agregados mais frágeis, podendo causar perturbações sociais, pelo que é uma questão que acompanhamos com atenção.

Outra questão importantíssima é a dos prazos de recebimento e das dívidas a receber. Mais uma vez esta é uma questão que indirectamente pode afectar diversos parceiros, colocando em risco a sustentação da LIPOR. Esta questão está intimamente relacionada com a capacidade financeira dos nossos principais clientes.

Uma questão que continua a ser sensível e que poderá ser limitante a longo prazo é a questão do espaço disponível para a localização de infra-estruturas de gestão de resíduos. Este facto é muito preocupante por exemplo em termos de aterros sanitários, uma vez que são estruturas que necessitam de um espaço considerável, aumentando significativamente os custos de investimento. Este aumento está ligado não só ao espaço necessário para a instalação de um aterro, mas também ao facto de a gestão deste espaço continuar, mesmo após o seu encerramento.

2.5.2.2 Questões materiais na Área Ambiental

Quando falamos nas questões ambientais, estamos conscientes que temos uma responsabilidade acrescida, já que a nossa própria actividade é por si uma actividade de cariz ambiental. Com efeito, devemos estar atentos e deixar bem claro o nosso compromisso, expresso na nossa Visão, de trabalhar para que a protecção ambiental seja assumida em todas as operações, diminuindo o seu impacto no Ambiente, quer pela optimização dos recursos quer pelo nosso desempenho cada vez mais eco-eficiente.

Como já referido anteriormente, abordar a gestão de resíduos segundo a “*hierarquia de opções de gestão de resíduos*”, privilegiando sempre as operações mais baixas da pirâmide, como a prevenção e a reciclagem (multimaterial e orgânica) é uma forma de apostar na poupança de recursos naturais e evitar a sua depleção.

No entanto, a grande dependência deste tipo de abordagem dos cidadãos e das suas atitudes (separação dos resíduos) pode trazer algumas limitações à gestão e ao correcto encaminhamento dos resíduos.

Assim, é fundamental o trabalho de sensibilização e educação junto da comunidade e dos cidadão, de modo a que possa haver uma participação activa no nosso projecto. Só apostando claramente em sensibilização e fomentando a participação é que fará sentido aumentar os investimentos na prevenção e nas infra-estruturas de apoio à separação multimaterial, aumentando as quantidades de materiais a enviar para reciclagem.

No que diz respeito às várias unidades operacionais e aos processos de valorização e tratamento de resíduos, tem havido uma estabilização grande, pelo que a questão fundamental é a correcta gestão de todo o sistema.

Isto é conseguido apostando na melhoria dos processos e aumentando a sua eco-eficiência — produzir mais com menores consumos (energia, água, ...) e com o menor impacto no ambiente (produção de resíduos).

As Alterações Climáticas continuam na ordem do dia, e apesar de estarem a ganhar uma importância acrescida no sector dos resíduos, ainda não são uma questão crítica.

A médio prazo esta situação pode alterar-se, quer com a integração do sector no Comércio Europeu de Licenças de Emissão, quer pela contribuição que o sector pode ter na redução dos níveis nacionais de emissões de GEE.

No final de 2007 a LIPOR iniciou um projecto para avaliar a sua Pegada Carbónica — “*Avaliar e Valorizar as Emissões de Gases com Efeito de Estufa das Actividades da LIPOR*” — que tem permitido aprofundar os conhecimentos sobre esta matéria e sobre os seus impactos em termos de emissões. A par da definição da Pegada, estão a ser implementadas iniciativas e projectos para a sua redução e correcta gestão, no âmbito da Estratégia 2M.

Outra questão importante é a proveniência da energia que consumimos. Cada vez mais a utilização de energias obtidas a partir de combustíveis fósseis implica impactos fortíssimos, quer a nível da extracção, quer depois na utilização.

Além disso, a falta de alternativas aos combustíveis fósseis na mobilidade pode também ter grandes impactos, principalmente a nível do transporte de resíduos e consequentemente obrigando a um planeamento cuidadoso da localização de novas infra-estruturas de Gestão.

Além desta influência clara nos transportes, os consumos nas nossas instalações, quer de energia eléctrica quer de combustíveis, são significativos. Assim, é necessário cada vez mais, trabalhar para o aumento da eficiência energética das nossas unidades operacionais e dos processos.

A água continua a ser uma preocupação a nível global e consequentemente uma questão chave para nós, uma vez que é fundamental em dois dos principais processos operacionais da LIPOR, a Central de Valorização Orgânica e a Central de Valorização Energética. Pelo facto de a produção de energia eléctrica na Central de Valorização Energética ser através de uma turbina de condensação, a utilização da água é crítica, o que poderá ser um problema caso haja restrições à utilização de água. A recirculação e reutilização da água que é realizada permite minimizar este problema, mas devemos estar sempre atentos a esta situação.

No caso da Central de Valorização Orgânica, e sendo a Compostagem um processo biológico, a água é fundamental para o processo, podendo também vir a ser um factor limitante.

Outra questão importante para nós é a biodiversidade. Mesmo não estando implantados em locais sensíveis em termos de biodiversidade, o facto de haver necessidade de implementar novas infra-estruturas, nomeadamente aterros sanitários, deixa-nos alerta para os impactos que poderão existir devido a uma possível má gestão destes espaços. Deste modo, e além de uma correcta gestão durante o seu funcionamento, é importante prever a reabilitação destes espaços após o encerramento bem como a recuperação dos passivos ambientais dos antigos aterros e lixeiras, permitindo a reabilitação de habitats e a protecção de espécies autóctones.

2.5.2.3 Questões materiais na Área Social

Ao analisar as questões levantadas a nível social, consideramos logo à partida duas abordagens distintas, as preocupações internas e as externas. As grandes áreas que têm sido alvo da nossa atenção são, internamente, o bem-estar dos colaboradores, sem dúvida a nossa principal prioridade e externamente o desenvolvimento da comunidade em que estamos inseridos.

Em termos das condições de trabalho temos dado um enfoque particular às condições de higiene e segurança dos colaboradores, quer a nível da adequação do posto de trabalho, quer da protecção individual, de forma a evitar acidentes de trabalho e doenças profissionais. Além destas questões mais operacionais estamos sempre atentos ao seu crescimento pessoal e profissional, promovendo a formação e a melhoria das suas qualificações.

Por outro lado, no âmbito daquilo que consideramos o nosso papel como organização, tentamos perceber e responder às suas necessidades e bem-estar.

Iniciativas como o Cesto do Bebê, o Prémio das Melhores Classificações Escolares, o Serviço Papéis e Companhia, o Concurso de Pesca, Concertos de Música, entre outras são respostas a esta necessidade de crescimento de cada um.

Também o trabalho realizado com a comunidade é reflexo da nossa aposta na responsabilidade social externa, nomeadamente pelo empenho e colaboração no seu desenvolvimento, através de apoios e patrocínios e o desenvolvimento de actividades em parceria

com os actores locais, envolvendo-os nas soluções. A Educação e o Desenvolvimento continuam a ser as temáticas centrais de todos os apoios disponibilizados.

Por outro lado a Sensibilização e a Educação Ambiental continuam e continuarão como uma das grandes apostas da LIPOR, estando perfeitamente conscientes que este esforço adicional será recompensado com o aumento da cidadania e da participação nos nossos projectos — acreditamos que o gesto de cada um é importante para o futuro de todos.

2.6 RISCOS E OPORTUNIDADES

Como qualquer outra organização, a LIPOR está sujeita a um conjunto de Riscos, apenas pelo facto de estar a operar.

Mais ainda estando a trabalhar numa área sensível como é o Ambiente e num sector que, apesar de todas as evoluções, ainda é por si só um sector complicado, nomeadamente a nível dos impactos na comunidade.

Dadas estas fragilidades temos tentado manter ao longo destes últimos anos um acompanhamento constante das evoluções tecnológicas e tendências, quer a nível do próprio negócio quer a nível das grandes preocupações e problemáticas globais.

O facto de, quer a Administração quer a Equipa de Gestão acompanharem de perto esta evolução permite-nos ter uma maior percepção do que serão as grandes questões e de que ferramentas poderemos dispor, possibilitando responder aos grandes desafios do futuro em termos de Sustentabilidade.

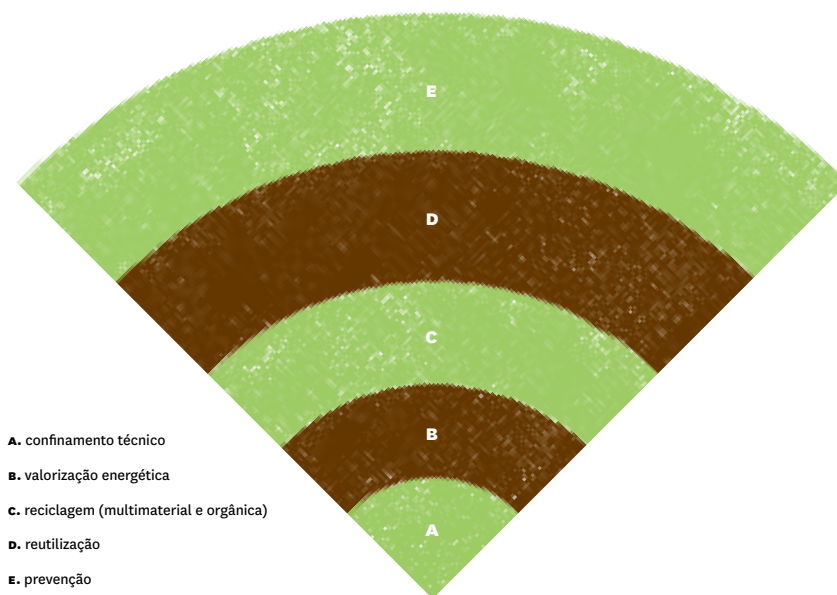
Desde muito cedo que estamos conscientes que é essencial para gerirmos os riscos associados à nossa actividade a implementação de Sistemas de Gestão e o seu pleno funcionamento, o que nos permite uma avaliação contínua dos vários parâmetros e um controlo mais sistematizado dos riscos e oportunidades operacionais, nomeadamente nos domínios ambiental e de segurança.

Apesar de os Sistemas de Gestão se debruçarem com mais enfoque nos Riscos de curto e médio prazo, a nossa avaliação da organização e do seu “*core-business*” permite-nos afirmar com alguma segurança que não haverá no médio e longo prazo riscos significativos para nós em termos estruturais.

Apesar disso, temos uma aproximação ao risco e à forma como gerimos as diferentes questões relacionadas, de forma cautelosa e actuando sempre de acordo com o “*Princípio da Prevenção*”.

Esta actuação passa por duas abordagens distintas. Por um lado falamos da Prevenção no seu sentido estrito, ou seja na diminuição das quantidades de resíduos produzidos e consequentemente na diminuição das quantidades a tratar. Esta abordagem apoia-se na “*hierarquia das opções para a gestão dos resíduos*” — prevenção, reciclagem (multimaterial e orgânica), valorização energética, incineração e finalmente aterro — seguida internacionalmente e que tenta trabalhar na direcção da poupança e do aproveitamento de recursos.

Hierarquia de Opções de Gestão



Ao mesmo tempo, e em termos mais operacionais, aplicamos o “*Princípio da Prevenção*” e abordamos estas questões de uma forma sistemática e informada tentando sempre evitar os impactos negativos no ambiente e aumentando a eco-eficiência do nosso desempenho.

Esta forma de actuar estende-se com toda a propriedade às questões, por exemplo, da Segurança e Higiene e da prevenção de acidentes dos nossos colaboradores.

De forma a acautelar que o nosso trabalho está a ser realizado da melhor forma e que os impactos são diminutos, implementamos na nossa instalação mais sensível, a Central de Valorização Energética, um sistema de monitorização muito completo, e que permite um acompanhamento minucioso de todo o seu desempenho.

O PMEXT — Plano de Monitorização Externa da LIPOR II é um trabalho realizado por uma entidade independente, o IDAD, e que nos permite acompanhar todo o funcionamento da Central e o seu impacto na envolvente. De forma a podermos ter uma situação de base com a qual podemos comparar, este trabalho foi iniciado ainda antes de a Central estar em funcionamento,

Esta é uma área fundamental, pelo que temos trabalhado de forma a poder antecipar os riscos e prevenir a ocorrência de situações de impactos significativos na comunidade e no ambiente.

Uma outra dificuldade no nosso dia-a-dia é a dependência que temos do cidadão. Estando o cidadão no início de todo o ciclo operacional da LIPOR, o seu comportamento influencia significativamente a nossa possibilidade de resolver ou não da melhor forma as questões que se nos apresentam, nomeadamente quando falamos na “*Hierarquia das opções de Gestão*” e nos nossos objectivos.

Toda a informação sobre o Plano de Monitorização Externa da LIPOR II pode ser consultada na página: <http://pmext.idad.ua.pt/>

Considerando a influência que os seus gestos diários têm no nosso desempenho, estamos sempre a procura de novas formas de mudanças de mentalidade e comportamento, nomeadamente através do investimento na educação e sensibilização ambiental. Também a questão das Alterações Climáticas, actualmente uma preocupação a nível global, é abordada por nós com alguma precaução e uma atenção especial.

O desenvolvimento do projecto para a determinação da Pegada Carbónica e a definição da estratégia 2M — menos resíduos, menos carbono, são já contributos importantes para a redução das emissões de GEE da LIPOR.

EC2

No entanto, da nossa análise a esta questão concluímos que em termos financeiros não haverá riscos ou oportunidades muito significativos a médio ou longo prazo para a organização, motivo pelo qual não foram avaliadas as implicações que possam resultar, a este nível, da problemática das Alterações Climáticas.

No entanto, continuamos a acompanhar de perto o desenvolvimento dos projectos relacionados com as emissões de GEE e o trabalho do cálculo da Pegada Carbónica da LIPOR, informação essencial para a implementação da estratégia 2M.

A análise dos riscos associados a estas questões é realizada pela equipa de Gestão, de modo a identificar os pontos críticos do nosso trabalho do dia-a-dia. Ao mesmo tempo são avaliados, continuamente, os riscos operacionais que poderão levar a impactos negativos nas diferentes áreas do Desenvolvimento Sustentável, permitindo tomar medidas adequadas e atempadas e diminuir o risco associado às diferentes actividades.

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social (SIQAS)

Os Sistemas de Gestão continuam a ser uma ferramenta de grande utilidade quando estamos a falar da Gestão de Risco, nomeadamente na prevenção dos riscos associados às operações e às unidades operacionais. De facto, estes Sistemas permitem-nos avaliar de forma sistemática os riscos e tomar medidas preventivas de modo a antecipar os problemas.

A evolução da LIPOR nestes últimos anos tem sido notória, não só a nível das infra-estruturas desenvolvidas mas também a nível do rigor com que o trabalho é realizado.

Tem havido um grande esforço da equipa responsável pelos Sistemas de Gestão para que todo o trabalho e todas as tarefas realizadas, principalmente na aérea operacional, o sejam com elevados padrões de qualidade, protegendo o ambiente e auscultando e respondendo às necessidades dos colaboradores, quer a nível da Higiene e Segurança quer a nível das suas preocupações com a Responsabilidade Social.

Também junto dos nossos parceiros, a implementação dos Sistemas de Gestão e a sua posterior Certificação permite uma melhoria do relacionamento e da confiança, aumentando a credibilidade da LIPOR.

Efectivamente, a implementação dos Sistemas de Gestão, é para nós uma mais-valia, já que nos permite uma melhor gestão do risco associado às questões operacionais nas diversas áreas. A gestão de questões como o ruído e as emissões na Central de Valorização Energética, a questão dos resíduos perigosos que não são correctamente depositados pelo cidadão no caso do Centro de Triagem ou a energia gasta no sistema de desodorização da Central de Valorização Orgânica é facilitada com a implementação e manutenção dos Sistemas de Gestão.

Actualmente temos as nossas principais unidades certificadas pelos normativos ISO 9001, ISO 14001, OSHAS ISO 18001/NP 4397 e SA 8000. Isto não significa que o trabalho esteja concluído. Antes pelo contrário, tentamos manter, no espírito de melhoria contínua, os níveis de exigência que nos impomos e melhorar continuamente o nosso desempenho no caminho da excelência.

Apesar de estar prevista a Certificação dos Sistemas de Gestão na Central de Valorização Orgânica, segundo as normas ISO 9001, ISO 14001 e OSHAS ISO 18001/NP 4397 para o final de 2008, apenas foi possível fazê-lo em Julho de 2009.

Sendo uma unidade que está a ser explorada por uma empresa externa, a implementação dos Sistemas nesta unidade foi realizada em estreita colaboração com esta entidade.

Um marco importante para a LIPOR em 2008 foi a finalização da implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, reflexo das nossas preocupações nesta área, e a sua Certificação segundo a norma SA 8000.

Ao contrário do que tem acontecido noutros normativos, este sistema foi aplicado a toda a organização.

Podemos verificar na tabela seguinte a evolução da implementação dos sistemas de gestão na LIPOR.

cronograma da certificação das unidades operacionais

unidade operacional	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
centro de triagem	A / B				C			
centro de valorização energética		A	B		C			
aterro sanitário da Maia				A / B	C			
central de valorização orgânica								A / B / C
toda a organização							D	

- A** certificação do sistema de gestão da qualidade (ISO 9001)
- B** certificação do sistema de gestão ambiental (ISO 14001)
- C** certificação do sistema de gestão de segurança, higiene e saúde no trabalho (OSHAS 18001/NP 4397)
- D** certificação do sistema de gestão da responsabilidade social (SA 8000)

Este esforço ao nível dos Sistemas de Gestão é reflexo da tónica que a Administração tem colocado numa política que aposta na qualidade e na eco-eficiência dos processos, sem nunca descuidar as questões da Segurança e da Saúde no Trabalho e, claro está, do bem estar dos colaboradores, das suas famílias e da comunidade em geral.

Esta é uma política de futuro, que aponta um caminho em direcção à excelência, colocando o foco no trabalho de equipa, sem nunca deixar de valorizar a responsabilização individual dos colaboradores.

A Política da Qualidade Ambiente e Segurança da LIPOR pode ser consultada na página: www.lipor.pt
LIPOR → Missão, Visão e Valores e Política

OBJECTIVOS ORGANIZACIONAIS

Apresentamos a seguir a nossa avaliação interna do grau de cumprimento dos objectivos a que nos propusemos no Relatório anterior.

- ▶ Finalizar e editar o estudo “Avaliação da Pegada Carbónica da LIPOR”;



- ▶ Sistematizar o envolvimento com os Stakeholders, no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social. (Ficou por realizar o Fórum Multistakeholders. Será realizado em 2009.)



Ao mesmo tempo continuamos a trabalhar para, cada vez mais, nos aproximarmos da excelência. Para além do fecho dos objectivos que não foram cumpridos, em 2008 procuraremos...

- ▶ Realizar um Fórum Multistakeholder no âmbito do processo de envolvimento das partes interessadas na implementação da SA 8000;
- ▶ Comunicar a “Estratégia 2M — menos resíduos, menos carbono”, enquadrá-la na problemática actual das alterações climáticas e comunicar os compromissos de redução assumidos pelo Conselho de Administração;

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

0 % — não iniciado; 25 % — iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;

50 % — cerca de metade realizado; 75 % — mais de metade realizado mas não concluído; 100 % — concluído.















O DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO

3.1 Desempenho Económico — 63/69

Objectivos Económico-Financeiros — 70

3.2 Desempenho Ambiental — 71/91

Objectivos Ambientais — 92

3.3 Desempenho Social — 93/121

Objectivos Sociais — 122

3.1 O DESEMPENHO ECONÓMICO

O equilíbrio económico-financeiro das organizações, e nomeadamente da LIPOR, é fundamental quando falamos de Desenvolvimento Sustentável.

A necessidade de equilíbrio entre as três vertentes é uma condição de partida e não podemos cair no facilitismo de descurar as questões económicas, correndo o risco de colocar o crescimento e mesmo a manutenção da organização em questão.

O trabalho da Gestão na LIPOR tem, ao longo dos últimos anos, sido baseado nestas premissas, procurando uma Gestão diária cada vez mais eficiente e que permita o crescimento da própria organização.

A utilização da metodologia de gestão de Balanced Scorecard e o envolvimento dos responsáveis pelas diferentes áreas na Gestão da Organização, permitiu uma maior agilidade e eficácia desta equipa, melhorando os processos de tomada de decisão.

3.1.1 Abordagem da Gestão

desempenho económico		1/2
pontos principais	abordagem	observações
objectivo e desempenho	<p>Como Associação de Municípios não visamos o lucro. No entanto, temos sempre como meta o Resultado Líquido Positivo de modo a assegurar o crescimento da organização. Para nós é importante que este Resultado seja obtido à custa da eficiência dos processos (como tem sido) e não do aumento das tarifas.</p> <p>O nosso objectivo final será sempre obter o equilíbrio financeiro (todos os lucros são investidos uma vez que não há distribuição de dividendos).</p> <p>A nossa preocupação fundamental nesta questão é a tarifa de equilíbrio e a sua aproximação dos valores reais gastos na Gestão dos Resíduos. No entanto, há uma preocupação constante na forma como esta Tarifa se pode reflectir na Taxa de Resíduos cobrada ao cidadão. Não houve nenhuma evolução significativa nesta matéria nem há qualquer perspectiva de prazos para a sua resolução.</p> <p>O nosso impacto indirecto (das tarifas cobradas aos municípios) acaba por ser nos Orçamentos Camarários e nas Taxas de Resíduos cobradas ao cidadão. Outra questão importante é a questão das dívidas à LIPOR e a sua cobrança, permitindo o equilíbrio financeiro da Organização.</p> <p>Os nossos indicadores estratégicos nesta área são os prazos médios de pagamento e de recebimento.</p>	No final deste capítulo apresentamos os resultados dos principais objectivos, alinhados com as questões materiais da área financeira, definidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.
política	<p>Na LIPOR estamos perante um monopólio para a região em termos de serviços. Quanto melhor forem geridas as questões económicas maiores serão os benefícios para a região, traduzidos em menores gastos para as Câmaras Municipais e menor despesa para os cidadãos (como já referido atrás)</p> <p>A LIPOR é um pólo de emprego local (a maioria dos nossos colaboradores vive num raio de 20 km) promovendo a coesão social.</p>	

pontos principais	abordagem	observações
política	Indirectamente a nossa boa "performance" tem implicações no desenvolvimento da região e na sua projecção no resto do país e no estrangeiro.	
informação adicional	Os grandes investimentos previstos no ano de 2007 mantêm-se como investimentos a longo prazo. Os três grandes investimentos previstos a médio prazo são o novo Aterro Sanitário, o novo Centro de Triagem e a terceira linha na Central de Valorização Energética. Todos estes investimentos estão previstos no Plano Estratégico da LIPOR. Foi iniciado em 2008 a implementação de um novo sistema de Gestão de Recursos Humanos — o MyGraf — que permite a rápida obtenção "on time" de informação sobre faltas, férias e assiduidade. A ferramenta de Controlo de Gestão — Cognos — está também operacional (apesar de não a 100 %) e permite um acompanhamento de todos os dados essenciais e dos KPI's da organização, também em tempo real.	

3.1.2 Indicadores Económicos

principais dados económico-financeiros / unidade: euros

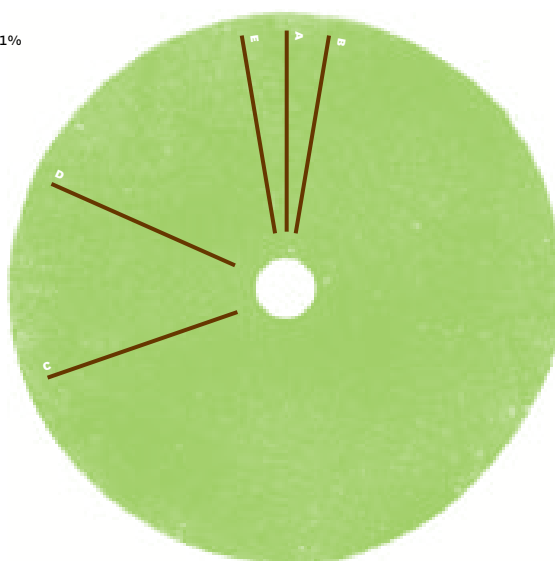
	2006	2007	2008
volume de negócios	29.875.552,51	34.358.088,06	34.786.557,76
resultados operacionais	3.637.221,49	6.143.053,48	5.638.913,94
resultado líquido	804.900,39	4.263.750,08	440.593,66
investimento	3.051.189,96	7.745.714,62	6.261.810,45
activo líquido	256.825.607,71	259.547.935,10	271.252.379,48
fundos próprios	32.289.898,81	36.553.648,89	36.994.242,55

Confirmando a tendência de crescimento a que se tem assistido nos últimos anos, verificou-se um novo aumento nos proveitos da LIPOR. Mais uma vez, também, este crescimento assenta principalmente na venda de produtos e não na prestação de serviços, permitindo uma maior independência em relação à Tarifa cobrada aos Municípios.

Pela observação das várias rubricas dos custos de exploração, podemos verificar que os Fornecimentos e Serviços Externos continuam a representar a grande fatia destes custos. Estes valores são perfeitamente naturais, dado o modelo de gestão em que a LIPOR baseia o seu funcionamento, ou seja num regime de concessão das principais unidades.

Custos de Exploração 2008

- A. CMVMC — 0,6%
- B. fornecimentos e serviços externos — 69,1%
- C. custos com pessoal — 12,2%
- D. amortizações e provisões — 17,4%
- E. outros custos operacionais — 0,6%



Podemos verificar nas tabelas seguintes um resumo dos proventos e dos pagamentos realizados em 2008. Estes valores incluem também os valores dos pagamentos ao Estado, no nosso caso sob a forma de taxas.

valor económico directo gerado e distribuído — ec1

valor económico directo gerado		
receitas	2007	2008
vendas + prestação serviços	34.358.088,06	34.786.557,76
juros de depósitos	1.462.160,67	1.479.364,38
descontos pp obtidos	—	2.029,55
ganhos em alienações	4.439,12	—
total	35.824.687,85	36.267.951,69
valor económico distribuído		
custos operacionais	2007	2008
fornecimento e serviços externos	24.901.243,05	24.876.412,09
salários e benefícios de empregados	3.958.854,57	4.362.344,19
pagamentos para fornecedores de capital	5.868.016,87	6.172.423,22
pagamentos ao governo	471.299,94	155.655,95
investimentos na comunidade	771.115,74	3.387.691,40
total	35.199.414,43	38.954.526,85
valor económico acumulado	625.273,42	- 2.686.575,16

Este diferença acentuada no Valor Económico Acumulado tem directamente a ver com o grande investimento realizado na comunidade. Neste caso estamos a falar da recuperação de passivos ambientais, nomeadamente a recuperação e requalificação dos Aterros da Póvoa de Varzim e de Matosinhos.

EC6 Como já referido anteriormente, a selecção e contratação de fornecedores no caso da LIPOR segue um processo perfeitamente definido e enquadrado pela legislação, limitando bastante a livre selecção. Por exemplo para valores superiores a 200.000,00 € é obrigatório a realização de um Concurso Público publicitado Internacionalmente.

Este procedimento implica que a grande maioria dos fornecedores seja nacional, havendo no entanto alguns fornecedores internacionais quando falamos de valores mais elevados, apesar de não ser o caso em 2008.

Uma fatia muito significativa dos nossos pagamentos internacionais inclui o pagamento de juros e empréstimos a Instituições Bancárias, que no caso do Banco Europeu Investimento (BEI) é muito significativo — 12.880.401,27 €, principalmente se comparado com o valor de gastos internacionais total.

Por outro lado, dada a nossa participação em diversas associações e projectos internacionais, verificam-se alguns pagamentos de cotas e fees de participação em projectos a este nível.

gastos com fornecedores — EC6 / unidade: euros

gastos com fornecedores	2007	2008
internacionais	9.471.383,35	15.423.446,57
nacionais	34.091.063,96	35.578.616,79
total	43.562.447,31	51.002.063,36

A 31 de Julho de 2008, entrou em vigor o novo Código dos Contratos Públicos — Decreto-Lei n.º 18/2008. A nova legislação de Contratação Pública, veio a integrar e a consolidar os dois Códigos relativos às aquisições de bens e serviços e o das empreitadas de obras públicas, Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e o Decreto-Lei n.º 59/99, de 3 de Março, respectivamente.

Este novo Código trouxe alterações profundas nos procedimentos de contratação. No entanto, estes procedimentos continuam a ser obrigatórios, o que assegura o princípio da igualdade, da concorrência, da imparcialidade, da proporcionalidade, da transparência e da publicidade.

EC8 Quanto aos investimentos na Comunidade, continuam a destacar-se as intervenções na Recuperação e Requalificação dos Aterros Sanitários, nomeadamente a finalização dos investimentos em Matosinhos e Póvoa de Varzim, como se pode ver na tabela seguinte.

investimentos na comunidade — EC8 / unidade: euros

sensibilização ambiental	321.170,88
aterro da Póvoa de Varzim	91.093,00
aterro de Matosinhos	2.673.662,79
projectos de prevenção	301.764,73
total	3.387.691,40

Esta intervenção está incluída na estratégia de recuperação de Passivos Ambientais e da sua devolução à Comunidade para seu usufruto.

EC8

A recuperação destes espaços permite a instalação de equipamentos de lazer que poderão ser disponibilizados às comunidades locais, nomeadamente campos de jogos, parques infantis entre outras estruturas. Neste âmbito foi também realizada a pista de ultra-leves no Aterro Sanitário da Póvoa de Varzim, tendo a sua exploração sido atribuída ao Aero clube do Norte por um período de 25 anos.

Normalmente a realização destes projectos é suportada pelo conhecimento empírico que temos das questões que preocupam a comunidade onde estamos inseridos, pelo que não temos realizado nenhum estudo sistemático para aferição da importância destes projectos na comunidade.

Estando a falar de espaços degradados, assumimos, logo à partida, a sua requalificação como uma mais-valia para todos.

De modo a sistematizar a atribuição de apoios à comunidade, nomeadamente através do envolvimento e participação nos projectos como parceiros ou pela disponibilização de bens e serviços, e dando corpo ao princípio da Transparência por nós acarinhado, publicamos o documento “*Responsabilidade Social: Directrizes para a atribuição de Apoios*”. Este documento deixa indicações claras de quem e como pode ser nosso parceiro. A nossa política de atribuição de apoios define como prioridade a promoção da Educação e do Desenvolvimento das Comunidades, nomeadamente a melhoria das Condições Sociais e a promoção do Desporto. A atribuição destes apoios está sempre dependente da aprovação da Administração, após selecção dos pedidos elegíveis pelo Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais (GRII).

apoios atribuídos (incluindo as cedências dos auditórios) — EC8

	2006	2007	2008
apoios e patrocínios *	76	123	130
cedência do auditório *	7	8	13

* o valor de 2007 para este indicador foi alterado

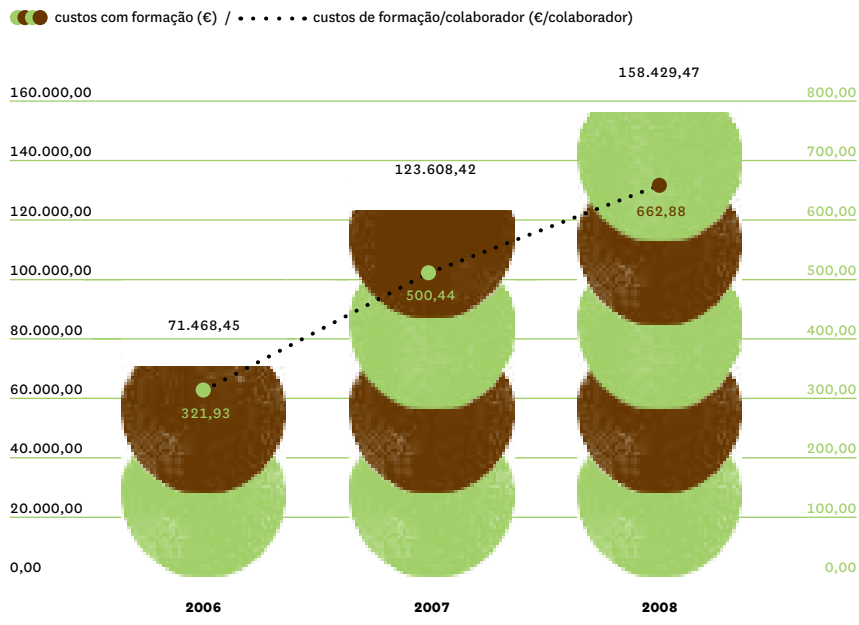
Também o forte investimento na Educação e Sensibilização Ambiental pretende ter um impacto muito positivo na comunidade, continuando a ser uma prioridade para a LIPOR. Continuamos a ter, no Gabinete de Informação, 14 Eco-Conselheiros dedicados a actividades e iniciativas de Educação Ambiental, trabalhando em estreita ligação com escolas e professores de modo a desenvolver um programa de actividades que permita aumentar a sensibilidade de todos e consequentemente o sentimento de pertença e cidadania.

O bom funcionamento da organização está dependente, em grande parte, do empenho e envolvimento dos colaboradores. Estamos plenamente convencidos que este envolvimento é potenciado com colaboradores motivados e com as competências adequadas às funções que desempenham.

Assim é natural que a aposta da LIPOR nos Recursos Humanos seja essencial, nomeadamente na formação e no desenvolvimento de novas competências dos seus quadros.

Desta forma é natural que o investimento na formação aumente, como se verificou este ano, seguindo a tendência dos anos anteriores. Apesar deste aumento, o investimento não reflecte toda a formação promovida, uma vez que este ano apostamos num conjunto de formação transversal cujos custos não estão reflectidos nestes valores.

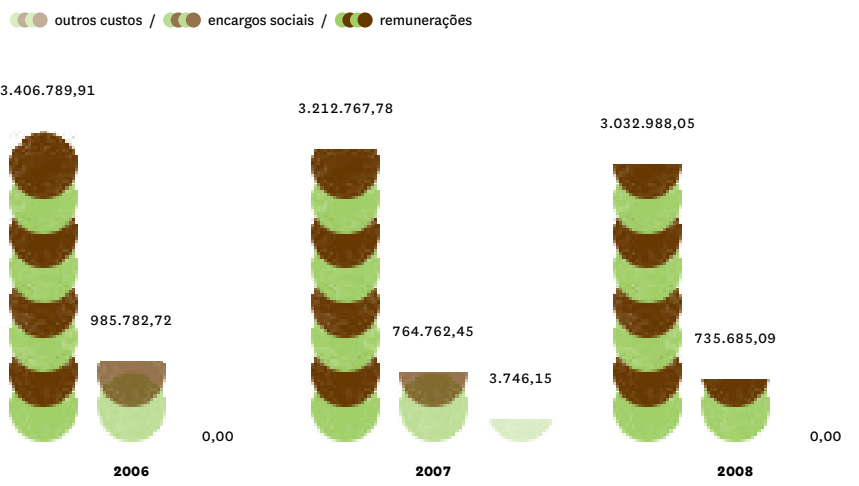
Custos com a formação



EC3 Quanto aos custos com pessoal, verificamos a mesma tendência dos anos anteriores, resultado como seria de prever do reforço dos recursos humanos na LIPOR. Obviamente que o aumento se verifica tanto a nível das remunerações como dos encargos sociais.

Como já referido em Relatórios anteriores a LIPOR não tem obrigações em relação a Planos de Pensões, uma vez que o nosso Sistema de Benefícios Sociais é o da Segurança Social, não havendo por isso um Plano de Pensões específico para os colaboradores.

Custos com pessoal (€)



EC7 Como todas as entidades de direito público, a LIPOR como Associação de Municípios está sujeita ao regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Além disso, como se rege também pela Constituição da República e do Código do Trabalho, garantes da igualdade de oportunidades no emprego, está bastante limitada a possibilidade de influenciar os procedimentos de contratação.

Em relação à Gestão de Topo, neste caso o Conselho de Administração, é constituído por um representante indicado pelos executivos de cada Câmara Municipal. Uma vez que a constituição destas equipas nos Municípios são resultado de eleições livres e democráticas não há grandes possibilidades de influenciar a selecção dos Administradores. Do mesmo modo a escolha do Administrador-delegado é da responsabilidade do Conselho de Administração, sendo nomeado por este.

Em 2008 foram aprovados os regimes de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro que continua a vigorar. Ainda em 2008 entrou em vigor a Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e que regulamenta a realização de contratos e as nomeações, alterando significativamente todos os procedimentos de contratação e limitando ainda mais a livre contratação pelas diversas entidades. Os valores base de remuneração são definidos anualmente por portaria, estando os valores de 2008 definidos na Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de Janeiro. O valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (salário mínimo) foi definido no Decreto-Lei n.º 397/2007, de 31 de Dezembro, com o valor de 426,00 €.

EC5

Neste caso, além do valor base, todos os colaboradores da LIPOR recebem um Suplemento Diário, por dias efectivamente trabalhados, no valor de 7,48 €.

O rácio entre esta remuneração e a remuneração do colaborador com o salário mais baixo na LIPOR em 2008 foi de 1.

Finalmente apresentamos as principais contribuições do estado à LIPOR. À semelhança dos anos anteriores, e dado o nosso enquadramento jurídico, a maior fatia é a referente às participações ao investimento, realizadas pelos municípios nossos associados.

ajuda financeira significativa do governo — EC4 / unidade: euros

entidade	2007	2008
fundo de coesão	0	0
transferências e subsídios	5.933.646,63	6.081.008,42
▶ IEFP	32.645,08	18.720,63
▶ I.P. juventude	3.000,00	2.256,00
▶ CCDRN	11.141,27	13.750,34
▶ POPH	—	2.852,51
▶ participações ao investimento	5.886.860,28	6.043.428,94
total	5.933.646,63	6.081.008,42

Apesar de estar aqui apresentada a informação económico-financeira mais relevante, esta informação pode ser complementada com a consulta do Relatório e Contas 2008, onde pode ser encontrada toda a informação relativa ao desempenho económico da LIPOR.

**OBJECTIVOS
ECONÓMICO-
-FINANCEIROS**

Apesar dos indicadores apresentados anteriormente permitirem uma boa avaliação do nosso desempenho, apresentamos aqui o resultado dos principais objectivos que nos propusemos atingir no ano passado, como forma de melhorarmos o nosso desempenho económico.

- ▶ Obter resultado líquido positivo.



- ▶ Descer o Prazo Médio de Pagamento para 75 dias.

Não atingido (ficamos nos 122 dias);

- ▶ Descer o Prazo Médio de Recebimento para 65 dias.

Não atingido (ficamos nos 75 dias);

Apesar de não termos conseguido atingir alguns dos nossos objectivos propostos não vamos baixar os braços e continuaremos a trabalhar para os atingir. Além destes apresentamos outros objectivos que nos parece que poderão ajudar a melhorar o nosso desempenho económico-financeiro.

Apresentamos, assim, alguns dos objectivos que consideramos mais relevantes para 2009:

- ▶ Continuar a obter resultado líquido positivo
- ▶ Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Pagamento para 75 dias;
- ▶ Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Recebimento para 65 dias;
- ▶ Concluir a ferramenta informática de previsão orçamental e utilização desta ferramenta pela Gestão.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

0 % — não iniciado; 25 % — iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;

50 % — cerca de metade realizado; 75 % — mais de metade realizado mas não concluído; 100 % — concluído.

3.2 O DESEMPENHO AMBIENTAL

O principal objectivo da LIPOR é a Gestão dos Resíduos, ou seja, é por natureza uma actividade de protecção Ambiental.

O facto de termos como objectivo basilar e estrutural da nossa organização a protecção e melhoria do ambiente, só aumenta as nossas responsabilidades na Gestão cuidada dos nossos projectos e no cuidado que devemos ter nos impactos que poderemos causar na nossa envolvente.

Tem sido prática corrente, no seguimento das directrizes da Administração da LIPOR, trabalhar com vista a, não só minimizar os impactos que os resíduos podem causar, mas também, gerir da forma mais adequada as nossas infra-estruturas melhorando a sua eficiência e o seu desempenho ambiental.

3.2.1 Abordagem da Gestão

desempenho ambiental		1/2
pontos principais	abordagem	observações
objectivos e desempenho	<p>Em termos de Planeamento de longo prazo foi editado o Plano Estratégico para a Gestão Sustentável dos Resíduos 2007-2016, onde estão definidas as principais linhas orientadoras da nossa actividade nos próximos anos.</p> <p>Temos definido um planeamento estratégico a 3 anos, mas normalmente neste planeamento só são analisadas as questões mais operacionais. Os indicadores e aspectos Ambientais, assim como outros indicadores específicos da organização são analisados (e definidos objectivos) anualmente. Estas questões são avaliadas no âmbito dos sistemas de gestão.</p> <p>Assim, os objectivos anuais da organização estão definidos nos Indicadores de Eco-Eficiência e nos objectivos definidos no âmbito da norma ISO 14001.</p> <p>Um objectivo para 2008 foi finalizar a avaliação e contabilização das Emissões de GEE da LIPOR, com vista a uma melhor gestão destas mesmas emissões.</p>	<p>Os resultados do trabalho "Avaliação da Pegada Carbónica da LIPOR" podem ser consultados integralmente na página da Internet: www.lipor.pt</p> <p>No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área ambiental, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.</p>
política	Temos implementada uma Política de Ambiente, Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social.	A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da LIPOR pode ser consultada em: www.lipor.pt LIPOR → Missão, Visão e Valores e Política
responsabilidade organizacional	O responsável pela Gestão de todos os processos e Sistemas de Gestão (incluindo a Ambiental) é a Eng.ª Isabel Nogueira, responsável pelo Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança, que reporta directamente ao Administrador-Delegado.	
sensibilização e formação	Esta área está dividida em duas questões bem definidas, a Formação (interna) e a Sensibilização Ambiental (externa).	

pontos principais	abordagem	observações
sensibilização e formação	<p>Em relação à formação, a nossa estratégia passa pela definição de um Plano de Formação que corresponda às necessidades dos vários Departamentos.</p> <p>Estas necessidades são identificadas pelos próprios responsáveis em conjunto com os colaboradores respectivos. O Plano de Formação é revisto anualmente e inclui formação específica sobre as questões ambientais, não só da organização, mas também de índole geral.</p> <p>Aquando da recepção de novos colaboradores, são integrados no processo de acolhimento acções de formação específicas que incluem também a sensibilização para as questões ambientais.</p>	<p>Para mais informações sobre o trabalho do GIL, consulte a página da LIPOR em: www.lipor.pt</p> <p>LIPOR → Educação Ambiental.</p>
monitorização e acompanhamento	<p>Todo o Sistema de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança está certificado, logo são realizadas as várias auditorias, quer internas quer externas, e existem todos os procedimentos para implementarmos as questões da melhoria contínua. Todas as certificações já foram renovadas segundo os referenciais mais actuais.</p>	
informação adicional	<p>Não fizemos uma análise profunda dos riscos e oportunidades das questões ambientais mais importantes. No entanto, abordamos as questões de acordo com o princípio da prevenção, estando neste momento a avaliar o impacto das, e nas, Alterações Climáticas, com o projecto de análise da "Pegada Carbónica da LIPOR". A nosso ver não há riscos significativos para o negócio num futuro próximo.</p>	
	<p>Em relação às Certificações, em 2008 tivemos apenas a continuidade, não havendo novas certificações. Iniciou-se o processo para a certificação integrada da Central de Valorização Orgânica.</p>	
	<p>Quanto aos Aterros Sanitários, foi possível requalificar e revalorizar os espaços, devolvendo-os às populações.</p>	

3.2.2 Indicadores Ambientais

3.2.2.1 Materiais e Matérias-primas

Nos quadros seguintes são apresentados os consumos de matérias-primas e materiais nos diferentes processos da LIPOR. Uma vez mais, devido à especificidade dos materiais, não é fácil a substituição por materiais reciclados, pelo que não são utilizados na maioria das operações este tipo de materiais.

No entanto, e considerando como matéria-prima do nosso trabalho os resíduos, podemos afirmar que incluímos nos nossos processos cerca de 88,3 % de matéria-prima proveniente de resíduos. Este valor considera que apenas os resíduos colocados em Aterro não são valorizados de alguma forma e portanto não devem ser considerados matéria-prima.

consumo de materiais e matérias-primas nas unidades operacionais — EN1

central de valorização energética	
consumo de reagentes	
▶ cal hidratada (ton)	4.000,7
▶ ureia (ton)	1.539,9
▶ carvão activo (ton)	179,1
▶ soda cáustica (ton)	43,1
▶ HCl (ton)	44,8
▶ tripolifosfato (ton)	17,4
matérias-primas para a produção	
▶ resíduos indeferenciados	383.553
central de valorização orgânica	
materiais	
▶ paletes (ton)	92,75
▶ plástico embalagem (ton)	7,00
▶ big-bags (ton)	2,87
matérias-primas para a produção	
resíduos orgânicos separados	37.146
aterro sanitário de apoio à CVE	
reagentes da ETAR	
ácido sulfúrico (ton)	4.191,7
ácido acético (ton)	6.461,55
▶ soda (ton)	57,421
▶ anti-espuma (litros)	495
centro de triagem	
materiais	
▶ arame (ton)	70,689
matérias-primas para a produção	
▶ materiais recicláveis separados	55.470

EN2

Em relação aos materiais, apesar de serem utilizados muito materiais potencialmente reciclados (como no caso dos sacos de plásticos) esta verificação é difícil, pelo que apenas se contabilizou o caso específico do material de economato. No entanto, e devido à pequena quantidade relativa do papel nas quantidades globais de material reportadas esta quantidade não é significativa. No entanto, considerando apenas o caso do economato, de todo o papel gasto em economato, o papel reciclado corresponde já a 71 % dos gastos de papel da LIPOR. Este foi um crescimento na utilização de material reciclado muito significativo. Este aumento significativo teve também a ver com a alteração dos materiais contabilizados, uma vez que em 2007 apenas se contabilizou papel de escritório.

lipor geral — EN1

economato			
papel branco (kg)	4.019	papel reciclado (kg)	4.032
estacionário branco (kg)	521	estacionário reciclado (kg)	7.173
total branco	4.540	total reciclado	11.205

3.2.2.2 Energia

Pela observação da tabela abaixo, verificamos que apesar de se verificarem aumentos generalizados, estes são relativamente baixos, muito provavelmente devido a um aumento das quantidades de material processadas. De qualquer modo estes aumentos não são muito significativos.

No caso da Central de Valorização Energética, apesar do aumento que houve, resultado do baixo consumo em 2007, uma vez que não houve paragens para manutenção, os valores não subiram para os valores de 2006 (ano de paragem excepcional), mantendo-se nos níveis de funcionamento normais.

consumo de energia directa discriminado por fonte de energia primária — EN3

instalação	fonte	consumo (GJ)		
		2006	2007	2008
central de valorização orgânica	gás natural	596,42	995,81	1.124,11
	combustível (gasóleo)	n.d.	2.339,04	2.727,55
central de valorização energética	gás natural	13.668,99	2.372,63	5.640,81
aterro sanitário	combustível (gasóleo)	n.d.	1.126,48	1.956,51
centro de triagem	gás natural	166,65	89,69	92,19
	combustível (gasóleo)	2.888,28	2.904,57	3.451,99
LIPOR (geral)	gás natural	52,83	126,53	181,29
	combustível (gasóleo)	3.543,94	5.259,91	5.485,51
	combustível (gasolina)	n.d.	n.d.	317,09

n.d.—não disponível

ENS Ao mesmo tempo, tem sido realizado ao longo dos últimos anos um conjunto significativo de acções de sensibilização aos nossos colaboradores sobre eficiência energética, nomeadamente apresentando pequenos gestos que todos podemos ter no nosso posto de trabalho diariamente e que nos permitem poupar quantidades significativas de energia. No entanto, a aplicação prática destes gestos ainda não surtiu o efeito desejado, uma vez que os consumos de electricidade na generalidade aumentaram. Vamos continuar a trabalhar para que todos os colaboradores possam interiorizar estas ideias e contribuir para a economia de energia e para a eficiência energética da LIPOR.

Ao mesmo tempo, está a ser realizado um esforço no sentido de aumentar a nossa eficiência energética, com a implementação de algumas medidas importantes, como a instalação de Painéis Solares para o aquecimento de água dos balneários, a substituição de telhas por telhas translúcidas no Centro de Triagem e a reavaliação das necessidades da iluminação exterior e da possibilidade de desactivar algumas luminárias.

Apesar do impacto da instalação dos Painéis Solares não poder ser, ainda, completamente avaliado, foi possível verificar as poupanças conseguidas pelas outras medidas em termos de energia economizada.

Apesar de não serem valores muito elevados, são medidas que não se iniciaram logo no princípio do ano e que são apenas o princípio de uma estratégia mais abrangente a desenvolver ao longo dos próximos anos. Apresentamos a seguir o impacto destas medidas.

poupança de energia resultante da aplicação de medidas de eficiência energética — EN6

	energia poupada (kWh)
substituição de telhas *	11.616
desactivação de luminárias **	22.320

* a substituição ficou concluída a 14 Agosto de 2008 / ** início do projecto a 9 de Maio de 2008

Dada a nossa particularidade a LIPOR também produz energia, nomeadamente na Central de Valorização Energética e na unidade de Biogás do Aterro de Ermesinde. Na Central foram produzidos 190.736 MWh em 2008, sendo normalmente utilizados para auto-consumo cerca de 10%, neste caso 22.615 MWh. Na unidade de Biogás, e uma vez que não funcionou todo o ano foram produzidos 1.178 MWh.

Quanto ao consumo de energia eléctrica nas diferentes unidades operacionais, os valores continuam a crescer, fruto também do aumento das produções. Este ano verificou-se também, contrariamente ao ano passado, um aumento nos consumos nas áreas de apoio.

O aumento significativo do consumo na Central de Valorização Energética ficou a dever-se essencialmente às duas paragens programadas que ocorreram este ano, levando a uma maior necessidade de energia externa.

Apresentamos ainda os valores consumidos no Aterro Sanitário da Maia, apresentando os valores referentes a 2007, uma vez que não foram apresentados no Relatório anterior. Como se pode observar o valor do consumo de electricidade mantém-se relativamente estável.

consumo electricidade por unidade operacional — EN4

consumo electricidade (GJ)	2006	2007	2008
central de valorização orgânica	8.223,88	11.521,61	12.885,40
centro de triagem	1.693,77	1.713,50	1.956,87
central de valorização energética	n.d.	348,23	1.009,42
aterro sanitário da Maia	n.d.	1.494,90	1.495,63
unidade de biogás (Ermesinde) *	—	—	236,73
lipor (geral)	2.944,11	2.937,12	3.002,73
total	12.861,76	18.015,35	20.586,77

n.d.—não disponível / * entrou em funcionamento em Julho 2008

Em termos das fontes primárias utilizadas na produção da energia eléctrica consumida na LIPOR, são apresentados a seguir os contributos de cada uma, de acordo com o “mix” energético nacional (Direcção Geral de Energia e Geologia). De modo a uniformizar o reporte, os valores de 2006 e 2007 apresentados no último Relatório foram corrigidos de acordo com esta informação.

consumo energia por fonte — EN4

consumo de energia por fonte (GJ)	2006*	2007	2008
fontes não-renováveis			
carvão	3.923	5.401	5.405
petróleo	1.376	3.118	2.123
gás	3.237	4.826	5.717
biomassa	527	492	932
resíduos **	0	0	0
nuclear	0	0	0
percentagem não-renováveis	70,47%	76,80%	68,87%
fontes renováveis			
hidroeléctrica	3.007	1.815	4.552
geotérmica	22	25	88
solar	1	1	10
eólica	767	629	1.759
marés	0	0	0
outras	0	0	0
percentagem renováveis	29,53%	13,71%	31,13%
consumo final total lipor	12.862	18.015	20.587

* em 2006 não foi contabilizada a energia consumida na CVE / ** não considerada nos dados da DGEG

EN7 Por último, temos tentado implementar um conjunto de medidas para a redução dos consumos de energia indirecta, nomeadamente a alteração das deslocações de serviço de avião para comboio, sempre que seja razoável.

Apesar deste compromisso informal ainda não se sentiu o efeito desta medida nas nossas deslocações. Devemos por isso continuar a trabalhar nesta questão, sendo importante a formalização desta sugestão num futuro próximo.

3.2.2.3 Água

Como se pode observar na tabela seguinte, os processos em que o consumo de água é mais intensivo são a Valorização Energética e a Valorização Orgânica. Na Central de Valorização Energética a água é utilizada principalmente no circuito de vapor e na preparação das soluções aquosas dos reagentes do processo de tratamento dos gases de combustão. Na Valorização Orgânica a água é indispensável ao bom funcionamento do processo de compostagem e à produção de um composto de qualidade.

Nas restantes instalações, a utilização de água é apenas para consumo doméstico, nomeadamente para os balneários e para rega. Esta utilização reflecte-se, também, nos valores apresentados.

total de água utilizada por fonte na lipor — EN8

consumo de água de rede (m3)	2006	2007	2008
central de valorização energética	204.440	224.481	212.009
aterro da Maia	—	5.347	4.944
central de valorização orgânica	23.000	12.725	18.082
centro de triagem	647	514	386
lipor (geral)	5.135	2.813	2.756
consumo de água de captações (m3)			
central de valorização energética	18.308	23.484	26.812
central de valorização orgânica	—	9.718	938
lipor (geral)	35.335	19.463	17.912

A grande diferença nos valores de consumo da água das captações na cvo deveu-se, essencialmente, à necessidade de encerrar um dos furos, uma vez que a água não estava própria para utilização. Na LIPOR não há retirada de água de rios, ribeiros ou outros corpos de água superficiais, apenas de furos e poços, sendo a utilização preferencial desta água a rega.

Apesar de nos mantermos dentro dos limites das licenças de utilização, este ano, foi verificada uma situação anómala na qual, durante um período de 5 meses (sem alterações significativas nas utilizações) se verificou a ultrapassagem dos valores-limite mensais para o furo do Pólo da Maia. Veio-se a verificar o mau funcionamento e deterioração do contador e de algumas tubagens que se pensa serem a fonte do problema e que depois de reparados levou novamente à regularização dos valores. Daqui se supor que estes valores não se deveram à utilização excessiva de água mas a falha do equipamento de medição. Depois de devidamente reparado não tornou a haver situações de ultrapassagem do limite mensal. A acrescentar a esta situação refira-se que, apesar de tudo, o limite anual não foi ultrapassado.

EN9

A dificuldade que há em verificar o tamanho e a extensão do corpo de água que está a ser utilizado leva a que não se possa afirmar categoricamente que este não é afectado pela retirada de água. No entanto o facto dos limites anuais não terem sido ultrapassados dá-nos alguma segurança neste sentido.

Mesmo considerando que os nossos consumos não são muito significativos, a poupança deste recurso continua a ser uma preocupação e uma prioridade para nós.

Neste sentido foram inclusive previstas medidas estruturais que contribuem para o aproveitamento e recirculação da água nas unidades mais importantes em termos de consumos, a Central de Valorização Energética e a Central de Valorização Orgânica.

EN10

A recirculação da água do circuito de vapor para produção de energia da Central de Valorização Energética permite o seu reaproveitamento e a consequente poupança de grandes quantidades de água. Ao mesmo tempo a água das purgas é recuperada e reutilizada para a preparação das soluções aquosas para o tratamento dos gases, evitando por um lado o aumento dos consumos e por outro o dos efluentes a serem tratados.

Outro exemplo é a projecção de raiz de um sistema de recolha e armazenamento das águas pluviais nos telhados da Central de Valorização Orgânica, permitindo a sua utilização quer no processo de compostagem quer para outros fins. Também este sistema de recolha permite a poupança de quantidades significativas de água.

Apesar da poupança de água ser muito importante em ambos os casos, é complicado quantificar as quantidades reutilizadas de uma forma rigorosa e fiável, pelo que não são apresentados os valores de poupança de água.

3.2.2.4 Biodiversidade

A questão da Biodiversidade tem sido alvo da nossa atenção, apesar de não haver grandes questões em termos de impactos das nossas unidades operacionais. Efectivamente, temos procurado que as nossas actividades não coloquem em risco as áreas onde estão implantadas nem as áreas de influência.

Numa outra perspectiva tentamos contribuir, apesar de indirectamente, para a promoção do aumento da Biodiversidade, seja fomentando as práticas tradicionais da agricultura e a Agricultura Biológica, seja pela recuperação e requalificação de passivos ambientais e locais degradados por anteriores actividades de gestão de resíduos, nomeadamente a recuperação de antigos Aterros.

EN11 A localização das nossas instalações está dividida entre dois pólos, qualquer um deles situado em áreas pouco sensíveis em termos de Biodiversidade. Tanto o pólo de Baguim do Monte/Ermesinde onde estão instalados o Centro de Triagem e a Central de Valorização Orgânica, como o pólo da Maia com a Central de Valorização Energética e o Aterro Sanitário, estão localizados em zonas de Equipamentos Estruturantes.

Estas zonas não abrangem, como seria de esperar, nenhuma zona de Área Protegida ou áreas de alto índice de Biodiversidade, diminuindo significativamente a probabilidade de poder afectar de forma expressiva a Biodiversidade.

Do mesmo modo, nenhum destes pólos está em zonas de Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou Reserva Ecológica Nacional (REN).

EN15 Naturalmente, como resultado da localização das unidades operacionais, não há impacto sobre nenhuma das espécies da Lista Vermelha da IUCN ou de outra lista nacional de conservação.

Recuperação de passivos ambientais — EN13

Como referido anteriormente, estamos convencidos que a recuperação dos passivos ambientais e, conseqüentemente de habitats, contribui de forma inequívoca para o restabelecimento de ecossistemas e para o aumento da Biodiversidade nas áreas requalificadas. Assim, a selagem, recuperação e requalificação dos antigos Aterros Sanitários permite responder a dois objectivos importantes. Por um lado permite a sua disponibilização e usufruto pelas populações e, ao mesmo tempo, a valorização do espaço, quer em termos de ecossistema quer em termos paisagísticos, permitindo a recuperação e na maior parte das vezes o aumento da Biodiversidade nestas zonas.

No âmbito da requalificação dos Aterros, outra questão que nos preocupa é o Biogás e a elevada contribuição que este gás tem para o Efeito de Estufa.

Não é de estranhar, por isso que a par das intervenções nos Aterros, seja importante a instalação de sistemas de drenagem e aproveitamento do Biogás, com vista à sua valorização energética. Em Julho de 2008 ficou concluído e entrou em funcionamento o projecto de aproveitamento energético do Biogás no Aterro de Ermesinde.

A par deste projecto foram realizados investimentos significativos, também na recuperação e requalificação do Aterro de Matosinhos.

Esta requalificação incluiu a selagem do Aterro, a recuperação paisagística do espaço e a drenagem e recuperação do Biogás e o seu aproveitamento para a produção de energia. Este espaço recuperado ocupa uma área de 8 hectares e apesar da maioria dos trabalhos ter decorrido em 2008, foi inaugurado apenas em Maio de 2009.

Neste espaço foi construído, ainda, um Parque da Ciência, que funcionará como um pólo dinamizador da sensibilização para as questões ambientais e científicas.

Este projecto incluiu também a instalação de uma rede de drenagem e recuperação do Biogás e o seu aproveitamento para a produção de energia.

Projectos de Compostagem Caseira e Agricultura Biológica

A promoção da Compostagem Caseira e dos princípios da Agricultura Biológica é um investimento da LIPOR que para além do seu objectivo principal, de contribuir para uma melhor gestão dos resíduos biodegradáveis, tem bastante impacto na manutenção e protecção da Biodiversidade.

Uma forma preferencial de atrair e fixar a Biodiversidade é manter os sistemas agrícolas tradicionais, como a Agricultura Biológica preconiza, e promover a criação de novos espaços agrícolas. Os projectos da LIPOR ligados a estas vertentes da terra e das boas práticas agrícolas e ambientais são também um contributo para a manutenção da Biodiversidade.

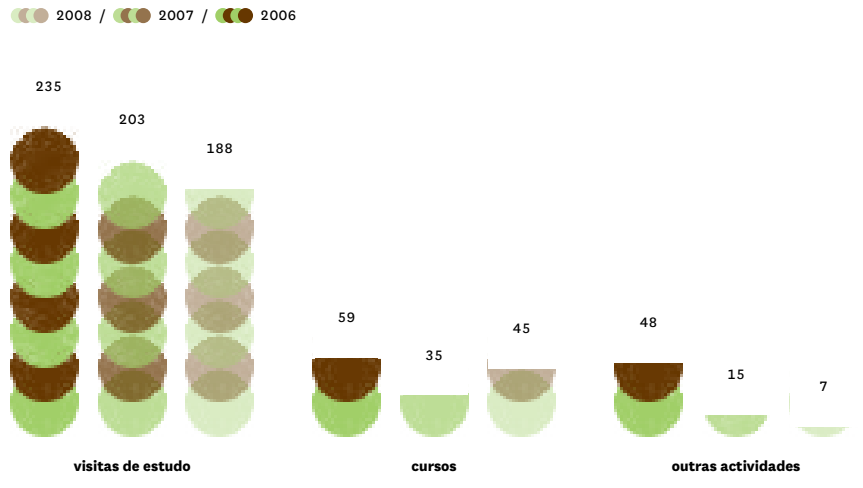
A Horta da Formiga

A Horta da Formiga é o coração de todo o projecto, funcionando como uma plataforma de demonstração da Compostagem Caseira, da Agricultura Biológica e de um conjunto grande de boas práticas ligadas à terra, à compostagem e ao ambiente.

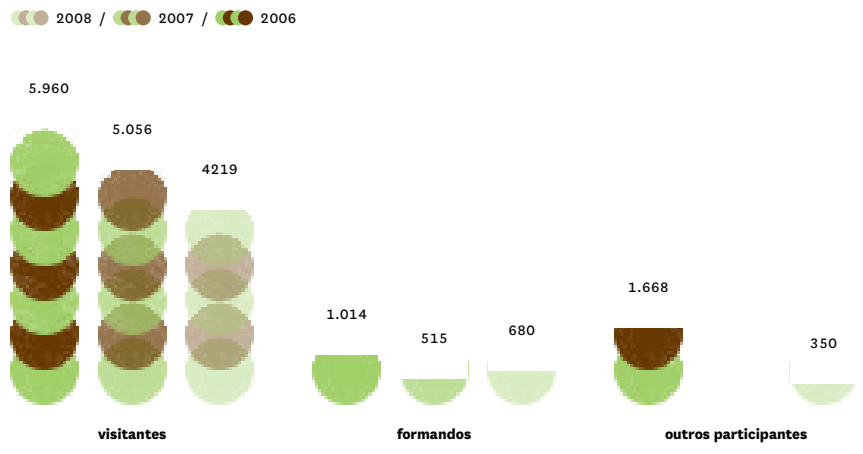
Todas as valências deste projecto, nomeadamente a Horta e o Pomar contribuem para a manutenção da Biodiversidade, uma vez que esta abordagem permite, através da utilização de sistemas equilibrados e naturais e a utilização de espécies autóctones, a fixação de espécies que de outro modo tenderiam a desaparecer.

O trabalho desenvolvido pela Horta ao longo do ano inclui um conjunto significativo de actividades funcionando como uma estrutura de Sensibilização muito importante, não só para a população escolar mas para todos os cidadãos, através da promoção de acções de formação nas áreas da Compostagem Caseira e da Agricultura Biológica e em outras áreas relacionadas, como as Plantas Aromáticas e Medicinais, Pragas e Doenças e Multiplicação de Plantas.

Actividades Realizadas pela Horta da Formiga



População Abrangida



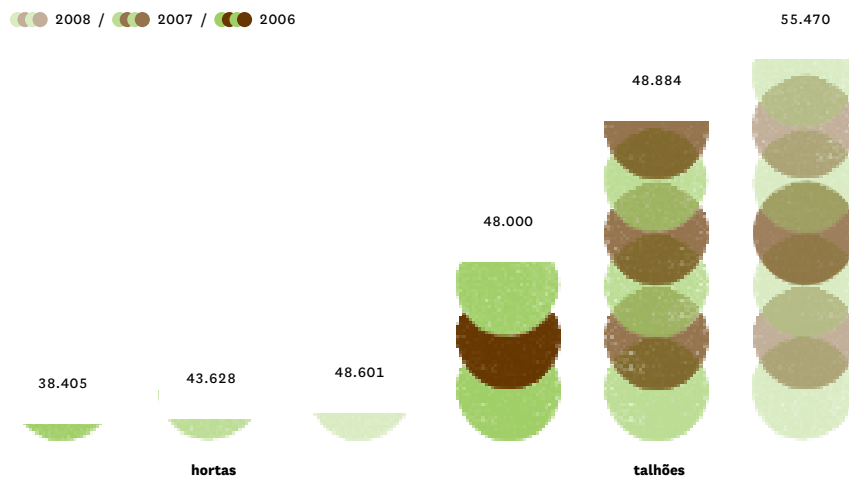
O Projecto “Horta à Porta”

Conscientes de que o espaço individual disponível para os cidadãos poderem ter a sua “horta” é reduzido, e, ao mesmo tempo, respondendo a uma necessidade expressa pelos visitantes da Horta e formandos que frequentam os Cursos disponibilizados, foi desenvolvido o projecto “Horta à Porta”, que continua a ser um projecto muito acarinhado.

O princípio deste projecto assenta na disponibilização de pequenos talhões para seu usufruto, onde podem cultivar os seus próprios alimentos e ao mesmo tempo fazer a Compostagem Caseira, neste caso através de compostores comunitários. A única exigência aos utilizadores é a aplicação dos princípios da Agricultura Biológica ao cultivar os seus talhões.

Este projecto é realizado em estreita parceria com diversas entidades da Região como as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, nomeadamente para a disponibilização de terrenos para as hortas, não envolvendo custos para o cidadão.

Projecto Horta-à-Porta



Horta na Escola

A população escolar é sem dúvida uma das populações-alvo mais importantes quando falamos em sensibilização. Deste modo o projecto das Hortas tem sido adaptado e desenvolvido nas escolas que têm condições para o fazer, através do apoio na implementação de pequenas Hortas pedagógicas nestas escolas. Este desenvolvimento implica um forte apoio, formação e acompanhamento por parte da LIPOR. Continuamos em 2008 a desenvolver um bom trabalho com as escolas, tendo iniciado 24 novas Hortas, com a participação de mais de 500 alunos e professores, e continuando a maior parte das escolas que já faziam parte do projecto, a manter as Hortas realizadas em anos anteriores.

Terra à Terra, Projecto de Prevenção dos Resíduos Orgânicos

No sentido de dar continuidade às políticas de prevenção, nomeadamente a prevenção de resíduos orgânicos, continua a ser promovido o projecto Terra-à-Terra. Este projecto visa essencialmente, promover a redução dos resíduos orgânicos e a promoção da compostagem caseira ao nível dos cidadãos.

O facto de quase 40% dos resíduos produzidos serem resíduos orgânicos e que podem facilmente ser valorizados através da compostagem caseira justifica facilmente a promoção e participação neste projecto.

Mais uma vez, este projecto não acarreta custos para os participantes, sendo complementado com formação específica que permite aos cidadãos a melhor utilização dos compostores e o sucesso do projecto.

Durante o ano de 2008 foram entregues 887 compostores, perfazendo um total de 1074 compostores distribuídos desde o lançamento do projecto. Ao mesmo tempo foram realizadas 30 acções de formação sobre compostagem caseira no âmbito deste projecto, envolvendo mais de 600 participantes.

Para obter mais informações sobre os projectos da "Horta da Formiga", sobre a compostagem caseira ou para se inscrever nas nossas actividades visite o site: www.hortadaformiga.com.

3.2.2.5 Emissões, Efluentes e Resíduos

Emissões

Os Gases de Efeito de Estufa (GEE) e as Alterações Climáticas continuam a ocupar um lugar central nas preocupações actuais da comunidade internacional. Também na LIPOR estas emissões começam a ser uma preocupação cada vez maior, começando a ser avaliadas sistematicamente a par com as restantes emissões, nomeadamente as da Central de Valorização Energética.

Assim a avaliação anual dos Gases de Efeito de Estufa e a determinação da Pegada Carbónica da LIPOR passou a ser uma realidade no âmbito da “Estratégia 2M — menos resíduos, menos carbono”. Na tabela seguinte apresentam-se as emissões de GEE da LIPOR, discriminadas por âmbito.

total de emissões directas e indirectas de gases causadores do efeito de estufa por peso — EN16/EN17

actividade	2006	2007	2008
âmbito 1 — emissões directas	401.011	425.277	386.188
âmbito 2 — emissões indirectas (electricidade)	1.749	2.245	2.688
âmbito 3 — outras emissões indirectas	47	169	140
total	402.807	427.691	388.876

Dado que a nossa actividade é a gestão de resíduos parece-nos oportuno discriminar a contribuição de cada uma das formas de tratamento para as emissões directas da LIPOR.

emissões das actividades operacionais da lipor / valores em tco2e — EN16

actividade	2006	2007	2008
tratamento/valorização RSU	399.635	424.183	384.620
confinamento técnico	191.464	183.404	176.027
valorização orgânica	4.393	5.001	6.575
valorização energética	203.778	235.778	202.018

Os valores do Confinamento Técnico continuam a incluir uma parte de estimativa, uma vez que consideram a dinâmica da matéria orgânica em Aterro e contabilizam desta forma as emissões dos resíduos depositados desde 1982 e não apenas dos resíduos depositados no ano em questão.

Consideramos também importante discriminar as emissões resultantes das deslocações dos colaboradores como complemento às emissões da actividade operacional. Contudo, neste momento ainda não estamos a contabilizar as deslocações casa-trabalho dos nossos colaboradores para este cálculo, apenas as deslocações em serviço. Apresentam-se a seguir estas emissões, discriminadas por tipo de transporte utilizado.

actividade	2006	2007	2008
deslocações em serviço	47	113	140
comboio	0,5	1,0	0,7
avião	47	48	71
viatura particular (aluguer)	n.d.	41	32
bus/coach (aluguer)	n.d.	23	2,7
frota terceiros (transporte escórias e sucatas)	n.d.	56	34

Pela análise dos dados obtidos, rapidamente concluímos que as emissões mais significativas estão directamente ligadas à Valorização Energética e à Deposição em Aterro, ou seja ao tratamento propriamente dito dos resíduos indiferenciados. Esta conclusão é mais uma evidência de que é fundamental não só apostar cada vez mais na separação, na reciclagem e na compostagem, mas que deve ser realizado um esforço adicional na própria prevenção da produção de resíduos como forma privilegiada de reduzir as emissões.

EN18 Foi com esta ideia base em mente que se materializou a estratégia “2M — *menos resíduos, menos carbono*”, que pretende ser a concretização das nossas preocupações a nível das emissões de Gases com Efeito de Estufa.

Nesta estratégia são propostos três eixos de actuação que nos permitam valorizar o contributo que as nossas actividades podem ter para a redução das emissões de GEE.

Num primeiro eixo de actuação o objectivo principal será conhecer o perfil de emissões de GEE das actividades LIPOR, através do cálculo da pegada carbónica.

Com o eixo dois pretende-se promover iniciativas e actividades que permitam reduzir, de facto, as emissões e ao mesmo tempo estudar a possibilidade de compensar as emissões inevitáveis.

Finalmente num terceiro eixo pretende-se essencialmente promover a literacia do tema “*Carbono e Resíduos*” não só junto dos nossos colaboradores mas envolvendo todos os nossos parceiros.

Esta linha de acção permitirá à LIPOR caminhar na direcção de cada vez ser menor o seu impacto em termos de GEE e conseqüentemente nas alterações climáticas, podendo inclusive contribuir de forma positiva para a diminuição deste fenómeno.

Apesar de ser um tema importante, as emissões significativas da LIPOR não se limitam a estes gases. De facto, desde sempre que as preocupações e, conseqüentemente o controlo rigoroso das emissões gasosas da Central de Valorização Energética são uma realidade.

Esta Central, sendo uma instalação de incineração, requer um controlo cuidado de modo a minimizar os seus riscos e impactos potenciais.

A Autorização de Funcionamento da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, define de forma clara quais os parâmetros a medir em contínuo bem como os valores-limite para cada poluente.

Podemos verificar no quadro seguinte os valores de emissões médios para os principais poluentes. Verificamos, ainda, que não são ultrapassados os valores-limite definidos na Autorização para os diferentes poluentes.

emissões atmosféricas significativas, medidas na central de valorização energética — EN20

	2007	2008		
	quantidade emitida (kg)	quantidade emitida (kg)	concentração média anual	valor limite (mg/nm ³)
HCl	8.630	6.562,21	4,20	10,00
NO _x	286.000	222.898,37	139,90	200,00
HF	433	145,11	0,10	1,00
SO ₂	8.570	9.397,85	6,10	50,00
partículas	4.140	2.532,39	1,60	10,00
co	8.559	9.736,12	6,10	50,00
	quantidade emitida (kg)	quantidade emitida (kg)	concentração média anual* (ngTEQ/nm ³)	valor limite (ngTEQ/nm ³)
dioxinas e furanos (PCDD+PCDF)	0,0096	0,0115	0,0040	0,1000

* em 2008 foram realizadas duas campanhas, uma em Abril e outra em Dezembro

No caso das Dioxinas e Furanos, uma vez que não é possível a sua medição em contínuo, a Autorização de Funcionamento da Central prevê a medição anual destes parâmetros. Em 2008 foram realizadas duas campanhas, uma em Abril e outra em Dezembro, apresentando-se, neste caso, o valor médio das duas análises.

O desempenho da Central continua a ser muito bom, o que pode ser comprovado pelos baixos valores de emissões, bastante abaixo do valor limite definido na Legislação Nacional e na Autorização de Funcionamento.

Efluentes

Na LIPOR tentamos evitar o mais possível impactos negativos na nossa envolvente, pelo que também no caso dos efluentes temos cuidados redobrados, tratando-os convenientemente antes de serem descarregados em meio receptor natural.

Sendo os processos operacionais significativamente diferentes também o tratamento dos efluentes resultantes é diferente.

No caso do Centro de Triagem não há utilização de água pelo que os efluentes produzidos são basicamente dos balneários. Também no caso da Central de Valorização Orgânica não há produção de efluentes industriais, uma vez que o processo de compostagem é deficitário em água, levando a que também aqui os efluentes sejam equiparados a domésticos.

Todos os efluentes produzidos por estas unidades são encaminhadas para a ETAR da Central de Valorização Orgânica onde são devidamente tratados e posteriormente descarregados na Ribeira do Caneiro. Na CVO é utilizada uma ETAR compacta onde é efectuado um tratamento secundário (biológico), antes de o efluente ser descarregado em Meio Natural.

efluentes do pólo Baguim do Monte/Ermesinde tratados e descarregados — EN21

	2008
água tratada (m ³)	4.552,00
descarregada em meio natural (m ³)	4.552,00

De modo a garantir a qualidade do efluente descarregado e a não contaminação do ribeiro são realizadas análises mensais aos efluentes descarregados, por uma entidade independente. A frequência destas análises é mensal, apresentando-se no quadro a média anual das análises efectuadas em 2008.

campanhas de análise do efluente da ETAR da CVO em 2008 — EN21

parâmetro	unidade	valor médio anual	VLE
azoto kjeldahl	mg/l N	14,6	15
carência bioquímica de oxigénio	mg/l o2	21	40
carência química de oxigénio	mg/l o2	114,2	150
nitratos	mg/l N	26,6	50
pH	—	7,1	6-9
sólidos suspensos totais	mg/l	47,4	60

VLE — valor limite de emissão segundo o Dec.-Lei 236/98

Em relação às restantes unidades, nomeadamente ao pólo da Maia, a principal proveniência dos efluentes é o Aterro Sanitário. Neste caso, e dada a constituição destes lixiviados, o sistema de tratamento dos efluentes é mais completo. A ETAR da LIPOR II utiliza um sistema de tratamento biológico, complementado por um sistema de Osmose Inversa, o que permite uma excelente qualidade da água tratada, podendo inclusive ser utilizada, por exemplo, para lavagens e para rega.

Tentando evitar, logo à partida, a produção de quantidades elevadas de efluentes a tratar, temos ao nível da gestão do próprio Aterro um grande cuidado, evitando a entrada de águas pluviais na massa dos resíduos, através da cobertura dos mesmos e da criação de módulos de deposição com drenagem independente. Estas medidas diminuem consideravelmente a produção de lixiviados.

No caso da ETAR do pólo da Maia, o efluente tratado é descarregado normalmente no Rio Leça. Como se pode ver no quadro seguinte, em alguns casos, como períodos hidrológicos excepcionais, a água é tratada externamente na ETAR de Ponte de Moreira.

água processada na ETAR do aterro sanitário da Maia — EN21

	2007	2008
água tratada externamente* (m3)	9.270,0	8.554,0
descarregada em meio natural (m3)	5.736,0	5.187,0

* ETAR Ponte de Moreira

Como referido anteriormente a ETAR da Maia tem um processo de tratamento terciário por Osmose Inversa, o que leva a que a qualidade do efluente tratado e descarregado seja normalmente elevada. O ciclo de tratamento inclui uma lagoa de homogeneização e regularização, o tratamento biológico (nitrificação/ desnitrificação) e finalmente o tratamento por Osmose Inversa. Na tabela seguinte podemos verificar os valores dos principais parâmetros analisados do efluente, nas duas campanhas realizadas.

parâmetro	unidade	média 2007	média 2008	VLE
azoto kjeldahl	mg/l NH4	< 6	< 5,3	10
carência bioquímica de oxigénio	mg/l O2	< 5	< 5,8	40
carência química de oxigénio	mg/l O2	< 5	< 19	150
hidrocarbonetos totais	ug/l	< 2500	< 2500	15000
índice de fenol	ug/l C6H5OH	8	13,7	500
nitratos	mg/l O3	89	103,5*	50
óleos e gorduras	mg/l	—	< 2,7	15
pH (temperatura de leitura)	°C	—	20	—
pH	escala sorensen	7,05	7,4	6–9
sólidos suspensos totais	mg/l	< 5	< 5	60

VLE — valor limite de emissão segundo o Dec.–Lei 236/98 / * este resultado não respeita os limites

EN25 Apesar de todo o cuidado tido no tratamento dos efluentes, não podemos afirmar categoricamente que não existem impactos sobre os corpos de água utilizados, uma vez que não existe informação fiável disponível da parte das Autoridades sobre o tamanho e o estado de conservação dos corpos de água utilizados como meio receptor pela LIPOR.

No entanto, e dado que num dos locais, na LIPOR II, a água descarregada em meio natural sofre um tratamento terciário com osmose inversa, podemos afirmar com toda a segurança que não afecta negativamente o corpo de água onde é descarregada.

Além disso, é um facto que o rio onde é descarregada é conhecido por ser um rio bastante poluído, ou seja em que a água descarregada é mais limpa que o próprio rio.

Como forma de reforçar esta segurança, a LIPOR tem em funcionamento um Plano de Monitorização Externa da LIPOR II onde são controlados e analisados todos os parâmetros referentes a estas questões.

No caso das descargas da ETAR da Central de Valorização Orgânica, e dados os resultados das análises periódicas, a nossa percepção é de que não há um impacto significativo das descargas no Ribeiro do Caneiro. Este facto aliado ao baixo caudal descarregado e ao cumprimento dos limites de poluentes no efluente levam-nos a afirmar que também não há impactos significativos neste caso.

Além disso, tanto um caso como o outro não estão classificados como zonas sensíveis ou de protecção especial.

Resíduos

Sendo a LIPOR uma entidade que tem como função principal a Gestão de Resíduos, não é fácil definir os limites do que é “gestão do negócio” ou “gestão dos resíduos da organização”.

Do mesmo modo haverá resíduos que terão que ser considerados como resultantes dos processos operacionais e não como matéria-prima das nossas unidades operacionais.

Qualquer definição terá com toda a certeza limites muito ténues, pelo que consideramos, neste caso, como resíduos todos aqueles que não são valorizados ou tratados dentro do Sistema Integrado LIPOR.

Apresentam-se a seguir estes valores, identificando os que são considerados perigosos ou não.

resíduos especiais do sistema lipor — EN22

	2007	2008	perigosidade
óleos minerais (litros)	7.400	10.200	sim
águas oleosas (litros)	1.000	5.500	sim
total (litros)	8.400	15.700	
óleos alimentares (kg)	375,00	755,00	não
serrim e trapos com óleos (kg)	41,39	0,00	sim
embalagens contaminadas* (kg)	5.240,00	14.946,50	sim
pilhas (kg)	27.260,00	28.500,00	sim
baterias (kg)	56.000,00	36.900,00	sim
seringas (kg)	62,80	93,00	sim
tinteiros e toners (kg)	580,00	1.260,00	sim
pneus**	—	3.260,00	não
total (kg)	89.559,19	85.714,50	
destino — empresas licenciadas para valorização/tratamento			
escórias (ton)	47.097	36.737	não
total (ton)	47.097	36.737	
destino — aterro licenciado			
sucatas ferrosas (ton)	5.425	4.554	não
total (ton)	5.425	4.554	
destino — reciclagem			
* incluem embalagens com óleos, líquidos não identificados, corrosivos e nocivos e tintas e vernizes			
** em 2007 não foi incluído porque internamente não estava assumido como resíduo especial			

Apesar de, no âmbito destes indicadores apenas serem considerados os resíduos que são enviados para outras entidades para tratamento, apresentamos também os rejeitados das diferentes unidades operacionais, apesar de na sua maioria serem apenas alvo de Gestão Interna.

Este é um indicador muito importante, nomeadamente na aferição do desempenho dos nossos processos e das nossas unidades operacionais, permitindo-nos uma melhor avaliação do desempenho global.

Continuamos a considerar os materiais enviados para a Reciclagem e para a Compostagem como materiais e matérias-primas e não como resíduos, e como tal não são contabilizados nestes indicadores, apresentando-se aqueles que se conseguem recuperar posteriormente aos tratamentos principais como as sucatas ferrosas da LIPOR II por exemplo.

Na tabela seguinte apresentam-se os principais rejeitados do sistema, indicando o seu destino.

rejeitados dos diferentes processos operacionais

	2006	2007	2008
rejeitados do centro de triagem			
linha dos planos — papel e cartão (ton)	1.586,82	1.211,50	1.095,86
linha dos volumosos — embalagens (ton)	1.407,54	579,98	431,72
finos (ton)	n.d.	455,85	580,62
pré-triagem (ton)	n.d.	1.048,61	1.136,60
reee (ton)	n.d.	n.d.	72,74
total (ton)	2.994,35	3.295,94	3.317,54
destino — central de valorização energética			
partículas conc dos filtros de mangas (kg)	540	640,00	900,00
destino — unidade de inertização de cinzas da LIPOR II			
rejeitados plataformas			
plataforma (ton)	n.d.	n.d.	935,06
destroçados — monstros (ton)	n.d.	n.d.	4.206,10
total (ton)	n.d.	n.d.	5.141,16
destino — central de valorização energética			
rejeitados da central de valorização energética			
cinzas (ton)	28.876	32.364	30.037
escórias (ton)	68.965	76.606	72.798
destino — aterro sanitário da Maia			
partículas conc dos filtros de mangas (kg)	540	640,00	900,00
destino — reciclagem			
rejeitados da central de valorização orgânica			
metais ferrosos (ton)	11,80	18,92	18,66
rejeitados leves (ton)	195,00	475,46	554,78
destino — reciclagem			
rejeitados pesados (ton)	167,98	1041,00	233,64
destino — aterro			

As cinzas apresentadas neste quadro resultam dos processos de depuração dos efluentes gasosos da Central de Valorização Energética. Antes de serem depositadas no Aterro Sanitário da Maia, anexo à Central, são enviadas para o Centro de Inertização de Cinzas da LIPOR II, onde sofrem um complexo processo de inertização e estabilização, que permite reduzir drasticamente a sua perigosidade.

Em relação às quantidades de rejeitados da Central de Valorização Orgânica, continuamos a verificar um crescimento, se bem que não tão acentuado como o ano passado, fruto, do mesmo modo, do crescimento na entrada de materiais. Como é natural este crescimento reflecte-se nas quantidades de rejeitados.

Em relação aos resíduos domésticos produzidos nas instalações da LIPOR, são automaticamente integrados nas unidades operacionais, não se fazendo por isso o seu controlo. Isto acontece tanto para os resíduos recicláveis como para os indiferenciados. Este procedimento resulta principalmente do facto de no cômputo geral estes resíduos não terem qualquer significado.

A Prevenção na produção de resíduos

Estas questões dos resíduos sempre foram, como não podia deixar de ser, muito importantes para nós. Associado aos elevados padrões de consumo das sociedades modernas verificamos um crescimento na produção de resíduos e consequentemente um aumento dos impactos que estes provocam.

Numa altura em já ninguém questiona o elevado impacto destes comportamentos e o facto de esta situação não ser sustentável por muito tempo, uma vez que o nosso Planeta e os nossos recursos são finitos, a Prevenção na produção de resíduos, mais do que uma iniciativa deve ser uma necessidade.

Reflexo desta mesma ideia, verificamos que na base da hierarquia das opções de Gestão de resíduos se encontra a Prevenção, dando indicações claras de qual deve ser a preocupação de todos — reduzir os resíduos produzidos.

Na LIPOR o nosso Grupo da Prevenção continua a trabalhar para que a Prevenção entre nas agendas e cada vez mais seja uma realidade. Este Grupo tem desenvolvido um conjunto muito extenso de iniciativas e actividades nesta área da Prevenção.

Dando continuidade ao projecto “-100 kg” iniciado em 2006 em parceria com a ACR+ (Associação das Cidades e Regiões Europeias para a Gestão Sustentável dos Recursos) e com base nos bons resultados do trabalho realizado, este ano foi promovido um conjunto de iniciativas, das quais uma parte significativa foi concentrada numa semana em Novembro, que pretendeu funcionar como um projecto-piloto de uma “*Semana Europeia da Prevenção*”, de modo a que a Prevenção da Produção de Resíduos entre de facto na ordem do dia das Autoridades Públicas e Privadas e na agenda da Comunicação Social, com o objectivo de se mudar a mentalidade dos Cidadãos, incentivando-os a agirem para uma cada vez menor produção de resíduos sólidos.

Como culminar de todas as iniciativas realizadas ao longo do ano e durante a “*Semana da Prevenção*” foi organizada pela LIPOR e pela ACR+ uma Conferência Internacional sobre “A Prevenção na Produção de Resíduos”, onde estiveram presentes diversos especialistas na matéria e onde foi possível trocar experiências de vários países.

Como não podia deixar de ser, todo este trabalho só faz sentido se todos os actores estiverem envolvidos e motivados. Daí, considerarmos fundamental para o desenvolvimento destes projectos as parcerias que se criaram nos diferentes âmbitos, nomeadamente com as Câmaras Municipais, os Restaurantes, as Associações Cívicas, as Escolas, todas elas essenciais para o sucesso do projecto.

Mais informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo da Prevenção podem ser encontradas na página da Internet : www.eunaofacolixo.com

Derrames

Uma vez que não há nas nossas operações necessidade de armazenamento de grandes quantidades de líquidos perigosos ou outros materiais que possam causar derrames importantes, consideramos que esta é uma questão controlada.

Com efeito, os derrames que poderão acontecer e que estão previstos nas análises de risco são as pequenas fugas de óleo de viaturas ou de lubrificação de equipamentos. De qualquer modo, no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, esta questão foi avaliada e está salvaguardada, nomeadamente através de procedimentos para a contenção e resolução de eventuais derrames e para o seu registo no Sistema.

EN23

Durante este ano não foi registado nenhum derrame significativo nas nossas instalações.

3.2.2.6 Produtos e Serviços

Uma vez que os nossos produtos estão estreitamente ligados às operações da organização, é difícil falar de diminuição dos impactos desses produtos e serviços sem falar na melhoria do desempenho da organização, principalmente das suas unidades operacionais.

Com efeito, desde muito cedo que a melhoria da eco-eficiência tem sido para nós um objectivo, o que nos levou a definir e a aplicar às diferentes unidades, incluindo às questões da Gestão um conjunto de indicadores operacionais de eco-eficiência.

EN26

Uma das iniciativas que temos em curso de modo a responder a este desafio é a de reforçar a eficiência energética das nossas instalações. Isto é conseguido por um lado recorrendo a programas de sensibilização para os colaboradores e por outro modificando algumas práticas que levam por exemplo a uma diminuição dos consumos. Neste caso, podemos destacar a substituição de telhas por telhas translúcidas e o desligar da iluminação não necessária nas instalações. Os resultados e as poupanças conseguidas nestas iniciativas podem ser verificados no indicador EN6.

Ao mesmo tempo estamos a trabalhar a utilização de combustíveis alternativos na nossa frota, tendo sido desenvolvido um projecto para a utilização de biodiesel proveniente de Óleos Alimentares Usados como alternativa ao gasóleo tradicional.

O abastecimento da frota LIPOR com este biocombustível permitirá diminuir os impactos nos serviços de entregas e recolhas. Apesar de previsto, o abastecimento não se iniciou em 2008, por questões estruturais, estando previsto para o início de 2009. Ainda neste âmbito tem sido reforçada a necessidade de aumentarmos a eficiência energética das nossas instalações e dos nossos serviços, nomeadamente nos transportes, através de uma condução eco-eficiente.

Quando avaliamos o impacto da recuperação de embalagens utilizadas, apenas consideramos um produto, o Nutrimais, uma vez que o Dakele foi descontinuado.

De qualquer modo este é o único produto que entra no circuito normal de distribuição e daí o único que utiliza embalagens que possam ser retornadas.

Para a expedição deste produto são utilizadas, em termos de embalagens, o Filme (plástico), Paletes de Madeira e Big-Bags. Conforme estava previsto foi desenvolvido e está implementado desde Setembro de 2008 um sistema de retorno de Paletes de Madeira e de Big-Bags, permitindo a sua reutilização. Este programa de comercialização permite

a entrega, a recuperação e a reutilização destas embalagens. Assim, por cada Palete ou Big-Bag entregue com produto é cobrado um depósito que é devolvido aquando da devolução da embalagem à LIPOR.

Este sistema permitiu inclusive a recuperação de embalagens expedidas antes de ter sido iniciada a sua implementação, como se pode verificar no quadro seguinte.

embalagens devolvidas no âmbito do sistema de retorno de embalagens da LIPOR — EN27

paletes	
expedidas	5010
devolvidas*	277
% de devolução	6%

big-bags	
expedidos	13
devolvidos *	83
% de devolução	638%

* os valores das embalagens devolvidas contabilizam embalagens expedidas em períodos anteriores

Em relação ao produto em si, o composto, não se coloca esta questão uma vez que é consumido na utilização não gerando resíduos.

OBJECTIVOS AMBIENTAIS

Em relação aos principais objectivos propostos no ano passado, podemos dizer que, apesar de tudo, o seu cumprimento foi positivo como se pode ver a seguir, indicando uma clara melhoria no desempenho ambiental da LIPOR.

- ▶ Optimizar os consumos de água de rega dos espaços verdes do Pólo da Maia. *(Limitou-se o horário e o tempo de rega. Será analisada a possibilidade de substituir a vegetação.);*



- ▶ Estudar a possibilidade da minimização dos níveis de ruído na envolvente das unidades. *(Foram solicitadas propostas para a realização deste estudo. Falta escolher a proposta e implementar os trabalhos.);*



- ▶ Reduzir em 10% o número de aparelhos de ar condicionado com agentes de refrigeração R22 no Pólo de Baguim do Monte/ Ermesinde;



- ▶ Reduzir em 20% o volume total de água captado face ao estabelecido nas licenças das captações da LIPOR.



Para este ano de 2009, e dando continuidade ao trabalho realizado, queremos continuar a melhorar o nosso desempenho ambiental, pelo que apresentamos a seguir os objectivos mais relevantes que nos propomos atingir.

- ▶ Continuar a reduzir o volume total de água captado face ao estabelecido nas licenças das captações da LIPOR, atingindo os 25 % de redução;
- ▶ Reduzir o consumo de Gás Natural por colaborador, no Centro de Triagem, em 0,2 % face a 2008;
- ▶ Do composto orgânico produzido, obter 3% de “Composto Biológico”;
- ▶ Desenvolver o estudo dos espaços verdes para a integração das unidades na zona envolvente à Central de Valorização Energética.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

0 % — não iniciado; 25 % — iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;

50 % — cerca de metade realizado; 75 % — mais de metade realizado mas não concluído; 100 % — concluído.

3.3 O DESEMPENHO SOCIAL

A Responsabilidade Social continua a ser encarada pela LIPOR como uma vertente fundamental do nosso crescimento em sintonia com a comunidade em que estamos inseridos. De facto, acreditamos que a Responsabilidade Social deve ser encarada pelas empresas como uma forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para a melhoria da coesão social e para uma sociedade mais justa, fundamentalmente através de um maior investimento no capital humano.

Na LIPOR abordamos este trabalho a partir de duas vertentes complementares mas que muitas vezes se cruzam: a dimensão interna e a dimensão externa. Cada vez mais é fundamental as organizações assumirem compromissos em relação aos seus trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito às condições de trabalho e ao seu desenvolvimento pessoal. Por outro lado a preocupação com as comunidades em que as organizações estão inseridas e o seu desenvolvimento devem também fazer parte das prioridades do seu trabalho diário e das suas políticas de Responsabilidade Social.

3.3.1 Práticas Laborais

3.3.1.1 Abordagem da Gestão

desempenho social — práticas laborais

1/2

pontos principais	abordagem	observações
objectivos e desempenho	<p>As questões de Segurança, Saúde e Higiene são tratadas no âmbito da certificação do Sistema pela norma NP EN 4397/ OHSAS18001.</p> <p>No âmbito do Balanced Scorecard, a perspectiva Aprendizagem e Crescimento é parte integrante da estratégia e ocupa uma posição de destaque. Neste âmbito está incluída a questão da Formação, nomeadamente sobre Boas Práticas para a Segurança, e que é para nós essencial para o bom funcionamento da organização e para o crescimento dos colaboradores.</p>	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social.
política	<p>Como entidade pública cumprimos todos os pressupostos da legislação nacional relativamente ao recrutamento, evitando por isso questões como trabalho infantil, discriminação de género, raça ou outras, trabalho escravo, etc.</p> <p>De qualquer modo a implementação de um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, pela norma SA 8000 veio trazer um maior formalismo e rigor a esta questão. A nossa política de Higiene e Segurança permite-nos salvaguardar as questões de higiene, saúde profissional e segurança.</p>	<p>A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da Lipor pode ser consultada em: www.lipor.pt</p> <p>Lipor → Missão, Visão e Valores e Política</p>
responsabilidade organizacional	<p>A responsabilidade pelo trabalho realizado no âmbito da gestão dos Recursos Humanos e Higiene e Segurança é partilhada pela responsável pelo Departamento de Qualidade Ambiente e Segurança, Eng.ª Isabel Nogueira, e pela responsável do Departamento de Recursos Humanos, Dr.ª Cláudia Pacheco, reportando ambas directamente ao Administrador-delegado.</p>	

pontos principais	abordagem	observações
sensibilização e formação	No âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a SA 8000, passou a ser um objectivo estratégico os nossos colaboradores terem duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente das Práticas Laborais.	
monitorização e acompanhamento	Temos implementado o Sistema de gestão pelas NP EN 4397/OHSAS18001, devidamente certificado. Realizamos, neste âmbito um conjunto de análises à qualidade do ar, ao ruído, ao conforto térmico e à iluminação nos diferentes postos de trabalho da organização. Em relação às SA 8000, fomos certificados segundo este normativo em Dezembro de 2008.	
informação adicional	Foi realizado em 2007 um Estudo do Clima Social que nos permite avaliar o desempenho da Lipor nestas áreas. Este estudo será realizado novamente em 2009. Em relação aos Recursos Humanos, trabalhou-se durante 2006 e 2007 numa nova aplicação informática para a Gestão dos Recursos Humanos — o MyGiaf — que ficou operacional e começou a ser utilizado em 2008.	

3.3.1.2 Indicadores

Como já foi referido anteriormente, a LIPOR é uma organização com algumas particularidades devido à sua natureza jurídica especial de Associação de Municípios. Este enquadramento implica algumas diferenças quando falamos de Recursos Humanos, que serão explicadas sempre que necessário para a compreensão dos indicadores apresentados.

Na tabela seguinte podemos verificar o número de colaboradores de acordo com o vínculo à organização.

total de colaboradores da LIPOR — LA1

tipo de ligação à LIPOR	tipo de contrato	2007	2008
colaboradores directos	peçoal do quadro	124	121
	contratos sem termo	50	113
	contratos a termo certo	48	5
	total	222	239
trabalho supervisionado	trabalhadores independentes	21	8
	estagiários	3	0
	projecto vida-emprego	1	3
	total	25	11
trabalhadores ocasionais (independentes)	trabalho temporário	18	47
	consultores	9	9
	total	27	56

Em termos dos colaboradores considerados como integrantes da LIPOR temos os colaboradores directos e os supervisionados, num total de 250. Todos os colaboradores estão em regime de horário a tempo inteiro.

Claro que, dada a natureza da prestação de serviços dos trabalhadores independentes, esta questão do horário de trabalho não é aplicável.

Apesar do valor de rotatividade ser ligeiramente superior ao valor do ano passado, 2,38%, mantém-se muito baixo, como se pode verificar na tabela seguinte. Apesar de normalmente a maior parte das saídas serem na idade da reforma, este ano tivemos um número significativo numa faixa etária mais baixa. De qualquer modo podemos continuar a encarar a baixa rotatividade como um sinal positivo em relação à satisfação dos colaboradores com as condições que encontram na organização.

total de rotatividade na LIPOR — LA2

		taxa de rotatividade		
		colaboradores a 31.12.2009	saídas	taxa
estrutura etária	18-24	25	0	0,00%
	25-29	43	3	6,52%
	30-34	45	1	2,17%
	35-39	31	0	0,00%
	40-44	30	0	0,00%
	45-49	24	0	0,00%
	50-54	30	0	0,00%
	55-59	7	0	0,00%
	60-64	4	1	20,00%
	> 65	0	1	100,00%
género	masculino	177	6	3,28%
	feminino	62	0	0,00%

LA3 Uma vez que não há actualmente trabalhadores a tempo parcial, não se coloca a questão de igualdade de benefícios em relação aos que estão a trabalhar a tempo inteiro.

Em relação aos trabalhadores temporários, estes estão colocados ao abrigo de um contrato com uma empresa de Trabalho Temporário, pelo que as questões dos benefícios destes colaboradores são salvaguardadas pela própria empresa.

LA4 Como Associação de Municípios estamos bastante restringidos nos processos de contratação. O regime de negociação colectiva e a participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público estava estabelecido na Lei nº 23/2004, de 22 de Junho.

Entretanto, em 2008 foi aprovada a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro que estabeleceu os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado. Da mesma forma que a legislação anterior, agora revogada, este diploma também permite a realização de contratos colectivos de trabalho.

Também este ano entrou em vigor a Lei nº 59/2008 de 11 de Setembro que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e que regulamenta a realização de contratos colectivos de trabalho.

De qualquer modo, actualmente nenhum colaborador da LIPOR se encontra abrangido por um contrato colectivo de trabalho.

LA5 A LIPOR é uma organização de abrangência regional, pelo que as suas instalações não são muito dispersas em termos geográficos. Este facto leva a que não haja mudanças significativas em relação aos locais de trabalho, caso se verifique alguma mudança de local de trabalho.

No que diz respeito a mudanças de função e categorias, estas situações são sempre discutidas com os colaboradores, não havendo por isso mudanças forçadas. Na maior parte das vezes estas alterações são por sugestão ou pedido expresso do colaborador.

Sempre que há necessidade de preencher um lugar internamente, é aberto um concurso interno e qualquer colaborador pode candidatar-se, estando mais uma vez, a decisão do lado do colaborador. De qualquer modo não há nenhuma política expressa sobre esta questão.

Como exemplo deste tipo de mudanças podemos apresentar o caso de um colaborador que através de Concurso Interno transitou do DRVM (Centro de Triagem) para o Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança (DQAS).

Em relação aos despedimentos é aplicada a legislação sobre os Contratos de Trabalho, ou seja o Código do Trabalho, como em qualquer outra organização.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

O Sistema de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho congrega em si todas as questões relacionadas com a Segurança e a Saúde dos colaboradores da LIPOR, contribuindo no dia-a-dia para que os riscos para a sua integridade sejam cada vez menores. Este Sistema de Gestão está certificado pelo normativo NP EN 4397/ OHSAS 18001:2007. Devido a questões de ordem prática ainda não foi possível certificar toda a organização segundo esta norma, o que não invalida que por decisão e empenho da Administração as práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho implementadas no âmbito do Sistema, sejam aplicadas a toda a organização.

No âmbito deste trabalho são realizadas diversas iniciativas que contribuem para a melhoria das condições de trabalho e para a segurança dos nossos colaboradores.

A base de todo o trabalho é a avaliação de riscos realizada pela equipa de Higiene e Segurança que permite avaliar e verificar as necessidades de promoção de medidas de protecção, quer estruturais quer de equipamento individual.

A apoiar estas actividades é promovido um conjunto significativo de acções de formação que contribuem para a prevenção de acidentes e de doenças profissionais, que abrangem áreas como a ergonomia e o manuseamento de produtos químicos, até questões mais simples mas muito importantes como a utilização de Equipamentos de Protecção Individual (EPI) e a correcta lavagem das mãos.

Para além destas acções directamente relacionadas com o dia-a-dia do trabalho e com as suas funções, temos promovido ao longo dos anos um conjunto de formações complementares que tentam abordar temas que consideramos fundamentais para o crescimento da sociedade e para uma melhor qualidade de vida dos colaboradores e

das suas famílias. Estas sessões têm abordado temas diversos como as Doenças Sexualmente Transmissíveis, o Tétano, o Álcool, a Obesidade entre outros.

De modo a podermos ter uma resposta mais eficiente às necessidades dos nossos colaboradores e podermos evitar pequenos problemas que poderão ter consequências mais graves no futuro, temos o apoio de uma empresa da área dos Serviços de Medicina do Trabalho, que nos permite ter uma Médica de Trabalho na LIPOR permitindo antecipar e actuar preventivamente em caso de risco.

No período em análise neste Relatório não foi detectado nenhum caso de Doença Profissional nos nossos colaboradores.

Apesar de continuarmos a apostar em programas de sensibilização, prevenção e tratamento de doenças profissionais e graves, continuamos a limitar estas iniciativas aos nossos colaboradores, como se pode observar no quadro seguinte. Da mesma forma, a disponibilização do médico de trabalho e de um médico de medicina preventiva é apenas destinado aos colaboradores.

programas de prevenção e controlo de risco em relação a doenças graves em 2008 — LA8

destinatários dos programas	iniciativas			
	educação/formação	aconselhamento	prevenção/controlo de risco	tratamento
colaboradores	não	médica de trabalho	médica do trabalho	médico de clínica geral
familiares dos colaboradores	não	não	não	não
comunidade	não	não	não	não

LA6 No âmbito do Sistema de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, foram criados na LIPOR dois comités de Representantes para a Segurança. Um de Representantes da Administração e um de Representantes dos Trabalhadores. Como já referido, a Administração definiu que apesar de a Certificação estar limitada a algumas áreas, todas as práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho seriam aplicadas a toda a organização. Consequentemente este comité é representativo de todos os colaboradores da organização. O Comité foi eleito por voto secreto entre todos os colaboradores, com a primeira eleição a decorrer em 2004 e uma segunda em 2007 cujo comité funcionou em 2008 também.

Está prevista a próxima eleição decorrer em 2010 uma vez que a duração prevista de cada mandato nestas Comissões é de 3 anos.

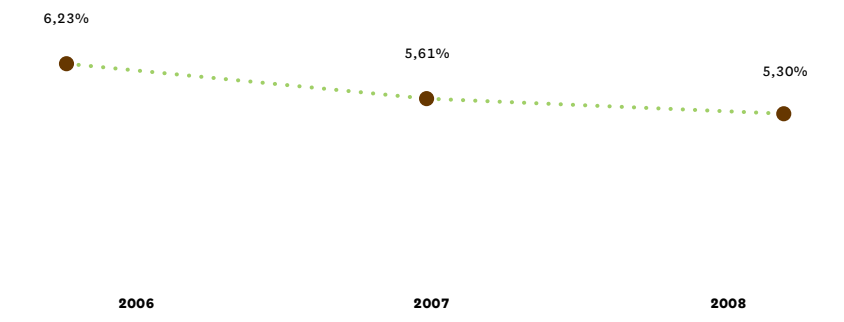
Apesar do empenho colocado nestas questões, os programas de sensibilização, formação e acompanhamento nunca são completamente eficazes. No entanto, podemos verificar que houve uma descida, se bem que ligeira, do Índice de Frequência o que pode ser um sinal de maior cumprimento dos procedimentos de segurança implementados. Ao mesmo tempo, infelizmente, verificamos um aumento do Índice de Gravidade, o que indica que apesar de menos acidentes, estes são mais graves. Estes valores mostram que ainda há muito trabalho a fazer pelo que vamos continuar a trabalhar para baixar estes valores, quer apostando em formação, quer tentando novas abordagens para a sua sensibilização.

índices de gravidade e frequência nos dois pólos da LIPOR — LA7

pólo	número de colaboradores	índice de frequência (rf)	índice de gravidade (rg)	acidentes mortais
2006				
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+GERAL)	219	74,64	1,18	0
2007				
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+GERAL)	244	94,9	0,63	0
2008				
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+GERAL)	236	89,85	1,36	0
no cálculo destes índices não são consideradas as pequenas lesões (acidentes de trabalho sem baixa)				

Em relação à taxa de absentismo, a tendência continua a ser a de descida, mantendo-se em valores relativamente baixos. Esta evolução pode ser verificada no gráfico seguinte. De notar que a taxa de absentismo de 2007 foi recalculada utilizando os pressupostos deste ano, que podem ser consultados no capítulo das Notas Metodológicas.

Taxa de Absentismo na lipor — LA7



LA9 Apesar de todo o trabalho realizado nesta área da Higiene e Segurança, actualmente não temos nenhum acordo formal com Sindicatos. De facto nunca se sentiu, nem por parte da LIPOR, nem por parte dos Sindicatos a necessidade de se celebrar um acordo formal, uma vez que no âmbito da Certificação pelas normas NP 4397/ OHSAS 18001:2007 todas estas questões são tratadas com grande profundidade.

Formação e Educação

Na Lipor como em qualquer organização o capital Humano deve ocupar um lugar de destaque nas preocupações. É fácil perceber que o sucesso ou fracasso de um projecto está intimamente ligado à motivação e empenho dos colaboradores envolvidos.

As organizações só têm a ganhar ao apostar em colaboradores motivados e com as ferramentas adequadas às suas funções. Não é de estranhar portanto que se continue a apostar no crescimento dos nossos colaboradores, tornando-os além de melhores no desempenho das suas funções, melhores cidadãos nas suas comunidades.

LA11 Apesar deste esforço, continua a não existir na LIPOR nenhum programa de Gestão de Carreiras, devido principalmente ao facto de estarmos regulamentados pelo regime de carreiras da Função Pública. A LIPOR é uma pessoa colectiva de direito público e por isso encontra-se vinculada ao regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Função Pública. Deste modo, a Gestão de Carreira é realizada através dos procedimentos que estão devidamente legislados.

Há, efectivamente, uma forte aposta na formação e melhoria de competências dos colaboradores mas não há Gestão de Carreiras.

De qualquer modo há uma forte preocupação com a evolução profissional dos nossos colaboradores dando-lhes a oportunidade de ocuparem novos postos e funções através de mudanças e concursos internos.

No início de 2009 haverá alterações significativas em termos de carreiras e progressões, estando previsto que as mais de 600 carreiras existentes na Função Pública passem a apenas 4. Na LIPOR já estão a ser precavidadas todas as situações laborais e de carreiras de modo a que esta transição decorra sem problemas para os colaboradores.

LA12 A análise e avaliação do desempenho dos colaboradores é realizada através do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), estando a sua aplicação regulamentada pela Lei n.º 10-A/2004 de 22 de Março. A aplicação à Administração Local desta Lei foi efectivada pelo Decreto-Regulamentar nº 6/2006 de 20 de Junho. Este sistema de avaliação está assente em três vertentes, os objectivos individuais, as competências do colaborador e a atitude.

Apesar das dificuldades que as limitações a que estamos sujeitos, podem trazer na motivação dos nossos colaboradores, continuamos a acreditar que a aposta na formação é essencial para o seu desenvolvimento.

A formação é uma forma preferencial para a melhoria das suas competências quer através da obtenção de ferramentas que lhes permitam um melhor desempenho, quer pela adequação dos seus conhecimentos às suas funções e postos de trabalho.

Podemos acompanhar no quadro seguinte as horas de formação realizadas pelos colaboradores da LIPOR, de acordo com a sua categoria funcional.

Apesar de neste quadro estarem apenas os valores dos colaboradores directos, é política da LIPOR promover acções de formação para todos os colaboradores que têm ligações laborais connosco, inclusive para os Trabalhadores Temporários.

média de horas de formação por ano, por colaborador — LA10

categoria funcional	colaboradores	horas de formação	horas de formação/colaborador
dirigentes	1	0	0,00
quadros médios superiores	45	4.488	99,73
técnicos especializados	14	588	42,00
administrativos	28	1.517	54,18
operários	151	5.261	34,84
total	239	11.854	49,60

Esta aposta clara na formação está bem patente no crescimento que podemos observar no quadro seguinte, em termos do total de horas de formação, resultado também do empenho da Administração em proporcionar as melhores ferramentas aos nossos colaboradores. Este facto leva a que sejam proporcionadas algumas vezes horas de formação a outros trabalhadores que estão nas nossas instalações mas que não são nossos colaboradores. Apresenta-se a seguir o número total de horas de formação, incluindo estas últimas.

Horas de Formação Totais



A Certificação de Competências

Ninguém tem dúvidas, actualmente, de que a formação dos colaboradores é essencial para o seu desempenho individual e consequentemente em equipa.

Estamos plenamente convencidos na LIPOR que além da melhoria das suas capacidades profissionais, a formação contribui de forma decisiva para o seu crescimento pessoal.

Continuamos, assim, a promover um programa bastante diverso de formação a todos os nossos colaboradores.

Depois do sucesso do ano passado, continuamos este ano a promover o Programa de Certificação de Competências (formação RVCC), desenvolvido na LIPOR de forma a permitir aos nossos colaboradores a finalização da formação escolar básica. Depois de termos promovido a certificação do 6º e 9º ano de escolaridade, este ano avançamos para

a certificação do 12º ano. Este programa é desenvolvido e acompanhado de perto pelo nosso Departamento de Recursos Humanos e conta com a colaboração da Associação para o Desenvolvimento da Cidade de Ermesinde (ADICE) como entidade formadora.

De modo a facilitar a formação aos nossos colaboradores, este programa está a ser realizado nas nossas instalações, tendo a LIPOR reservado uma sala e disponibilizado computadores para a formação. De modo a motivar ainda mais os nossos colaboradores a LIPOR disponibiliza uma hora de trabalho para a frequência da formação.

Neste momento temos 34 colaboradores a frequentar a formação e a preparar a sua apresentação para certificação do 12º ano de escolaridade. A adesão dos nossos colaboradores à iniciativa e a motivação que demonstram dão-nos ânimo para continuarmos e considerarmos este projecto um sucesso.

Formação Interna de Quadros

Uma das iniciativas mais emblemáticas que desenvolvemos tem sido a “*Formação Interna de Quadros*”. Para este sucesso contribuem alguns factores que nos parecem importantes, nomeadamente a selecção dos temas e dos oradores. De facto a escolha de temas actuais, mesmo não tendo que ver directamente com a nossa actividade, e de interesse comum a todos os colegas leva a que seja sempre bem recebida a sessão.

Além disso, a selecção de oradores familiarizados com os temas e de renome levam a que estas acções mais do que acções de formação comuns sejam espaços interessantes de troca de ideias e debate.

Este ano tivemos o prazer de ter connosco, entre outros o Bispo do Porto D. Manuel Clemente a falar da ligação trabalho-família, o Tenente-coronel António Luís Eugénio a falar sobre estratégia e o Dr. Pedro Assunção a falar sobre os mercados financeiros.

Igualdade de Oportunidades

Como é do conhecimento geral, a LIPOR como organização com um enquadramento jurídico diferente do habitual, está bastante dependente das questões legais, que acabam por ter uma influência muito significativa na forma como é realizada a gestão dos Recursos Humanos.

Ao mesmo tempo, esta dependência da legislação, é também garante da igualdade de oportunidades e da não-discriminação.

LA14 Dado que a remuneração está definida por legislação própria e aplicável a todos os colaboradores da Função Pública, não é possível à LIPOR fixar remunerações diferenciadas. Assim, não pode haver, e não há, discriminação em relação à fixação dos valores remuneratórios. A revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, a actualização dos índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem ficou definida pela Portaria n.º 30-A/2008 de 10 de Janeiro. Desta forma não há possibilidade de haver diferenças remuneratórias discriminatórias entre os nossos colaboradores.

Quanto aos trabalhadores em situação de Contrato de Trabalho, a LIPOR tem como política praticar níveis de remuneração iguais aos da Função Pública, de modo a que todos os colaboradores na mesma posição recebam o mesmo, evitando diferenças discriminatórias entre os trabalhadores.

LA13 Quando falamos em termos de Gestão de Topo, nomeadamente a nível da Administração, o controlo é ainda menor, uma vez que apenas o Administrador-Delegado é parte integrante dos quadros da organização e é nomeado. Os restantes elementos do Conselho de Administração, como já referido anteriormente, são eleitos pelos cidadãos e definidos pelos Municípios.

A LIPOR tem na Gestão de Topo dois órgãos, a Assembleia Intermunicipal, constituída por um Presidente de Câmara e dois Vereadores de cada município, num total de 24 elementos e o Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração são eleitos entre os membros da Assembleia, um Vereador de cada município e um Presidente de Câmara (que será o Presidente do Conselho de Administração), num total de 8 elementos. Na actual Assembleia Intermunicipal estão presentes duas mulheres, uma das quais faz parte do Conselho de Administração.

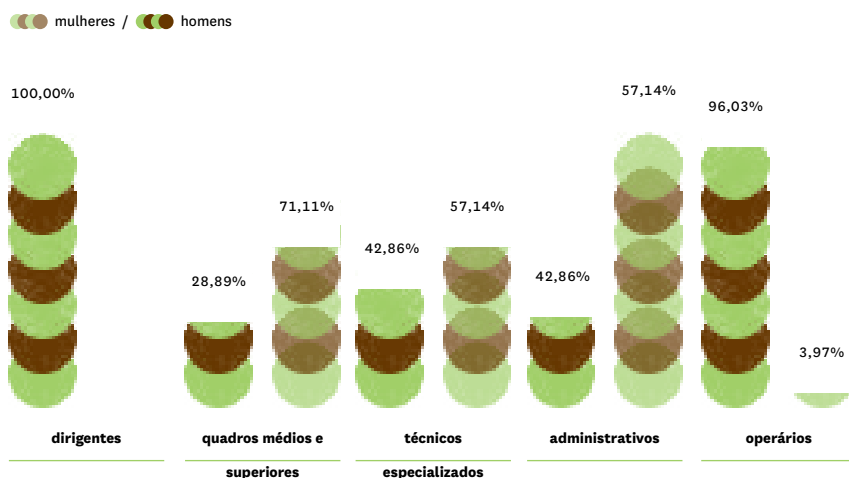
A análise dos quadros seguintes permite verificar a constituição dos nossos recursos humanos e que espelha bem o clima de igualdade que se vive na LIPOR.

género e estrutura etária dos colaboradores da LIPOR — LA13

estrutura etária		género e estrutura etária (%)					total
		dirigentes	quadros médios superiores	técnicos especializados	administrativos	operários	
18-24	M	—	—	—	1	22	23
	F	—	—	—	2	—	2
25-29	M	—	4	3	5	18	30
	F	—	9	2	2	—	13
30-34	M	—	5	3	2	12	22
	F	—	12	5	5	1	23
35-39	M	—	2	—	—	16	18
	F	—	10	—	3	—	13
40-44	M	—	1	—	3	23	27
	F	—	1	1	1	—	3
45-49	M	—	—	—	—	24	24
	F	—	—	—	—	—	0
50-54	M	1	1	—	—	23	25
	F	—	—	—	2	3	5
55-59	M	—	—	—	—	5	5
	F	—	—	—	1	1	2
60-64	M	—	—	—	1	2	3
	F	—	—	—	—	1	1
> 65	M	—	—	—	—	—	0
	F	—	—	—	—	—	0

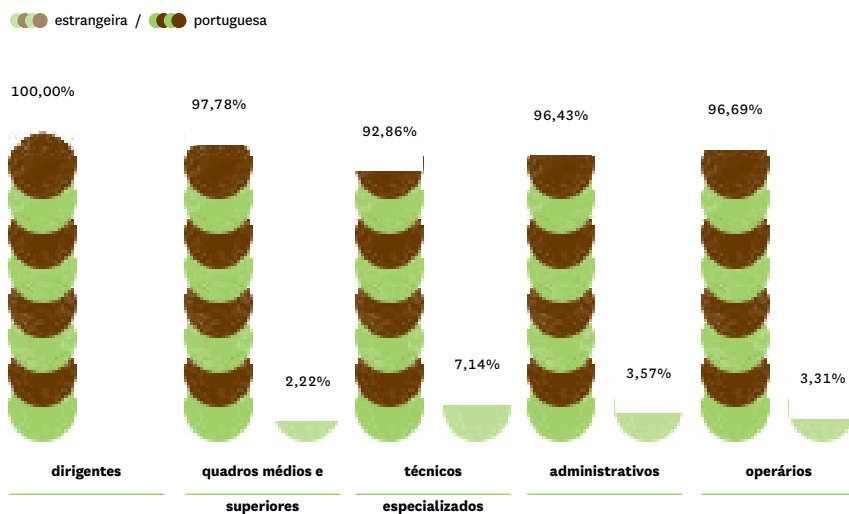
Se à primeira vista a distribuição por género na categoria dos operários nos poderia levar a pensar que não havia mulheres, este facto é contraposto pelo número de mulheres noutras categorias, como os quadros médios e superiores. Pode até verificar-se que nas restantes categorias as mulheres são sempre mais que os homens.

Distribuição dos colaboradores por género — LA13



Outra questão que não levanta muitas preocupações é a nacionalidade dos colaboradores. Esta é também uma falsa questão, uma vez que está intimamente ligada ao sistema de contratação da Administração Pública a que estamos obrigados.

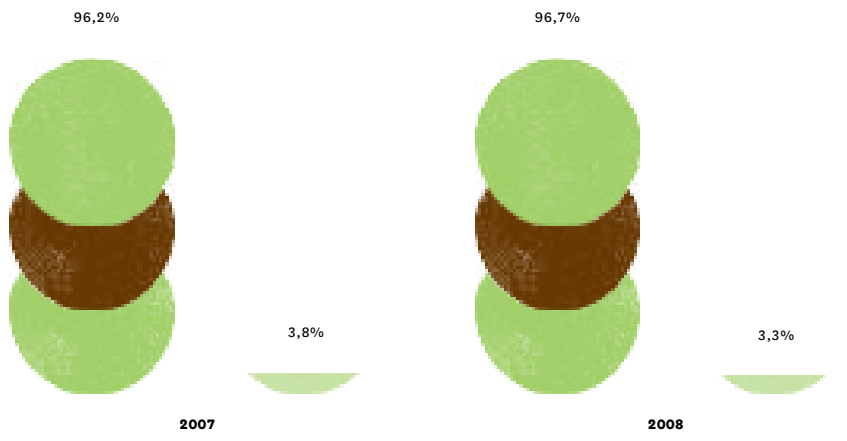
Distribuição dos colaboradores por nacionalidade — LA13



Em relação à integração de colaboradores com deficiências, o número de colaboradores contratados tem-se mantido inalterado. Este facto resulta principalmente de não haver candidatos à LIPOR nestas condições.

Todos os colaboradores que estão nesta situação pertencem à categoria dos Operários. Também este resultado resulta do processo natural de selecção e não de nenhuma medida eliminatória *a priori*, estando os colegas perfeitamente integrados quer na função quer no ambiente de trabalho.

● colaboradores portadores de deficiência / ● restantes colaboradores



3.3.2 Direitos do Homem

3.3.2.1 Abordagem da Gestão

desempenho social — direitos do homem

1/2

pontos principais	abordagem	observações
objectivos e desempenho	Dada a área de intervenção da organização, a Área Metropolitana do Porto, não foi considerado haver risco significativo de violação dos Direitos Humanos.	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social.
política	<p>Não há nenhuma política formalizada para a gestão dos assuntos relacionados com os Direitos do Homem sendo que a nossa actuação nesta área segue as indicações presentes na legislação que nos rege.</p> <p>Sempre houve abertura da organização à Associação Colectiva e à participação em Organizações de trabalhadores e Sindicatos. Temos alguns colegas sindicalizados que provam isso mesmo.</p> <p>A implementação da SA 8000 e a integração na nossa política da Responsabilidade Social veio colmatar algumas fragilidades que havia nesta área.</p>	<p>A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da Lipor pode ser consultada em : www.lipor.pt</p> <p>Lipor → Missão, Visão e Valores e Política</p>
responsabilidade organizacional	<p>A posição mais elevada que trata directamente da Gestão dos Recursos Humanos (a seguir à administração) é a coordenadora do Departamento de Recursos Humanos.</p> <p>Não há uma posição apenas para a Gestão das Questões dos Direitos Humanos, uma vez que a nossa área de intervenção e o histórico da organização, não justifica. Isto não implica que caso haja alguma situação, não possa ser resolvida (normalmente pelo DRH).</p>	

pontos principais	abordagem	observações
sensibilização e formação	No âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a SA 8000, passou a ser um objectivo estratégico os nossos colaboradores terem duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente dos Direitos Humanos.	
monitorização e acompanhamento	No âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000) estas questões são devidamente acauteladas, estando também direccionadas para a nossa cadeia de valor. Além do procedimento implementado para controlo dos fornecedores que prestam serviços nas nossas instalações, nomeadamente a apresentação de toda a documentação relevante (BI, Seguro, Certificado de Aptidão, etc.) e que nos garante que não há trabalhadores em condições não adequadas, os nossos fornecedores têm a obrigatoriedade de assinar uma Declaração de Compromisso e um Código de Conduta relativamente ao cumprimento de cláusulas de Direitos Humanos. Em relação à SA 8000, fomos certificados segundo este normativo em Dezembro de 2008.	

3.3.2.2 Indicadores

HRI Como já referido anteriormente, a LIPOR está sujeita a legislação específica quer para a contratação de colaboradores quer para a aquisição de bens e serviços, limitando o poder de selecção.

No entanto, e mais uma vez no âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, temos solicitado a todos os fornecedores a assinatura do “Código de Conduta de Fornecedores” onde está explícito que devem ser cumpridos os Direitos Humanos básicos.

Esta “obrigatoriedade” existe também nos contratos de investimento. No caso da LIPOR definimos como contrato de investimento, contratos que, pelo seu valor base, careçam de aprovação por parte do Conselho de Administração ou contratos que estejam inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (contratos de duração até 3 anos e em algumas situações específicas superiores).

No seguimento desta definição, tivemos este ano nove contratos de investimento. Nos contratos considerados “Contratos de Investimento”, para além de devidamente publicitado em sede de Processo de Concurso, todos os fornecedores assinaram o Código de Conduta de Fornecedores no âmbito da Norma SA 8000, ou seja 100%.

Ainda no âmbito do processo de implementação da SA 8000, foi elaborado um plano de avaliação de fornecedores que, de acordo com a sua importância, pode contemplar auditorias, visitas na realização de trabalhos nas nossas instalações e resposta a um auto-diagnóstico.

A selecção do método a utilizar tem em linha de conta as questões de impacto e criticidade de cada um dos fornecedores. Uma vez que por razões de ordem prática não podemos avaliar todos os fornecedores ao mesmo tempo, são avaliados de acordo com a prioridade. No quadro abaixo podemos verificar que tipo de avaliação e quantos fornecedores foram abrangidos nesta primeira fase.

	2008
auditorias de 2ª parte	2
visitas (instalações LIPOR)	3
auto-diagnósticos	20

HR2 Em termos dos fornecedores activos em 2008, foram contabilizados um total de 613 dos quais 142 foram considerados significativos. Assim, foram avaliados 4,1% de todos fornecedores e 17,6% dos fornecedores considerados significativos.

HR3 Dando corpo ao trabalho de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, foi definido que todos os colaboradores iriam frequentar uma acção de formação em questões relacionadas com os direitos humanos.

Assim, e apesar de continuarmos a encarar as nossas operações como de baixo risco nesta área, cada colaborador tem, anualmente, pelo menos uma hora de formação em Responsabilidade Social.

HR8 Quanto ao pessoal de Segurança não houve formação específica nesta área, no entanto os procedimentos da organização (que incluem as questões da Responsabilidade Social) são alvo de formação para todos os elementos da Segurança que iniciam serviço na organização. O Pessoal de Segurança que opera na LIPOR pertence a uma empresa externa, subcontratada, não se tratando de colaboradores directos.

Procedimentos de controlo de fornecedores, acompanhamento dos fornecedores dentro das instalações e autorizações de entrada são algumas das funções em que o pessoal de Segurança é fundamental e em que as questões dos Direitos Humanos podem ser detectadas. De todos os colaboradores de Segurança ao serviço 33% tiveram formação em 2008.

HR5 Continuamos a considerar que na LIPOR não há operações sensíveis em termos de risco de direito de liberdade de associação. A par desta questão, não há também a nível da organização pressões que pudessem dificultar a associação e a livre organização dos colaboradores. Esta facilidade de associação é real quer a nível dos colaboradores entre si, quer na sindicalização dos colaboradores.

HR4 Ao longo deste ano não houve qualquer queixa formal ou informal em relação a casos de discriminação. Além disso não chegou ao conhecimento da Gestão qualquer situação que indicasse a existência de algum caso.

HR6 & HR7 A situação mais crítica que podemos encontrar na LIPOR de atentado aos Direitos Humanos (trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo) são as obras de construção civil, na sua maioria subcontratadas.

Neste sentido, há um rigoroso controlo dos prestadores de serviços à entrada das instalações, de modo a detectar situações de violação destes preceitos. Este controlo verifica a documentação dos trabalhadores, como o Bilhete de Identidade, o seguro do trabalhador e do certificado de competências e/ou formação específica, que vão executar o serviço. Este controlo logo à entrada permite despistar situações de não-conformidade dos Direitos Humanos, também nos nossos fornecedores.

Este procedimento dá-nos algumas garantias de que, mesmo em relação aos nossos parceiros, os Direitos são cumpridos.

Mais uma vez, a nossa capacidade de autonomia está limitada por questões legais. Quando falamos em trabalho forçado ou escravo nenhuma das nossas unidades operacionais está em situação de risco.

Além disso, quer os horários, quer o número de horas trabalhadas, quer as remunerações, estão perfeitamente definidas em legislação, prevenindo estas situações. As regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública estão definidas no Dec.-Lei 259/98 de 18 de Agosto.

Também neste caso não está prevista nem foi realizada formação específica.

3.3.3 Sociedade

3.3.3.1 Abordagem da Gestão

desempenho social — sociedade		1/2
pontos principais	abordagem	observações
objectivos e desempenho	<p>A nossa preocupação principal é sermos um motor de desenvolvimento para a Sociedade, apoiando e promovendo iniciativas que apoiem o seu crescimento.</p> <p>Foi criado em 2008 um Regulamento para a atribuição de subsídios e apoios, que dá corpo à nossa política de apoios, deixando bem claro quais as áreas a apoiar, nomeadamente o Desenvolvimento e a Educação.</p>	<p>No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.</p>
política	<p>No que diz respeito ao nosso impacto na Sociedade, nomeadamente em relação aos riscos relacionados com suborno e corrupção, tráfico de influências e práticas monopolistas consideramos, sempre, que a legislação a que estamos sujeitos é bastante rigorosa, não sentindo necessidade de criar uma política formal para estas questões, bastando o preceito de cumprirmos a legislação.</p> <p>Esta é uma questão de ética que está expressa não só nos nossos valores mas também no nosso Código de Ética.</p> <p>Apesar de não existir uma política de filantropia formal, está reflectido na nossa política a nossa preocupação com as questões da Responsabilidade Social, corroborada pelas diversas iniciativas que temos vindo a realizar ao longo dos últimos anos.</p>	<p>O nosso Código de Ética está disponível na página da internet : www.lipor.pt LIPOR → Quem Somos → Código de Ética</p> <p>A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da LIPOR pode ser consultada em: www.lipor.pt LIPOR → Missão, Visão e Valores e Política</p>
responsabilidade organizacional	<p>A responsabilidade nesta área é partilhada por diversos colegas, já que é uma área transversal. Podemos destacar, no entanto, como responsáveis a coordenadora do Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais, Paula Mendes, a coordenadora do Departamento de Aprovisionamento, Patrícia Leão e o coordenador do Gabinete de Informação LIPOR, Alexandre Ventura reportando todos directamente ao Administrador-delegado.</p>	

pontos principais	abordagem	observações
sensibilização e formação	No âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a SA 8000, passou a ser um objectivo estratégico os nossos colaboradores terem duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente as Questões Sociais.	
monitorização e acompanhamento	<p>O facto de estarmos certificados pelas normas ISO14001, ISO9001 e NP EN 4397/ OHSAS18001 em todas as instalações (excepto a Central de Valorização Orgânica que sofreu um atraso e foi concluída já em 2009) permite um acompanhamento rigoroso de todo o desempenho.</p> <p>São realizados Inquéritos de Satisfação aos nossos principais clientes de produto e de serviço e uma Avaliação de Fornecedores que permite avaliar o seu desempenho.</p> <p>Em relação à comunidade em geral é realizada uma consulta aos cidadãos num "Barómetro de Opinião", onde entre outros aspectos é avaliada a reputação da LIPOR.</p> <p>A Certificação pelo normativo SA 8000, da Responsabilidade Social, permite um maior controlo de toda a cadeia de valor (além do controlo interno).</p>	

3.3.3.2 Indicadores

Quando falamos do impacto da LIPOR na comunidade onde estamos inseridos, temos que estar cientes que este impacto tem alguns pormenores que não são comuns.

De facto, temos um impacto directo nas áreas em que temos instaladas as unidades operacionais e em que temos que ter uma relação de boa vizinhança.

Ao mesmo tempo, e muito devido à natureza da nossa actividade, a gestão de resíduos, somos influenciados pela percepção que os cidadãos têm desta actividade, normalmente associada a odores e a poluição.

Finalmente estamos ainda dependentes do desempenho dos municípios nossos associados, uma vez que todas as questões que tenham a ver com as recolhas (da responsabilidade dos municípios) são na maior parte das vezes imputadas à LIPOR. Ou seja, indirectamente a nossa performance é afectada por estas situações.

Há por isso uma necessidade maior de mostrar aos cidadãos o cuidado que colocamos nas nossas operações e isto só é possível se promovermos uma relação com as comunidades de total abertura e transparência, ao mesmo tempo que desenvolvemos um trabalho grande de educação e sensibilização dos cidadãos para a importância dos seus gestos do dia-a-dia.

Este relacionamento com os cidadãos e esta procura da transparência na informação tem que ser contínua e pró-activa, procurando motivar e envolver os cidadãos nos nossos projectos e em conjunto trabalhar para um futuro melhor.

S01 Deste modo, e tentando promover e manter uma estreita ligação com a comunidade onde estamos inseridos, criámos, já em 1997 a Ecolinha, uma linha de contacto directo com a LIPOR, gratuita e acessível a todos os cidadãos da Área Metropolitana do Porto. A principal função desta linha é a resposta rápida a questões variadas sobre os nossos projectos como a localização das infra-estruturas, que materiais separar, onde posso

depositar electrodomésticos e muitas outras questões relacionadas com as diferentes áreas de actuação da LIPOR.

Também através do trabalho realizado pelas Comissões de Acompanhamento a comunidade pode acompanhar o desempenho das nossas operações.

As Comissões de Acompanhamento são constituídas por representantes da comunidade e das autoridades e permitem um acompanhamento de perto dos projectos mais significativos, e ao mesmo tempo, os que poderiam ser mais complexos, da LIPOR.

Apesar de termos tido quatro Comissões de Acompanhamento activas, fomos assistindo à cessação da sua actividade, uma vez que, dado o desenvolvimento dos projectos, já não sentiam a necessidade de os acompanhar tão de perto, continuando a funcionar apenas a da Junta de Freguesia de Moreira. Em 2008 apenas houve uma reunião informal desta Comissão com a LIPOR.

Apesar de várias iniciativas para promover o envolvimento da comunidade e perceber o impacto das nossas operações, esta é uma avaliação difícil de fazer.

De modo a obter uma aproximação, optámos por realizar um estudo de opinião que nos permita obter este resultado.

O estudo “*Barómetro de Opinião*” permite-nos ter uma noção da avaliação que é realizada pelos cidadãos à organização. Esta é uma avaliação indirecta, uma vez que os cidadãos não são nossos clientes directos mas são influenciados pelo nosso desempenho. Apresentamos aqui os resultados deste Barómetro, realizado durante 2008 (apesar de publicado em Janeiro de 2009).

Em termos de Satisfação com os Serviços da LIPOR obtivemos 5,32 (numa escala de 0 a 7); por outro lado obtivemos, também numa escala de 0 a 7, 5,80 na imagem da organização; e finalmente, na Notoriedade Efectiva da LIPOR obtivemos um valor de 81,7%. Este valor da notoriedade efectiva já retira dos resultados os inquiridos que dizem que conhecem mas não relacionam a LIPOR com a sua actividade real.

Estes resultados são bastante bons, comparados com o que é normal em estudos desta natureza.

S02 Sendo a LIPOR uma Associação de Municípios, encontra-se regulada na maioria dos seus procedimentos de Gestão, nomeadamente no recrutamento e na aquisição de bens e serviços, ou seja aqueles que são mais sensíveis quando se fala em situações de corrupção. Por um lado o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado aprovados pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e o novo regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e por outro, o novo Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008 de 31 de Julho, facilitam e promovem a transparência dos processos.

Esta transparência e o enquadramento legislativo levam a que a Administração considere o risco de ocorrer corrupção na LIPOR bastante baixo e conseqüentemente nunca se sentiu necessidade de se submeter as unidades de negócio a avaliações nesta área. Além disso, o facto de não haver precedentes de casos de corrupção consolida esta decisão.

Em relação ao comportamento dos colaboradores, a existência do Código de Ética é uma indicação clara de que estas questões não deverão ser toleradas na organização e que cada um deve ter o comportamento adequado nestas matérias.

No âmbito da SA 8000 o Código de Ética foi revisto e apresentado e explicado a todos os colaboradores quais os princípios deste Código (nomeadamente a questão da corrupção). O facto de todos conhecerem o Código de Ética ajuda a minimizar o risco.

S04 Reforçando a percepção da Administração nesta matéria da corrupção, como referido anteriormente, nunca foram detectadas situações de corrupção ou tráfico de influências na organização, pelo que nunca foi necessário aplicar nenhuma medida correctiva para a resolução destas questões.

S03 Ao mesmo tempo, e como é natural, não tem sido considerado necessário a realização de acções de formação específica para práticas anti-corrupção aos nossos colaboradores. No entanto, integrado na explicação do Código de Ética, no âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, estes assuntos são abordados e explicados a todos os colaboradores.

S05 Nunca foi objectivo da LIPOR fazer parte de grupos de pressão organizados e como tal não participamos em nenhum lobby organizado. No entanto, como uma entidade com uma grande experiência e conhecimento no sector em que nos movimentamos, é até um dever apresentar as nossas preocupações e sugestões aos mais altos decisores, nomeadamente aos órgãos governativos.

Abordando questões de interesse comum, nunca avançamos nestes processo sem o apoio e envolvimento de um conjunto significativo de parceiros, normalmente dentro das Associações sectoriais, nacionais e internacionais, em que participamos.

Em 2008 continuamos a fazer chegar as nossas preocupações e os nossos pontos de vista aos decisores. Como exemplo deste envolvimento temos a participação na preparação da Posição Comum da CEWEP sobre a Eficiência Energética das Centrais de Valorização Energética, onde a nossa posição segue a linha de orientação que saiu na Posição Comum, ou seja o apoio ao aumento da eficiência energética das Centrais de forma a manter o processo de valorização e a concordância com a própria definição de Valorização Energética apresentada. Também podemos referir a participação no Grupo de Trabalho comissionado pela Comunidade Europeia à ACR+ sobre a Directiva dos Resíduos Eléctricos e Electrónicos, onde mais uma vez a nossa posição é coincidente com a dos nossos parceiros. Neste caso, concordamos que os custos da Gestão dos REEE devem ser suportados pelos fabricantes, no princípio do poluidor-pagador e também que devem começar a ser definidas metas de recuperação e reutilização dos REEE. Por último, colaboramos no parecer sobre a nova Directiva Quadro dos Resíduos, também através da ACR+ e com a colaboração da APA, focando temáticas como a classificação de Resíduos/ Não resíduos, a Hierarquia das Opções de Gestão de Resíduos e os Incentivos à Separação. A nossa posição nestas questões continua a ser clara e prende-se com a classificação dos resíduos como materiais, permitindo um conjunto maior de soluções de valorização destes mesmos resíduos, não contrariando, claro está a Hierarquia de Gestão preconizada. Como não podia deixar de ser, a nossa aposta continua a ser na promoção da separação, pelo que também aqui a nossa posição foi inequívoca, reforçando a necessidade de criar mais incentivos.

Pode-se facilmente observar que na maior parte dos casos as conclusões finais estão alinhadas com a nossa forma de ver estas mesmas questões, que é, obviamente um reflexo da nossa estratégias e dos princípios pelos quais nos regemos.

O objectivo destas Associações, mais do que forçar acordos através do lobbying é fazer chegar as preocupações com as questões ambientais relevantes e as boas práticas na área da Gestão dos Resíduos aos decisores, alertando para questões que deveriam estar consagradas na legislação.

Outra acção que realizamos, também a nível europeu e também com a ACR+, entre outras entidades, foi o lançamento das bases e a promoção de um projecto-piloto para a adopção de uma “Semana Europeia da Prevenção”.

so6 Dada a natureza pública da LIPOR, e sendo gerida por representantes dos Municípios seus associados, com interesses político-partidários diferentes, houve sempre uma tomada de decisão do Conselho de Administração de não fazer qualquer tipo de contribuição a partidos políticos, mantendo, assim, a independência. Além disso, como entidade do Poder Local, não lhe é permitido fazer este tipo de contribuições, de acordo com a legislação em vigor, a Lei nº 19/2003, de 20 de Junho que estabelece o regime jurídico do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

so7 Também em relação aos mercados e à concorrência, a LIPOR se encontra numa posição especial, uma vez que não há concorrência nos serviços que prestamos.

Deste modo, não faz sentido falarmos em iniciativas de concorrência desleal, práticas de trust ou monopólio. Consequentemente, também não faz sentido falar em acções judiciais por este tipo de actividades.

so8 Durante este ano, à semelhança do ano passado, a LIPOR não foi alvo de nenhuma multa ou acção judicial por práticas de concorrência desleal.

Não houve também nenhuma multa ou acção judicial em questões relacionadas com o funcionamento das nossas unidades operacionais ou com os serviços disponibilizados.

A Agenda 21 Local

Um dos projectos que estamos actualmente a desenvolver e que cremos, tem um grande impacto na sociedade é a “Implementação da Agenda 21 Local nas Freguesias da LIPOR”. Neste projecto pretende-se que os cidadãos possam participar na definição das prioridades para a sua comunidade, na identificação das principais dificuldades sentidas e, inclusive, estarem envolvidos na implementação de soluções.

O ano de 2008 foi um ano fundamental para o desenvolvimento deste projecto, uma vez que foram realizados 16 Workshops Participativos, envolvendo mais de 590 cidadãos, um dos passos mais importantes deste projecto. Nos workshops os cidadãos são convidados a participar em reuniões de trabalho de modo a poderem partilhar a sua visão da Freguesia.

Além dos workshops, foi desenvolvido ao longo do ano de trabalho um conjunto de Indicadores de Sustentabilidade que posteriormente serão discutidos com os executivos das Juntas de Freguesias com o objectivo de serem adaptados à realidade de cada uma das Freguesias, de acordo com as suas especificidades, e assim poder avaliar o desenvolvimento da comunidade ao longo do tempo.

Informações completas sobre o projecto, nomeadamente as actas dos Workshops Participativos e os Indicadores de Sustentabilidade podem ser encontradas na página da internet do projecto:

Ao mesmo tempo têm sido realizadas diversas actividades e iniciativas dentro do âmbito do projecto, das quais podemos destacar a realização de uma Mesa Redonda com os Presidentes das Juntas subordinada ao tema “Freguesias a Caminho da Sustentabilidade...” e a realização de vários workshops Jovens.

Dando continuidade ao projecto, e prevendo-se a sua conclusão para 2009, os próximos passos envolverão a finalização dos Diagnóstico de Freguesia e finalmente a edição dos Planos de Acção.

Este trabalho de parceria, que envolve o trabalho conjunto de várias entidades é um passo importante na criação de uma nova abordagem à participação pública, à democracia participativa e a um novo paradigma de governação. E com toda a certeza estes passos conduzirão a um futuro mais sustentável e com melhor qualidade de vida para todos.

Colaboração e apoios

O trabalho das organizações com a comunidade é fundamental para o seu desenvolvimento. Acreditando que é importante este envolvimento, dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a LIPOR tem reforçado a sua acção junto da comunidade onde se insere.

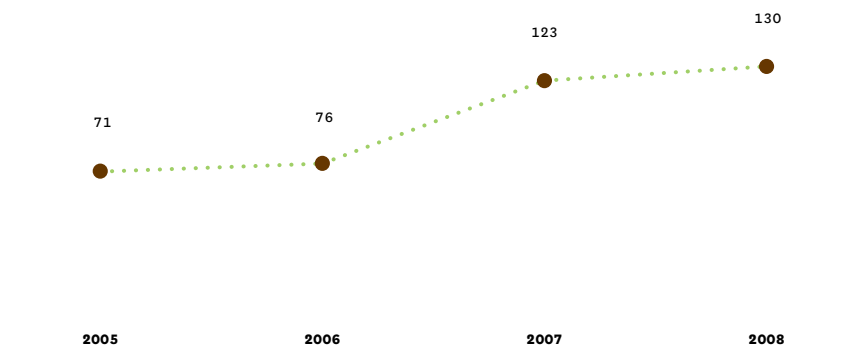
Com estas acções pretendemos, acima de tudo, ser parte integrante da sociedade e participar activamente na sua evolução como um todo.

Desta forma temos, ao longo dos anos, apoiado um conjunto de iniciativas, principalmente ligadas às áreas da promoção da educação e conhecimento, e da promoção do desporto e cultura. A prioridade é prestar apoio a Instituições localizadas nos nossos municípios associados, ainda que, em alguns casos excepcionais possamos apoiar outras instituições.

Para nós é importante que as Associações se envolvam connosco em projectos continuados, em detrimento da realização de acções pontuais, pelo que o nosso envolvimento e colaboração é na maioria das vezes concretizado pela participação nos projectos como parceiros ou pela disponibilização de bens e serviços.

Durante o ano de 2008 colaboramos com cerca de 130 entidades no apoio a diversas iniciativas, o que representou um aumento de 6% em relação ao ano passado, como se pode observar pelo gráfico.

Colaboração e Apoios



De modo a facilitar o contacto connosco e a avaliação dos pedidos que nos chegam, foi criado um documento director “*Responsabilidade Social: Directrizes para a atribuição de Apoios*” que além de tudo mais apresenta quais as condições de elegibilidade para os apoios e patrocínios, facilitando e regulando a sua atribuição.

Operação Tampinhas

A “*Operação Tampinhas*” continua a ser uma iniciativa com um desenvolvimento e uma resposta dos cidadãos extraordinária. De facto, desde o início deste projecto que a mobilização tem sido enorme e os resultados muito animadores.

A LIPOR não podia deixar de se associar a este movimento, sendo uma peça fundamental, disponibilizando as suas capacidades logísticas e os seus contactos para o encaminhamento das tampinhas separadas para a reciclagem.

Todo o valor de contrapartida recebido pela entrega deste material para reciclagem reverteu integralmente para a aquisição de equipamentos médicos, ortopédicos e similares, entregues a Instituições de valor social comprovado.

A 3ª fase desta operação decorreu de Setembro de 2007 a Maio de 2008, conseguindo reunir cerca de 59 toneladas de tampinhas. Os valores de 2007 não foram reportados no Relatório de 2007 uma vez que a fase ainda não tinha acabado.

A entrega das tampinhas permitiu obter cerca de 40.000,00€ de receita que reverteram integralmente para a compra de material e equipamento ortopédico e similar para doação a Instituições e Particulares. Este valor permitiu entregar 216 equipamentos a 31 instituições.

Até ao momento, e considerando as 3 fases da “*Operação Tampinhas*” que decorreram entre Abril de 2006 e Maio 2008, conseguiu-se obter um total de aproximadamente 127 toneladas, correspondendo a cerca de 80.000,00 € que beneficiaram mais de 70 entidades.

Este é o resultado de uma vontade comum, LIPOR, Escolas, Municípios, Cidadãos anónimos, Sociedade Ponto Verde e a empresa Micronipol, entre muitos outros, que através de um pequeno gesto, defendem duas causas, o ambiente e a solidariedade.

Associação de Voluntários Semente

Um exemplo que ilustra bem a estreita ligação entre a LIPOR, os seus colaboradores e a comunidade é a Associação de Voluntários Semente, uma associação criada pelos colaboradores para poderem, de forma mais sistematizada, contribuir com o seu tempo e dedicação para o desenvolvimento da comunidade, principalmente nas áreas social e ambiental. Contabilizando já 67 voluntário, a Semente organizou durante este ano 15 acções, entre apoios a crianças, actividades para deficientes e acções de índole ambiental. Das actividades realizadas podemos destacar a actividade “*Tela Mágica*”, realizada com a ASTA — Associação Sócio Terapêutica de Almeida, o “*Jantar Concerto e Leilão de Beneficência*”, em prol da ACREDITAR — Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro e a actividade “*Mãos à Obra — Obras de Recuperação na Fundação do Lar Evangélico Português*”, entre outras.

A entrega e a dedicação desta equipa no desenvolvimento das actividades e iniciativas mostram bem a alegria destes voluntários por estarem ao serviço dos outros, dando um maior sentido a todo este trabalho.

Mais informações sobre a Semente e sobre as actividades desenvolvidas podem ser encontradas no site www.semente.com.pt.

A Sensibilização e a Educação Ambiental

Nunca o Homem teve consciência da fragilidade do Planeta em que vivemos nem das consequências verdadeiramente devastadoras das suas atitudes contra o ambiente que nos rodeia. Como parte integrante deste ambiente, também nós, neste momento, estamos sob uma ameaça concreta, a destruição do meio natural que nos suporta.

No entanto, não basta tomarmos conhecimento, é preciso agir. E é aqui, na mudança de mentalidades e na passagem das vontades à acção que a Sensibilização e Educação Ambiental pode ter um papel fundamental.

O grande desafio continua a ser promover e provocar mudanças de comportamento nos cidadãos, começando pelas gerações mais novas de modo a que se tornem cidadãos activos numa sociedade do Futuro.

Na LIPOR abraçamos este desafio, também como parte importante da nossa Responsabilidade Social, e trabalhamos para desenvolver um conjunto de projectos e iniciativas para o cidadão e para a comunidade que permitam que o conhecimento seja cada vez mais um estímulo à mudança e à protecção activa do ambiente que nos rodeia.

O Gabinete de Informação LIPOR

O Gabinete de Informação (GIL) tem sido a estrutura central de todo o projecto de Educação Ambiental da LIPOR. Já há mais de dez anos que esta estrutura tem trabalhado no desenvolvimento de projectos e iniciativas na área da Educação Ambiental, tentando contribuir para a formação de cidadãos verdadeiramente conscientes e participativos.

O GIL apresenta uma equipa muito motivada e activa de catorze eco-conselheiros que lhe permite um contacto permanente com as escolas e outras entidades dos oito municípios nossos associados, permitindo o desenvolvimento de um Projecto de Educação Ambiental desenvolvido numa base anual e que integra actividades e iniciativas diversas, com o objectivo de promover o conhecimento e a intervenção cívica de todos na sociedade.

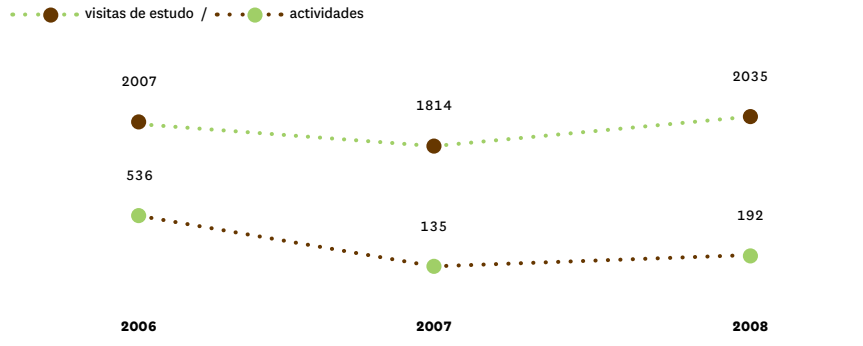
Cada vez mais assistimos a uma diversificação dos temas abordados pela equipa de Educação Ambiental da LIPOR, fruto também da crescente complexidade dos temas relacionados com o ambiente. Continuando, como não podia deixar de ser, a ter um enfoque especial nos resíduos (a nossa área de negócio), cada vez mais o trabalho do GIL abrange áreas diferente e transversais, como a Água, as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo.

As actividades desenvolvidas pelos eco-conselheiros são das mais diversas, passando por sessões de formação, atelier's e oficinas de reciclagem e de reutilização, formação a professores e auxiliares de acção educativa, jogos didácticos, exposições, concursos entre muitas outras.

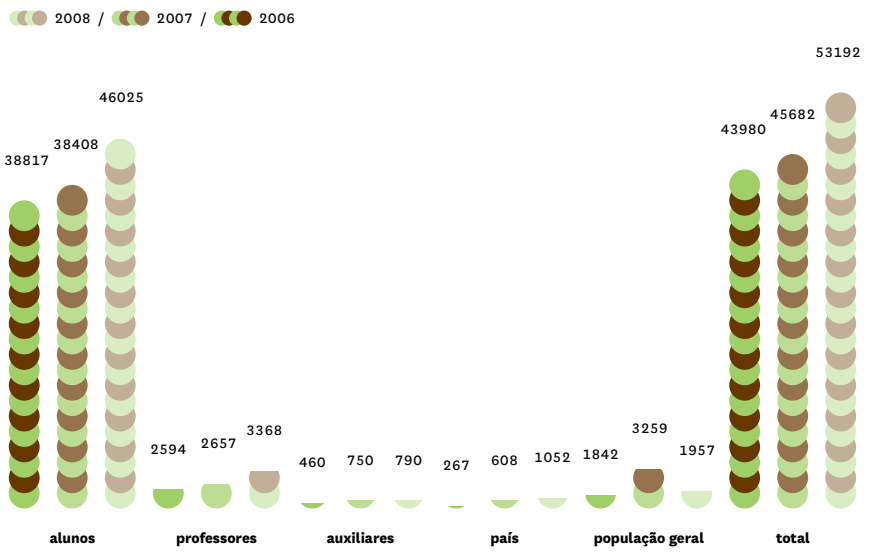
Uma grande parte do trabalho realizado pelo GIL continua a ter como alvo preferencial a população escolar, já que é um grupo muito mais receptivo a processos formais de aprendizagem e por isso, à partida, com melhores resultados em termos de apreensão de conhecimentos.

Os gráficos seguintes ilustram bem o número significativo de actividades realizadas, bem como população abrangida pelas actividades. Apesar da ligeira descida que se verificou no ano passado, este ano os números tornaram a subir.

Actividades realizadas



População abrangida pelas actividades desenvolvidas



Nestas actividades desenvolvidas ao longo do ano, tentamos cada vez mais criar uma rede de contactos e de trabalho de parceria, sem dúvida uma mais-valia para todos os que dedicam o seu dia-a-dia à Educação Ambiental.

A exemplo dos anos anteriores, a organização do “*Encontro de Educação Ambiental*”, permite a criação um espaço aberto de discussão e troca de experiências entre os diversos actores do sistema educacional.

Destinado preferencialmente a professores, educadores e técnicos de educação ambiental, o objectivo desta iniciativa é promover um conjunto de competências específicas na área da Educação Ambiental e, ao mesmo tempo, o intercâmbio de ideias e de ferramentas entre técnicos qualificados e a comunidade escolar. Como tema do IV Encontro de Educação Ambiental foi escolhido um tema actual e que começa a ser abordado nas escolas, dada a sua importância, as Alterações Climáticas. Neste encontro estiveram presentes 143 participantes, entre professores e técnicos de educação.

“Claves de Sol”

Pelo quinto ano consecutivo o Gabinete de Informação LIPOR promoveu a actividade de encerramento do ano lectivo, este ano dedicado à música e intitulada “Claves de Sol”. Este evento tem como objectivo principal a mostra dos trabalhos desenvolvidos durante o ano pelas instituições que trabalharam connosco, designadamente as escolas e jardins do ensino pré-escolar.

No início do ano o tema da música foi lançado às escolas como um desafio, de modo a que possam desenvolver os conceitos base da gestão dos resíduos, a Redução, a Reutilização e a Reciclagem. Além disso, este trabalho permite promover a reutilização de materiais, motivar a população envolvida para a adopção de práticas que conduzam à sustentabilidade e incentivar a criatividade e originalidade dos participantes.

Na festa de encerramento, que decorre nos jardins da LIPOR, todos os trabalhos elaborados ao longo do ano recorrendo à reutilização e aproveitamento de materiais são expostos, dando um colorido especial à festa.

Na actividade “Claves de Sol”, participaram 49 Instituições do Ensino Pré-escolar (público e privado), 2022 alunos, 100 Educadores e 119 Auxiliares de Acção Educativa, apesar de terem desenvolvido este trabalho ao longo do ano mais de 3100 participantes.

Campos de Férias

A realização dos Campos de Férias da LIPOR continua a ser uma actividade muito aguardada e que tem uma procura elevada.

A principal razão que nos leva a organizar estes Campos de Férias é a oportunidade que temos para, de forma informal e lúdica, sensibilizarmos os jovens para a adopção de uma postura de cidadãos activos na construção de uma sociedade melhor e ao mesmo tempo perceberem a necessidade de protegermos o Ambiente para que todos possamos ter um futuro mais risonho.

Do vasto número de actividades desenvolvidas com os participantes, podemos destacar o bowling, a praia, a visita ao Centro Multimeios de Espinho, o baptismo de mergulho e a visita ao Pena Aventura Park.

Em 2008 optamos por não realizar os Campos de Férias de Inverno pelo que tivemos apenas a realização de 3 Campos de Férias, com a participação de 45 crianças no total, com idades entre os 10 e os 18 anos.

Esta participação nos Campos de Férias é uma forma de ocupação dos tempos livres que os valoriza de forma muito positiva.

Visitas de Estudo

A nossa forma de ver o relacionamento com a população que nos envolve tem-se reflectido, desde sempre numa política de portas abertas aos cidadãos.

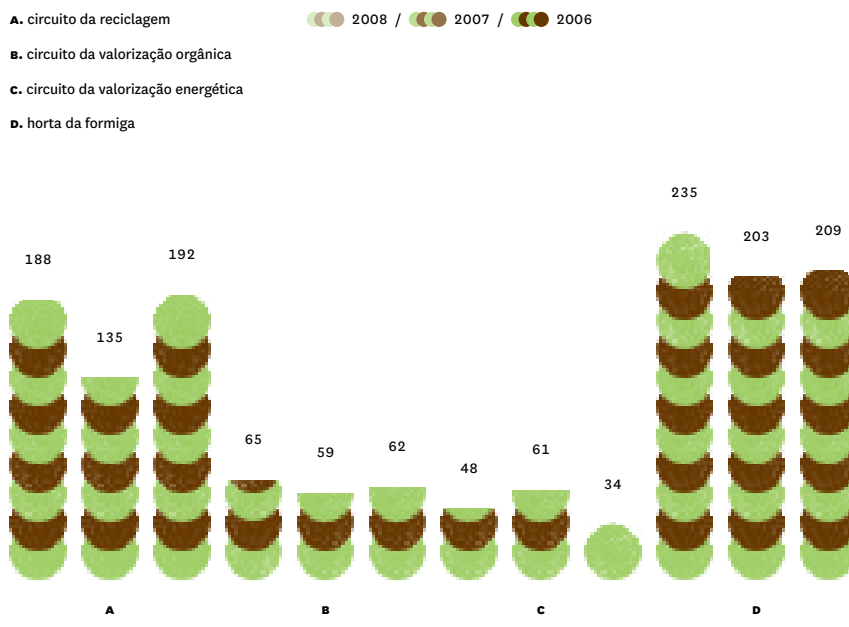
Adicionalmente, acreditamos que as nossas instalações são uma mais-valia educativa e que devem ser colocadas ao serviço das escolas e da comunidade. De facto, é do conhecimento comum que a experimentação e a vivência de experiências é muito mais proveitosa que simples explicações ou ensinamentos teóricos.

Esta forma de pensar reflecte-se na abertura das portas aos cidadãos e à comunidade escolar promovendo Visitas de Estudo organizadas que facilitam a compreensão de todo o projecto LIPOR e ao mesmo tempo sensibilizam para a separação dos resíduos e adopção de boas práticas, com especial atenção aos mais jovens.

Além disso, as visitas permitem às escolas seguir uma abordagem diferente dos assuntos relacionados com a Gestão de Resíduos.

Continuam a estar disponíveis para visitas três circuitos diferentes, que abordam as diferentes áreas do Sistema, o Circuito da Reciclagem, o Circuito da Valorização Orgânica onde se inclui a visita à Horta da Formiga e o Circuito da Valorização Energética. Para os mais pequeninos é possível organizar visitas apenas à Horta da Formiga, a visita mais adequada para os mais novos.

Visitas de Estudo



Publicações

Numa altura em que a sociedade entrou numa era já chamada “da Informação”, não há dúvidas que a comunicação com os nossos parceiros e a disponibilização de informação fiável e a tempo são fundamentais para o sucesso da nossa organização e dos nossos projectos.

Uma das formas preferenciais de comunicação que a LIPOR tem utilizado é a edição de “Newsletters” mensais, específicas para cada projecto, e consequentemente com objectivos diferentes. Estes Boletins informativos abordam temas diversos como por exemplo a Compostagem, as Hortas e a Agricultura Biológica e a área da Educação Ambiental e do trabalho com as Escolas.

Além das “Newsletters”, a comunicação institucional da LIPOR passa também pela edição de diversas brochuras com informação de base acerca das unidades da LIPOR e do funcionamento dos vários projectos.

Além das brochuras institucionais, são editadas regularmente brochuras específicas sobre temáticas que consideramos importantes e nas quais estamos a trabalhar no momento, por exemplo a “*Agenda 21 Local*”, o “*Consumo Sustentável*”, entre outras. Estas brochuras temáticas são um complemento óptimo para apoiar todo o trabalho de Educação Ambiental que temos desenvolvido.

A Internet na LIPOR

Neste momento é quase impossível falarmos de comunicação sem falarmos de Internet. A Internet ocupa hoje uma posição de destaque e é um meio preferencial para as organizações estarem em contacto permanente com os seus parceiros.

A LIPOR partilha este sentimento e tem vindo ao longo dos últimos anos a reforçar a sua presença na Internet. Além da divulgação dos projectos e iniciativas, a plataforma na Internet permite já a marcação de visitas e o contacto directo com todas as áreas operacionais, por exemplo.

A comprovar a importância que esta ferramenta tem para nós está o número de sites individuais que disponibilizamos aos nossos parceiros, a maior parte deles dedicados a projectos específicos.

Este ano, e apenas considerando o site institucional, recebemos 61.583 visitantes.

Explore os nossos sites e descubra todos os nossos projectos.
Um mundo ao serviço do cidadão!
www.lipor.pt
www.hortadaformiga.com
www.eunaofacolixo.com
www.consumosustentavel.com.pt
www.semente.com.pt
www.futurosustentavel.org
www.agenda21grandeporto.pt
www.nutrimais.pt

3.3.4 Responsabilidade pelo Produto

3.3.4.1 Abordagem da Gestão

desempenho social — sociedade		1/2
pontos principais	abordagem	observações
objectivos e desempenho	<p>O único produto que se enquadra neste âmbito é o Nutrimais comercializado em granulado e pulverulento (o Dakele foi descontinuado). A nossa responsabilidade nestes produtos prende-se com a contaminação de solos agrícolas.</p> <p>Temos também um forte programa de sensibilização para a correcta utilização dos compostos (através da área de Gestão de Vendas e Marketing).</p> <p>Os restantes produtos (electricidade e recicláveis) em nosso entender não têm enquadramento nestas preocupações. Apesar disso, os materiais para reciclagem têm especificações a cumprir (definidas pela Sociedade Ponto Verde), havendo um apertado controlo de qualidade dos produtos expedidos (são controlados no âmbito dos processos da Qualidade).</p>	<p>No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano</p>

pontos principais	abordagem	observações
política	<p>O nosso objectivo é entregar o melhor produto aos agricultores. Todo o esforço realizado (processos da cvo, circuitos de recolha selectiva de orgânicos, etc.) tenta responder a este objectivo global da organização.</p>	
responsabilidade organizacional	<p>A pessoa responsável pela gestão do Departamento de Valorização Orgânica é a Eng. Benedita Chaves, estando a seu cargo todas as questões relacionadas com a qualidade e características do produto, normas e regulamentos para o próprio Produto e com as questões de comercialização e marketing.</p> <p>Em relação às questões da qualidade dos materiais recicláveis a responsabilidade é da Eng. Patrícia Carvalho, coordenadora do Departamento de Reciclagem e Valorização Multimaterial e no caso da energia eléctrica é o Dr. Abílio Almeida, coordenador do Departamento de Valorização Energética e Confinamento Técnico. Todos eles reportam ao Administrador-delegado.</p>	
sensibilização e formação	<p>Não houve em 2008 formação específica na área da Responsabilidade do Produto. É dada formação a todos os colaboradores que trabalham na área da Gestão de Vendas e Marketing, nomeadamente abordando questões da segurança de utilização, instruções de aplicação (período e quantidades), e características do produto.</p> <p>A acompanhar esta formação interna, há um forte programa de sensibilização, nomeadamente através dos Prescritores e da área de Gestão de Vendas e Marketing, fornecendo todas as indicações para a correcta utilização dos compostos.</p>	
monitorização e acompanhamento	<p>Ao longo da cadeia de valor, é realizado um controlo apertado de todos os materiais (matéria orgânica e resíduos verdes), nomeadamente ao nível dos produtores (com sensibilização, visitas técnicas e formação) e ao nível da entrada nas nossas instalações — com controlo de qualidade do material que é descarregado. Em termos de controlo são realizadas análises rigorosas à qualidade dos produtos, nomeadamente aos metais pesados. Estas análises são realizadas a todos os lotes de produto antes de ser expedido.</p> <p>Foi iniciado o processo de Certificação da cvo pelos normativos da Qualidade (iso 9001), Ambiente (iso 14001) e Segurança (OHSAS 18001) de modo a sistematizar todos os procedimentos de controlo. Este processo foi iniciado em 2008 estando prevista a certificação em 2009 [obtivemos a certificação em Julho de 2009].</p> <p>A avaliação da satisfação com o produto "composto", está integrada no Sistema de Avaliação do Grau de Satisfação dos Clientes.</p> <p>Este inquérito é também realizado em relação aos restantes clientes, de produto e de serviço.</p>	
informação adicional	<p>Dado o pouco tempo que tem o sistema de comercialização e distribuição do composto, ainda não houve acontecimentos significativos que valha a pena relatar.</p>	

3.3.4.2 Indicadores

A grande parte dos produtos comercializados pela LIPOR (materiais para a reciclagem, energia,...) não segue os circuitos normais de comercialização, sendo na sua maioria transacções business-to-business. Este facto leva a que não haja na maior parte dos casos um contacto directo com o público.

A excepção em termos de produtos é o compostos Nutrimais, uma vez que a produção do Dakele foi terminada, pelo que será este o que requer maior atenção quando falamos de responsabilidade pelo produto. Entretanto iniciou-se em 2008 a comercialização do Hortas e Jardins. O Hortas e Jardins é o mesmo produto que o Nutrimais apenas com uma forma diferente de comercialização (embalagem e público-alvo diferente).

De qualquer modo estamos a falar de compostos orgânicos, produtos naturais e que apresentam um impacto muito baixo em termos de impacto para a saúde ou segurança dos utilizadores. Este facto é verdade também para quem possa, inadvertidamente, entrar em contacto com o composto, como por exemplo crianças.

PR1 A alteração do Ciclo de Vida destes produtos é complexa, uma vez que a compostagem é um ciclo natural e como tal difícil de alterar. Aquilo que está ao nosso alcance é o controlo de todos os parâmetros fundamentais ao processo (humidade, oxigénio, temperatura), permitindo os melhores resultados.

Dadas estas duas condições, não são avaliadas melhorias no ciclo de vida, nomeadamente nos métodos de produção com vista à redução da sua perigosidade, uma vez que ela já é praticamente nula.

Outro factor que influencia de forma significativa a qualidade do produto final é a qualidade do material à entrada, nomeadamente a presença ou não de contaminantes como latas, plásticos, etc. A única forma, neste momento, de se conseguir um material de óptima qualidade é através da implementação de circuitos de recolha selectiva de resíduos orgânicos. Esta tem sido a aposta da LIPOR desde o início de laboração da Central pelo que também esta questão está salvaguardada.

Com base nos resultados obtidos, e uma vez que a perigosidade dos compostos é praticamente nula não tem havido necessidade de introduzir melhorias no ciclo de vida destes produtos.

A comercialização dos compostos produzidos pela LIPOR é regida pelos regulamentos dos Adubos e Fertilizantes, nomeadamente o Decreto-Lei nº 190/2004 de 17 de Agosto, regulamentado pela Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, que define os termos em que devem ser colocadas no mercado as matérias fertilizantes.

PR9 A comercialização do composto está devidamente autorizada pela Direcção Geral de Empresas, não tendo havido em 2008 nenhuma coima ou multa por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso deste tipo de produtos.

PR3 Quanto às questões relacionadas com a rotulagem, seguimos mais uma vez a Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, nomeadamente as indicações de rotulagem constantes do Anexo III. Neste anexo podemos encontrar as várias menções de identificação que devem ser incluídas nos rótulos.

A complementar a informação que é colocada nos rótulos, temos à disposição dos nossos clientes um serviço de aconselhamento e prescrição dos compostos.

PR5 Colmatando uma lacuna que já se sentiu no ano passado, este ano foi integrado no Inquérito de Satisfação aos nossos clientes, um inquérito específico para os clientes do Departamento Comercial e dos compostos (o Nutrimais e o Hortas e Jardins), nomeadamente em relação aos produtos. Este inquérito foi realizado utilizando a mesma metodologia do Inquérito de Satisfação de Clientes, através da plataforma on-line.

O valor médio de satisfação dos clientes foi de 4,2, numa escala de 0 a 5, o que é bastante satisfatório. Este valor médio inclui o resultado de questões como a qualidade do composto, o acondicionamento e o preço.

Para os clientes indirectos (cidadãos) continuamos a realizar o Estudo e Barómetro de Opinião, realizado por uma organização independente, a DOMP, conforme descrito na página 42.

Ainda em 2008, foi criado o Centro de Reclamações LIPOR, sob a alçada do DQAS, de modo a centralizar as reclamações dos clientes ou de outras partes interessadas.

Apesar de haver uma reclamação registada em 2008, o facto de o sistema só ter ficado operacional em Outubro não permite afirmar que não tenham ocorrido outras reclamações que não tenham sido registadas a posteriori.

PR6 & PR7 A comercialização dos correctivos orgânicos produzidos pela LIPOR (Nutrimais, Nutrimais Granulado e Nutrimais Hortas e Jardins) continua a ser feita por contacto directo com os distribuidores, podendo pontualmente ser divulgada e publicitada em revistas da especialidade.

Não foi ainda possível aderir a um código voluntário na área da Comunicação e Marketing, uma vez que os responsáveis pela comercialização ainda não tiveram conhecimento de nenhum, apesar da pesquisa efectuada.

A legislação publicada especificamente para a rotulagem de correctivos orgânicos é inexistente, pelo que não há programas de adesão ou de conformidade dos produtos.

PR8 Nenhuma das bases de dados de clientes ou parceiros da LIPOR é, actualmente, alvo de políticas formais de gestão e protecção.

De qualquer modo, temos adoptado como princípio de boa prática utilizar estas bases de dados apenas para comunicação interna e relacionada com os nossos projectos, não as disponibilizando a nenhuma outra organização ou entidade, incluindo aos nossos municípios associados.

Não houve em 2008 nenhuma reclamação por violação ou perda de dados de clientes.

OBJECTIVOS SOCIAIS

Como já foi referido anteriormente, são para nós prioridade o envolvimento dos colaboradores na organização e a integração na comunidade. No ano transacto foram apresentados os objectivos mais significativos nesta área da Responsabilidade Social, pelo que deixamos aqui a avaliação do seu cumprimento.

- ▶ Implementar e Certificar um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social segundo a norma SA 8000.



- ▶ Proporcionar pelo menos 35 horas de formação a cada colaborador. *(Não foi possível cumprir, uma vez que não havia oferta de formação adequada no mercado.);*



- ▶ Iniciar o processo de “Certificação de Competências” para o 12º ano;



- ▶ Realizar três campanhas do “Barómetro de Opinião”. *(Optámos por sugestão da empresa que realiza o estudo passar a 3ª campanha para 2009.);*



Estamos conscientes de que apesar dos resultados, bastante positivos, ainda há muito a fazer nesta área, pelo que numa perspectiva de melhoria contínua vamos continuar a trabalhar para melhorar o nosso desempenho. Apresentamos assim os objectivos que consideramos mais importantes para o ano de 2009.

- ▶ Reduzir em 3% o número de acidentes por incumprimento de regras e procedimentos instituídos;
- ▶ Integrar no serviço corrente das unidades operacionais, dois colaboradores oriundos de projectos de inserção social;
- ▶ Assegurar que cada colaborador tem, em média, duas horas de formação sobre temáticas de Responsabilidade Social/ Sustentabilidade.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

0 % — não iniciado; 25 % — iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;

50 % — cerca de metade realizado; 75 % — mais de metade realizado mas não concluído; 100 % — concluído.













INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Relatório de Verificação — 129/130
Sumário dos conteúdos das directrizes
da Global Reporting Initiative — 131/143
Glossário — 145/149
Notas Metodológicas — 150/153

PARECER DE REVISÃO INDEPENDENTE

Introdução

1. Foi nos solicitado pelo Conselho de Administração da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto (“Empresa”) a realização de uma revisão que teve por objectivo verificar se o Relatório de Sustentabilidade de 2008 (“Relatório de Sustentabilidade”) foi elaborado de modo a assegurar a aderência, ao nível de aplicação A+ das Directrizes da Global Reporting Initiative, versão v3.0 de 2008 (“Directrizes GRI”), conforme declarado pela Empresa.
2. A nossa revisão abrangeu os conteúdos do Relatório de Sustentabilidade relacionados com os temas de “Estratégia e perfil” das Directrizes GRI e os dados de 2008 relacionados com os indicadores de desempenho estabelecidos como essenciais nessas Directrizes, conforme “Sumário dos conteúdos das directrizes da Global Reporting Initiative” inserido no capítulo “Informação complementar”.

Responsabilidades

1. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório de Sustentabilidade, incluindo a definição, implementação e execução de processos, procedimentos e critérios adequados para a recolha, tratamento, apresentação e validação da informação nele contida. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer, com base nos procedimentos acima especificados, sobre a informação acima referida.

Âmbito

4. A nossa revisão foi efectuada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3000 – ISAE 3000, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, referente a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou exames simplificados de informação financeira histórica, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
3. Esta norma exige que sejam planeados e executados procedimentos e aplicadas técnicas e conhecimentos de auditoria, de modo a obter uma adequada compreensão dos assuntos em análise e, considerando as circunstâncias, obter evidências apropriadas e suficientes para formar o nosso parecer. Nos trabalhos de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos executados consistem principalmente em inquirições a responsáveis da Empresa e procedimentos analíticos, incluindo testes numa base de amostragem. Os procedimentos executados são mais limitados do que os realizados num trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade, sendo por isso obtido um menor grau de segurança.

1. Este parecer não constitui uma garantia de fiabilidade e não deve ser utilizado para fins de garantia de fiabilidade. Este parecer não constitui uma garantia de fiabilidade e não deve ser utilizado para fins de garantia de fiabilidade.

2. Este parecer não constitui uma garantia de fiabilidade e não deve ser utilizado para fins de garantia de fiabilidade.

3. Este parecer não constitui uma garantia de fiabilidade e não deve ser utilizado para fins de garantia de fiabilidade.

6. Os principais procedimentos executados foram:

- Entrevistas com os responsáveis da Lipor pela gestão da sustentabilidade, pela preparação do Relatório de Sustentabilidade e pela informação reportada, de modo a conhecer e compreender os princípios de gestão, bem como os sistemas e os procedimentos aplicados;
- Revisão da conformidade dos conteúdos incluídos no Relatório de Sustentabilidade, com os requisitos das Directivas GRI para o nível A+ (conteúdos relacionados com os itens de "Estratégia e perfil" e os indicadores de desempenho estabelecidos como essenciais nas referidas Directivas);
- Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados quantitativos relativos ao exercício de 2008, relacionados com os indicadores por nós revisados;
- Escolha, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efectuados pela Empresa relacionados com os dados quantitativos sujeitos à nossa revisão, bem como de testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa inserida no âmbito do nosso trabalho, através da obtenção e revisão de evidências da mesma; e
- Verificação da consistência da informação constante do Relatório de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho.

Parer

7. Com base no trabalho efectuado, descrito no parágrafo 6 acima, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Sustentabilidade de 2008 da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto não tenha, em todos os aspectos materialmente relevantes, sido elaborado de modo a assegurar a aderência, ao nível de aplicação A+ das Directivas GRI, conforme declarado pela Empresa.

Lisboa, 9 de Dezembro de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Frade

**SUMÁRIO DOS CONTEÚDOS
DAS DIRECTRIZES DA GLOBAL
REPORTING INITIATIVE**

A abordagem a este Relatório, do mesmo modo que no ano passado, seguiu os princípios preconizados na Global Reporting Initiative (GRI G3), tendo sido realizado “de acordo com” as suas directrizes.

Apresenta-se a seguir um quadro de referência para os Indicadores do GRI G3, com indicação das páginas onde pode ser encontrada a informação relativamente a cada um.

perfil

1/4

referência	indicador	relato	localização ou reporte
estratégia e análise			
1.1	mensagem do presidente		mensagem do presidente do conselho de administração >> PÁG. 08
1.2	principais impactos, riscos e oportunidades		mensagem do presidente do conselho de administração >> PÁG. 08 a LIPOR >> 2.6 riscos e oportunidades >> PÁG. 51 a LIPOR >> 2.5 análise de materialidade >> PÁG. 45 a LIPOR >> objectivos organizacionais >> PÁG. 55
perfil organizacional			
2.1	nome da organização		enquadramento >> PÁG. 10
2.2	principais marcas, produtos e/ou serviços		a LIPOR >> 2.1 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR >> PÁG. 19
2.3	estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures		a LIPOR >> 2.1 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR >> PÁG. 25
2.4	localização da sede da organização		enquadramento >> PÁG. 10
2.5	número de países em que a organização opera e nome dos países em que as suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório		a LIPOR >> 1.2 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR, mapa municípios associados da LIPOR >> PÁG. 20
2.6	tipo e natureza jurídica da propriedade		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> PÁG. 25
2.7	mercados servidos		a LIPOR >> 2.1 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR >> PÁG. 24
2.8	dimensão da organização		a LIPOR >> o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR, tabela principais indicadores operacionais >> PÁG. 19
2.9	mudanças significativas ocorridas durante o período de elaboração do relatório, relacionadas com tamanho, estrutura e controlo accionista		não houve mudanças significativas na organização neste período
2.10	prémios recebidos durante o período de reporte		não foram recebidos quaisquer prémios durante o período de reporte
parâmetros do reporte — perfil do relatório			
3.1	período a que se refere o reporte (ano fiscal ou ano do calendário, por exemplo)		enquadramento >> PÁG. 10
3.2	data do relatório mais recente (se houver)		foram editados relatórios de sustentabilidade referentes aos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.
3.3	ciclo de reporte (anual, bienal, etc)		enquadramento >> PÁG. 10
3.4	contacto para questões relacionadas com o relatório ou o seu conteúdo		enquadramento >> PÁG. 11

referência	indicador	relato	localização ou reporte
parâmetros do reporte — âmbito do relatório			
3.5	processo para a definição do conteúdo do relatório		enquadramento >> PÁG. 10 e 11 a LIPOR >> 2.4 partes interessadas >> PÁG. 32 a 36 a LIPOR >> 2.5 análise de materialidade >> PÁG. 45 a 51
3.6	limites do relatório		enquadramento >> PÁG. 10 a LIPOR >> 2.1 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR >> PÁG. 25
3.7	outras limitações de âmbito específico		enquadramento >> PÁG. 11 informação complementar >> notas metodológicas >> PÁG. 150
3.8	base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras organizações que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações		enquadramento >> PÁG. 10 a LIPOR >> 2.1 o sistema integrado de gestão de resíduos da LIPOR >> PÁG. 19 e PÁG. 25
3.9	técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório		salvo algumas excepções devidamente assinaladas ao longo relatório, esta informação é disponibilizada nas notas metodológicas informação complementar >> notas metodológicas >> PÁG. 150
3.10	explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em relatórios anteriores e o motivo da reformulação		este ano houve a necessidade de acrescentar alguns dados relativos ao ano 2007, por ter sido possível fazer a sua recolha e quantificação, nomeadamente para o indicador EN3 e EN8.
3.11	mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório		não foram registadas mudanças significativas face a anos anteriores.
parâmetros do reporte — sumário dos conteúdos gri g3			
3.12	tabela que identifica a localização das informações do relatório de acordo com a gri g3		informação complementar >> sumário dos conteúdos das directrizes da global reporting initiative >> PÁG. 131
parâmetros do reporte — verificação			
3.13	políticas e práticas actuais em relação à verificação externa do relatório		enquadramento >> PÁG. 10 informação complementar >> relatório de verificação >> PÁG. 129

referência	indicador	relato	localização ou reporte
governance, compromissos e envolvimento — governance			
4.1	estrutura de governação da organização, incluindo comités sob o mais alto órgão de governação responsável por tarefas específicas, tais como o estabelecimento de estratégias ou supervisão da organização.		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> PÁG. 25 e 26
4.2	indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação seja também um director executivo (e se for, quais as suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição)		o presidente do conselho de administração não é director executivo da organização, delegando o conselho de administração esta função no administrador-delegado.
4.3	para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governação.		os membros do conselho de administração da lipor não são independentes, uma vez que têm interesse directo sobre a organização. nenhum destes administradores é executivo, uma vez que delegam a execução das tarefas diárias da organização no administrador-delegado.
4.4	mecanismos que permitem aos accionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação.		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> PÁG. 26
4.5	relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governação, directores executivos e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> avaliação do desempenho da governação >> PÁG. 29
4.6	processos em vigor no mais alto órgão de governação para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> avaliação do desempenho da governação >> PÁG. 29
4.7	processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> PÁG. 29 sendo um processo eminentemente político não há mais-valias em determinar as qualificações e conhecimentos dos membros do conselho de administração.
4.8	declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado de implementação		a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da lipor — os princípios da sustentabilidade >> declaração de princípios para a gestão >> PÁG. 30 a missão, a visão e os valores >> PÁG. 31 a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da lipor — os princípios da sustentabilidade, os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
4.9	procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> PÁG. 28 a LIPOR >> 2.6 riscos e oportunidades >> PÁG. 51
4.10	processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social.		a LIPOR >> 2.2 o governo da organização >> avaliação do desempenho da governação >> PÁG. 29

referência	indicador	relato	localização ou reporte
governance, compromissos e envolvimento — compromisso com iniciativas externas			
4.11	explicação sobre se e como a organização aplica o princípio de precaução.		a LIPOR >> 2.6 riscos e oportunidades >> PÁG. 51
4.12	cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.		a LIPOR é subscritora da carta de aalborg, a carta das cidades europeias para a sustentabilidade. a subscrição desta carta ocorreu no âmbito da promoção do projecto “futuro sustentável” e dos processos de agenda 21.
4.13	participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa.		a LIPOR >> 2.4 as partes interessadas >> stakeholders >> 2.4.7 associações sectoriais >> PÁG. 43
governance, compromissos e envolvimento — envolvimento das partes interessadas			
4.14	principais partes interessadas da organização		a LIPOR >> 2.4 as partes interessadas — stakeholders >> PÁG. 35 e 36
4.15	base para identificação e selecção das principais partes interessadas		2.4 as partes interessadas — stakeholders >> PÁG. 32 a LIPOR >> 2.5 análise de materialidade >> definição das questões materiais para a LIPOR >> PÁG. 45
4.16	abordagem para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a frequência, por tipo de parte interessada.		a LIPOR >> 2.4 as partes interessadas — stakeholders, tabela de stakeholders e mecanismos de envolvimento >> PÁG. 32 a 36
4.17	principais questões e preocupações apontadas pelas partes interessadas como resultado do envolvimento e como a organização responde a estas questões e preocupações.		a LIPOR >> 2.4 as partes interessadas — stakeholders, tabela de stakeholders e mecanismos de envolvimento >> PÁG. 35 e 36

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
desempenho económico				
abordagem de gestão para o desempenho económico		política		o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.1 abordagem da gestão >> PÁG. 63
		objectivos e desempenho		a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32 objectivos económico-financeiros >> PÁG. 70
desempenho económico — indicadores de desempenho económico				
indicadores de desempenho económico				
EC1	E	valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a investidores e governo.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.2 indicadores económicos >> PÁG. 65
EC2	E	implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas.	P	a LIPOR >> 2.6 riscos e oportunidades >> PÁG. 53
EC3	E	cobertura das obrigações referentes aos planos de pensões e benefícios definidos pela organização.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 68
EC4	E	apoio financeiro significativo recebido do governo.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 69
presença no mercado				
EC5	A	rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 69
EC6	E	políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 66
EC7	E	procedimentos para a contratação local e proporção de cargos da gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local em unidades operacionais importantes.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 69
impactos económicos indirectos				
EC8	E	desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços fornecidos, principalmente para benefício público, por meio de envolvimento comercial, em espécie ou actividades pro bono.	C	o desempenho da organização >> 3.1 o desempenho económico >> 3.1.3 indicadores económicos >> PÁG. 66
EC9	A	identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão desses impactos.	*	não foram aplicados procedimentos para identificar os impactos económicos indirectos significativos da organização e consequentemente não foi avaliada a sua extensão.

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
desempenho ambiental				
abordagem de gestão para o desempenho ambiental		política		o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.1 abordagem da gestão >> PÁG. 71 e 72
		objectivos e desempenho		a lipor >> 2.3 a visão, a missão e os valores da lipor — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
		responsabilidade organizacional		objectivos ambientais >> PÁG. 92
		sensibilização e formação		
		monitorização e acompanhamento		
desempenho ambiental — indicadores de desempenho ambiental				
materiais				
EN1	E	materiais utilizados por peso ou volume.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.1 materiais e matérias-primas >> PÁG. 73
EN2	E	percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.1 materiais e matérias-primas >> PÁG. 73
energia				
EN3	E	consumo de energia directa discriminado por fonte de energia primária.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.2 energia >> PÁG. 74
EN4	E	consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.2 energia >> PÁG. 75
EN5	A	energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.1 materiais e matérias-primas >> PÁG. 74
EN6	A	iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que utilizem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia daí resultante.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.1 energia, PÁG. 75
EN7	A	iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e as reduções obtidas.	C	O Desempenho da Organização >> 3.2 O Desempenho Ambiental >> 3.2.3 Indicadores Ambientais >> 3.2.3.1 Energia, PÁG. 76
água				
EN8	E	total do consumo de água por fonte.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.3 água >> PÁG. 77
EN9	A	fontes hídricas significativamente afectadas pela utilização de água.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.3 água >> PÁG. 77
EN10	A	percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.3 água >> PÁG. 77 apesar de estarem instaladas medidas para a reutilização de água e o seu aproveitamento não nos foi possível medir as reduções nos consumos nem as quantidades recirculadas.

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
biodiversidade				
EN11	E	localização e tamanho da área pertencente à organização, arrendada ou gerida dentro de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.4 biodiversidade >> PÁG. 78 não há áreas da lipor dentro de áreas protegidas ou em áreas de alto índice de biodiversidade.
EN12	E	descrição dos impactos significativos na biodiversidade de actividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	C	este indicador não é aplicável, uma vez que não há áreas da lipor dentro de áreas protegidas ou em áreas de alto índice de biodiversidade
EN13	A	habitats protegidos ou restaurados.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.4 biodiversidade, recuperação de passivos ambientais >> PÁG. 78
EN14	A	estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade.	*	dado não haver impactos significativos da lipor na biodiversidade, actualmente ainda não há uma estratégia sistematizada para a gestão destes impactos.
EN15	A	número de espécies na lista vermelha da iucn e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	*	não há nenhuma espécie presente nas áreas de influência das unidades operacionais que estejam nestas condições. o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.4 biodiversidade >> PÁG. 78
emissões, efluentes e resíduos				
EN16	E	total de emissões directas e indirectas de gases causadores do efeito de estufa por peso.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, emissões >> PÁG. 82
EN17	E	outras emissões indirectas relevantes de gases causadores do efeito de estufa por peso.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, emissões >> PÁG. 83
EN18	A	iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, emissões >> PÁG. 83
EN19	E	emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono por peso.	C	este indicador é apenas aplicável a produtores de produtos que contenham este tipo de substâncias, pelo que não é aplicável à LIPOR.
EN20	E	nox e sox e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, emissões >> PÁG. 84
EN21	E	descarga total de efluentes por qualidade e destino.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, efluentes >> PÁG. 85
EN22	E	peso total de resíduos por tipo e método de tratamento.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, resíduos >> PÁG. 87
EN23	E	número e volume total de derrames significativos	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.5 emissões, efluentes e resíduos, derrames >> PÁG. 90

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
emissões, efluentes e resíduos				
EN24	A	peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da convenção de basileia — anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.	C	não há nos nossos processos operacionais resíduos importados ou exportados pelo que este indicador é não aplicável.
EN25	A	identificação, tamanho, estado de protecção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados, significativamente afectados por descargas de água e drenagens realizadas pela organização relatora.	*	na lipor não há utilização intensiva de água, nem são realizadas descargas ou drenagens significativas, pelo que não foram identificados habitats afectados por descargas ou drenagem de água pelo que se considerou este indicador não aplicável.
produtos e serviços				
EN26	E	iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	P	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.6 produtos e serviços >> PÁG. 90
EN27	E	percentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	C	o desempenho da organização >> 3.2 o desempenho ambiental >> 3.2.3 indicadores ambientais >> 3.2.3.6 produtos e serviços >> PÁG. 91
conformidade				
EN28	E	valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com legislação e regulamentos ambientais.	C	não houve lugar a qualquer multa ou sanção não-monetária por incumprimento legal relacionado com questões ambientais.
transporte				
EN29	A	impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como o transporte dos trabalhadores.	*	este indicador não foi calculado. a maioria dos transportes realizados com os produtos, os materiais e os resíduos são da responsabilidade de terceiros.
geral				
EN30	A	total de investimentos e gastos em protecção ambiental, por tipo.	*	este indicador é difícil de avaliar, uma vez que o próprio trabalho da LIPOR tem como objectivo a protecção ambiental. este indicador não foi calculado.
desempenho social — indicadores de desempenho referentes a práticas laborais				
abordagem de gestão para as práticas laborais		política		o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.1 abordagem da gestão >> PÁG. 93 e 94
		objectivos e desempenho		a lipor >> 2.3 a visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
		responsabilidade organizacional		objectivos sociais >> PÁG. 122
		sensibilização e formação		
		monitorização e acompanhamento		
emprego				
LA1	E	total de colaboradores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	C	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais >> PÁG. 94
LA2	E	número total e taxa de rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região.	C	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais >> PÁG. 95
LA3	A	benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou em regime de meio tempo.	C	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais >> PÁG. 95

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
relações entre os trabalhadores e a governação				
LA4	E	percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais >> pág. 95 e 96
LA5	E	prazo mínimo de antecedência para notificação de mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação colectiva.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais >> pág. 96
segurança e saúde no trabalho				
LA6	A	percentagem de colaboradores representados em comités formais de segurança e saúde, compostos por gestores e colaboradores, que apoiam na monitorização e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, segurança, higiene e saúde no trabalho >> PÁG. 97
LA7	E	taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com a ocupação, por região.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, segurança, higiene e saúde no trabalho >> PÁG. 98
LA8	E	programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco implementados para dar assistência aos colaboradores, familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, segurança, higiene e saúde no trabalho >> PÁG. 97
segurança e saúde no trabalho				
LA9	A	temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, segurança, higiene e saúde no trabalho >> PÁG. 98
formação e educação				
LA10	E	média de horas de formação por ano, por colaborador, discriminadas por categoria funcional.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, formação e educação >> PÁG. 100
LA11	A	programas para a gestão de competências e formação contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e a gestão do fim da carreira.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, formação e educação >> PÁG. 99
LA12	A	percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, formação e educação >> PÁG. 99
diversidade e igualdades de oportunidades				
LA13	E	composição dos grupos responsáveis pela gestão de topo e discriminação dos colaboradores por categoria, de acordo com o género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, igualdade de oportunidades >> PÁG. 102
LA14	E	proporção da remuneração básica entre homens e mulheres por categoria funcional.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.1 práticas laborais, formação e educação >> PÁG. 102

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
desempenho social — indicadores de desempenho referentes a direitos humanos				
abordagem de gestão para os direitos humanos		política		o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.1 abordagem da gestão >> PÁG. 104 e 105
		objectivos e desempenho		a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
		responsabilidade e organização		objectivos sociais >> PÁG. 122
		sensibilização e formação		
		monitorização e acompanhamento		
práticas de investimento e de processos de compra				
HR1	E	percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluem cláusulas ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 105
HR2	E	percentagem de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106
HR3	A	total de horas de formação de colaboradores em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de colaboradores que recebeu formação.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106
não-discriminação				
HR4	E	número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106 não houve em 2007 nenhum caso de discriminação na LIPOR.
liberdade de associação e negociação colectiva				
HR5	E	operações identificadas nas quais o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação colectiva podem correr riscos significativos e as medidas tomadas para apoiar este direito.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106
trabalho infantil				
HR6	E	operações identificadas com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a sua abolição.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106
trabalho forçado ou análogo ao escravo				
HR7	E	operações identificadas com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a sua erradicação.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
práticas de segurança				
HR8	A	percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.2 direitos humanos >> PÁG. 106
direitos indígenas				
HR9	A	número total de casos de violação dos direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	c	não aplicável
desempenho social — indicadores de desempenho referentes à sociedade				
abordagem de gestão para a sociedade		política		o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.1 abordagem da gestão >> PÁG. 107 e 108
		objectivos e desempenho		a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
		responsabilidade organizacional		objectivos sociais >> PÁG. 122
		sensibilização e formação		
		monitorização e acompanhamento		
comunidade				
S01	E	natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade, incluindo a entrada e a saída.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 108
corrupção				
S02	E	percentagem e número total de unidades de negócio submetidas a avaliação de riscos relacionados com corrupção.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 109
S03	E	percentagem de colaboradores formados em políticas e procedimentos anti-corrupção da organização.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 110 não há, actualmente, formação nas áreas da corrupção.
S04	E	medidas tomadas como resposta à ocorrência de casos de corrupção.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 110 não ocorreram casos de corrupção pelo que não foram tomadas medidas de resposta.
políticas públicas				
S05	E	posição em relação a políticas públicas, participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 110
S06	A	valor total das contribuições financeiras e em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 111

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
concorrência desleal				
SO7	A	número total de acções judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio e seus resultados.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.3 sociedade >> PÁG. 111 a LIPOR é uma entidade sem concorrência na área que opera.
SO8	E	valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias por não-conformidade com leis e regulamentos.	c	não houve em 2008 multas inerentes ao funcionamento das nossas unidades operacionais nem aos serviços disponibilizados.
desempenho social — indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto				
abordagem de gestão para a responsabilidade do produto		política		o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.1 abordagem da gestão >> PÁG. 118 e 119
		objectivos e desempenho		a LIPOR >> 2.3 a visão, a missão e os valores da LIPOR — os princípios da sustentabilidade >> PÁG. 32
		responsabilidade organizacional		objectivos sociais >> PÁG. 122
		sensibilização e formação		
		monitorização e acompanhamento		
saúde e segurança do cliente				
PR1	E	fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando a melhoria e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 120
PR2	A	número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários em relação ao impacte dos produtos e serviços na saúde e na segurança do consumidor durante o ciclo de vida, por tipo de produto e ocorrência.	c	não houve nenhum caso de não-conformidade assinalado.
rotulagem de produtos e serviços				
PR3	E	tipo de informações sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a estas exigências.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 120
PR4	A	número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo.	c	não houve casos de não-conformidade com regulamentos de rotulagem dos nossos produtos
PR5	A	práticas relacionadas com a satisfação dos clientes, incluindo resultados de estudos para medir essa satisfação.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 121

referência	tipo	indicador	relato	localização ou reporte
comunicação e marketing				
PR6	E	programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados com a comunicação e marketing, incluindo publicidade, promoções e patrocínios.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 121
PR7	A	número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação e marketing, incluindo publicidade, promoções e patrocínios, por tipo.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 121
privacidade do cliente				
PR8	A	número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 121 não houve reclamações em relação à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
conformidade				
PR9	E	valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	c	o desempenho da organização >> 3.3 o desempenho social >> 3.3.3 indicadores sociais >> 3.3.3.4 responsabilidade pelo produto >> PÁG. 120 não houve em 2008 multas por não conformidade com regulamentos e legislação
E — indicador essencial; A — indicador adicional; c — reporte completo; p — reporte parcial; * — os indicadores assinalados não foram alvo de verificação externa				

acidente de trabalho é aquele que se verifique no local e tempo de trabalho e produza, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho.

aeróbio (aeróbico) ser vivo que utiliza oxigénio no seu metabolismo energético.

ambiente conjunto de sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do Homem (n.º2 do artigo 5º do D.L. n.º 11/87, Lei de Bases de Ambiente).

anaeróbio (anaeróbico) organismo que vive sem oxigénio livre.

antropogénico resultante da actividade humana.

APA (agência portuguesa do ambiente) Organismo integrado no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) que centra a sua acção no estudo, caracterização e inventariação de habitats e espécies e na gestão de Áreas Protegidas, sendo o rosto da administração pública em matéria de conservação da natureza.

áreas protegidas São áreas consideradas de interesse nacional, classificadas nas categorias de “parque nacional”, “reserva natural”, “parque natural” e “monumento natural” segundo DL N.º19/93, 23-01-1993, DR — I Série.

aterro sanitário Estrutura construída para o depósito de resíduos sólidos, que obedece a medidas de protecção e controlo rigoroso de modo a evitar a contaminação dos níveis freáticos bem como a libertação de biogás para a atmosfera.

balanced scorecard painel de indicadores de desempenho associados a diferentes perspectivas organizacionais — financeira, clientes, interna e aprendizagem e crescimento — que constitui uma ferramenta de gestão estratégica.

biodegradável substância/ composto/ material que pode ser decomposto por processos biológicos naturais.

biodiversidade/ diversidade biológica “Variabilidade entre organismos vivos de todas as origens [...]; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre espécies e dos ecossistemas” (Convenção da Diversidade Biológica).

biogás mistura de gases, com preponderância de metano, resultante da digestão anaeróbia de resíduos orgânicos.

co-geração produção simultânea, num processo único, de energia térmica e eléctrica.

combustão reacção química que origina uma chama, na presença de combustível, comburente e temperatura de ignição.

compostagem processo biológico de valorização da matéria orgânica presente nos resíduos, promovendo a sua decomposição, através da acção de microorganismos. O produto final é um material estável semelhante ao húmus, designado por composto.

compostagem caseira compostagem com características artesanais feita directamente pelos cidadãos para transformação na origem dos seus resíduos orgânicos em composto.

composto produto estabilizado resultante da compostagem, de cor acastanhada e que pode ser utilizado como fertilizante dos solos. O composto aumenta a concentração em nutrientes do solo, aumenta a sua capacidade de reter humidade e nutrientes e melhora a sua resistência à erosão.

CT (centro de triagem) instalação para a separação dos resíduos recolhidos selectivamente, acondicionamento e posterior envio para a reciclagem.

cve (central de valorização energética) instalação onde os resíduos são tratados por um processo térmico (incineração) aproveitando o calor libertado para a produção de electricidade.

cvo (central de valorização orgânica) instalação para o tratamento de resíduos orgânicos através de um processo de compostagem industrial, onde os resíduos orgânicos são transformados num composto orgânico.

desenvolvimento sustentável desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. O Desenvolvimento Sustentável só é possível através do equilíbrio entre os três pilares: economia, sociedade e ambiente.

digestão anaeróbia mineralização da matéria orgânica na ausência de oxigénio, tendo como principal objectivo a produção de energia, sob a forma de metano ou biogás, em alternativa aos combustíveis fósseis.

dióxido de carbono gás incolor, inodoro e não tóxico que faz parte do ar ambiente. Resulta da combustão de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural). Embora não tenha impacte directo na saúde, é um gás de efeito de estufa e contribui para o potencial de aquecimento global.

dioxinas compostos orgânicos tóxicos e cancerígenos que são subprodutos de muitos processos industriais como incineração de resíduos ou branqueamento de pasta de papel. É um poluente persistente e bioacumulável (acumula-se na cadeia alimentar e o organismo não é capaz de o eliminar) e a exposição do Homem às dioxinas pode causar problemas no sistema imunitário e no sistema reprodutor e aumento da incidência de cancro.

ecocentro parque vigiado com contentores de grandes dimensões para recolha e armazenamento selectivos de tipos de resíduos sólidos com viabilidade de valorização, recuperação e reciclagem, como os entulhos, madeiras e electrodomésticos.

ecoponto conjunto de contentores individuais para deposição selectiva de diferentes tipos de resíduos sólidos urbanos; cada contentor apresenta cor e sinalética específica, relativa ao tipo de material que pode ser depositado: contentor azul para papel e cartão; contentor amarelo para embalagens e metais; contentor verde para vidro e contentor vermelho, para pilhas.

ecossistema sistema complexo que inclui a comunidade viva, o seu meio e as suas interações, funcionando como uma unidade ecológica na natureza.

efeito de estufa fenómeno natural em que os gases que existem na atmosfera da Terra funcionam como camada protectora permitindo que o planeta permaneça quente. Se não existisse efeito de estufa a Terra seria cerca de 34 °C mais fria do que é hoje. O aumento da produção de gases como o dióxido de carbono, o metano e os clorofluorcarbonetos (CFCs) está na origem do aumento do efeito de estufa e consequentemente do aquecimento global. As consequências para o planeta são preocupantes e podem traduzir-se em alterações dos valores normais de precipitação, aumento das temperaturas médias, aumento do nível médio do mar e ondas de calor.

energia renovável é aquela que é obtida de fontes naturais capazes de se regenerar, como o sol, vento, rios, mares e oceanos, matéria orgânica e o calor da Terra.

ETAR (estação de tratamento de águas residuais) instalação para o tratamento de águas residuais, que podem ter origem doméstica ou industrial, para que estas não prejudicar os ecossistemas quando descarregadas em meio receptor (ribeiros, rios, lagoas, mar).

gás natural o Gás Natural é um recurso natural fóssil relativamente abundante e amplamente utilizado. O Gás Natural pode ser usado no estado gasoso – comprimido e na forma líquida. Este gás gera uma menor emissão de poluentes do que a gasolina. Pelo facto de gerar menor poluição o gás natural tem sido utilizado como combustível doméstico e ainda em transportes públicos em algumas cidades.

GEE (gases com efeito de estufa) gases que criam uma espécie de estufa, permitindo a entrada de radiação solar mas absorvendo parte da radiação infravermelha (calor) irradiada pela superfície terrestre. Os GEE mais importantes são o CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano), o N₂O (óxido nitroso), o SF₆ (hexafluoreto de enxofre) e o ozono (troposférico). A queima de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo (responsáveis por cerca de 75% das emissões antropogénicas de CO₂ para a atmosfera), fogos florestais, alterações no uso do solo, os transportes e a deposição em aterro são algumas das fontes antropogénicas de GEE.

gestão integrada de resíduos gestão alicerçada numa hierarquia de opções que permitem de forma complementar a valorização e o tratamento de todas as fracções dos resíduos. A hierarquia adoptada internacionalmente passa pela Prevenção — Reutilização — Reciclagem (multimaterial e orgânica) — Valorização Energética — Confinamento Técnico.

GRI (global reporting initiative) é uma rede de múltiplos parceiros internacionais que desenvolveu um enquadramento de reporte da sustentabilidade, designadamente directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, suplementos sectoriais e protocolos para os Indicadores.

inerte sem actividade química. Não reactivo.

instalação de incineração unidade dedicada ao tratamento térmico de resíduos, com ou sem recuperação da energia térmica gerada pela combustão.

lixiviado líquido recolhido do aterro, resultante da percolação das águas da chuva pelo aterro, assim como da água inicialmente contida nos resíduos depositados; A composição química dos lixiviados varia com a composição química dos resíduos depositados, pelo que devem ser sujeitos a tratamento numa ETAR para remoção de compostos tóxicos e diminuição da carga orgânica antes de poderem ser descarregados nas linhas de água.

metais pesados Elementos metálicos com elevado peso molecular: cádmio, chumbo, cobre, crómio, mercúrio, prata, zinco, etc. São normalmente tóxicos para plantas e animais. Nalguns casos não existem limites de segurança abaixo dos quais se possa garantir uma exposição isenta de consequências para a saúde.

metano composto químico gasoso (CH₄) que contribui significativamente para o efeito de estufa e se forma por degradação da matéria orgânica em condições anaeróbias, dando origem a odores desagradáveis. É um gás com elevado potencial de efeito de estufa.

monstros resíduos sólidos de grandes dimensões, como os electrodomésticos e mobiliário.

prevenção base da pirâmide da Hierarquia das Opções de Gestão de Resíduos, em que se promove a diminuição da quantidade de resíduos ao nível da produção.

princípio do poluidor-pagador princípio que prevê que as despesas de combate e redução da poluição (nomeadamente da Gestão de Resíduos) devem ser suportadas pelo seu produtor (poluidor).

princípio da precaução princípio em que são tomadas medidas sempre que haja motivos razoáveis de preocupação quanto a riscos para a saúde pública e ecossistemas, mesmo que não haja provas concludentes de uma relação de causalidade entre as substâncias introduzidas e os efeitos causados.

protocolo de quioto acordo internacional, complementar à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, através do qual os países industrializados assumem o compromisso de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 2% no período 2008 a 2012, relativamente ao ano de 1990.

reciclagem processo de reaproveitamento de materiais em que estes são recuperados e transformados em novos produtos. A reciclagem permite poupar matéria-prima pois os resíduos são utilizados para o fabrico de novos produtos. A reciclagem pode ser artesanal ou industrial e normalmente o produto reciclado é diferente do produto inicial.

recolha selectiva recolha de resíduos separados na fonte pelo produtor. Pode ser realizada recorrendo a diferentes estruturas como os Ecopontos, os Ecocentros, a Recolha porta-a-porta e o recurso a circuitos de recolha especiais.

rede natura 2000 rede ecologicamente coerente de áreas protegidas definida segundo critérios de protecção de fauna e flora, de acordo com o estabelecido nas directivas comunitárias conhecidas por "*Directiva das Aves*" e "*Directiva Habitats*".

resíduo perigoso resíduo ou combinação de resíduos que apresenta um risco substancial presente ou potencial para o homem ou para outros organismos vivos. Resíduos que apresentam elevada toxicidade para a saúde e/ ou ambiente.

resíduos materiais e produtos que o seu detentor considera não terem valor suficiente para serem conservados e dos quais se pretende desfazer.

resíduos orgânicos materiais de origem biológica que podem ser objecto de compostagem ou fermentação.

RSU (resíduos sólidos urbanos) resíduos sólidos provenientes de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações (Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro).

reutilização sempre que seja possível aproveitar componentes em utilizações análogas e sem alterações. Uma das estratégias de prevenção para diminuir a quantidade de resíduos.

stakeholder (parte interessada) grupo que afecta e/ou pode ser afectado por actividades, produtos ou serviços de uma organização e pelo seu desempenho.

tratamento biológico processo destinado a facilitar a valorização da matéria orgânica através de algum tipo de actividade biológica controlada.

triagem separação rigorosa dos materiais nos seus diferentes fluxos, de modo a encaminhá-los para um destino final adequado (normalmente para reciclagem).

valorização energética produção de energia pelo aproveitamento do calor gerado (normalmente através da produção de vapor) pela combustão (a temperaturas na ordem dos 1100°C) de resíduos. A energia produzida pode ser térmica ou eléctrica.

NOTAS METODOLÓGICAS

Apresentam-se de seguida algumas notas que pretendem ajudar na compreensão dos cálculos efectuados e da metodologia utilizada na compilação dos indicadores de desempenho.

EC1 Os valores reportados neste indicador correspondem aos valores que constam na Demonstração de Resultados. Na rubrica Pagamentos ao Governo, o valor do IVA não foi considerado, uma vez que a LIPOR é uma entidade, por natureza, credora de IVA.

EC6 Os valores reportados neste indicador correspondem a pagamentos efectuados no ano e incluem os pagamentos de juros e empréstimos a instituições bancárias.

EN1 Neste indicador foram utilizados, sempre que possível, os registos dos consumos reais. Sempre que tal não foi possível foram utilizados os valores de materiais e matérias compradas.

EN2 Para o cálculo da percentagem de matérias utilizadas provenientes da reciclagem foi utilizada a fórmula:

$$\text{EN2 (\%)} = \frac{\text{materiais reciclados utilizados}}{\text{total de materiais}} \times 100$$

EN3 No cálculo deste indicador foi utilizada a tabela de conversão do Protocolo de Indicadores Ambientais do GRI, na sua 3ª versão.

Em relação à conversão de litros para galões, e por falta de indicação no GRI, optou-se por utilizar o factor de conversão dos Estados Unidos, designadamente:

$$1 \text{ galão US} = 3,78541178 \text{ litros}$$

EN4 Para o cálculo deste indicador foi utilizado o “mix” energético disponibilizado pela Direcção Geral de Energia e Geologia — Divisão de Planeamento e Estatística, ano de 2007. Não foram encontradas referências bibliográficas mais recentes pelo que se optou por utilizar estes dados para o cálculo do indicador. Ver separador DGE07.

Não foram apresentados os valores de energia consumida por fonte primária para fornecimento de energia uma vez que não se dispõe de informação actualizada sobre as perdas na produção de energia eléctrica (dados bibliográficos mais recentes reportam a 1998). Para a conversão de wh para J foi utilizado o factor de conversão: $1 \text{ kWh} = 0,0036 \text{ GJ}$

EN6 *Substituição de Telhas* A substituição de telhas por telhas transparentes permite não ligar a luz artificial tão cedo, nomeadamente durante o dia. Foi determinado o número de horas médio diário — 12, e os meses em que a iluminação é suficiente (são considerados 6 meses ao longo do ano). Assim, desde o início da implementação até ao final do mês de Dezembro, foram contabilizados apenas os meses de Agosto, Setembro e Outubro (dois meses e meio).

Com a potência e o número de lâmpadas desligadas consegue-se determinar a poupança neste tempo considerado.

Desactivação de luminárias Em relação à iluminação exterior, esta é controlada por um sensor de luminosidade. Como o número de horas nocturnas varia ao longo do ano, considerou-se uma média de horas de funcionamento de 10 horas diárias.

O início da desactivação ocorreu no dia 9 de Maio de 2008, tendo-se contabilizado para estes cálculos 8 meses. Mais uma vez, os cálculos são realizados tendo em atenção a potência e o número de lâmpadas desligadas.

EN16 O cálculo destes valores de emissão foi realizado pela E.Value, no seguimento do trabalho realizado no cálculo da “*Pegada Carbónica da LIPOR*”.

Genericamente, e para a contabilização de emissões foi utilizada a metodologia geral do The Greenhouse Gas Protocol, elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World Resources Institute (WRI).

Em viagens e deslocações são contabilizadas as emissões directas da combustão no veículo, durante o trajecto, excepto no caso de veículos com tracção eléctrica, em que são contabilizadas as emissões indirectas associadas à produção da electricidade consumida.

No consumo de combustíveis (excepto transportes) são consideradas: as emissões directas da combustão.

As emissões indirectas correspondem à produção da electricidade consumida.

Os resultados são apresentados em CO₂ equivalente, utilizando os valores mais recentes, e utilizados para efeitos de inventário nacional, de Potencial de Aquecimento Global (PAG). Os factores de emissão são os recomendados pelo Intergovernmental Panel for Climate Change (IPCC), ajustados à realidade Portuguesa, sempre que relevante. Nessas situações são utilizados dados publicados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE) e Instituto Nacional de Estatística (INE).

As metodologias de cálculo de emissões de GEE associados às actividades de gestão de resíduos constam do documento de referência publicado pelo Instituto do Ambiente (NIR — National Inventory Report).

Tratamento e deposição de resíduos no solo Para a estimativa das emissões de metano (CH₄) foi empregue o método FOD (First Order Decay).

Neste caso do Confinamento Técnico consideram-se as emissões totais, i.e., associadas à deposição de resíduos no solo desde 1982.

Incineração de resíduos As emissões de GEE relativas á incineração de resíduos foram estimadas por duas metodologias diferenciadas. As emissões de CO₂ foram estimadas por aplicação da metodologia de cálculo das fracções de carbono fóssil. As emissões de CH₄ e N₂O foram estimadas por aplicação directa de factores de emissão.

Tratamentos biológicos: compostagem O inventário de emissões de GEE da LIPOR baseia-se nas Guidelines do IPCC de 2000, actualmente vigente para efeitos do Inventário

Nacional. As novas Guidelines publicadas incluem novas actividades e emissões directas associadas, em concreto as emissões directas de Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O) associadas ao tratamento biológico de resíduos sólidos.

A Compostagem, enquanto tratamento biológico de resíduos, é um processo aeróbio em que uma fracção maioritária do carbono orgânico degradável (COD) dos resíduos é convertida em dióxido de Carbono (CO₂). O Metano (CH₄) é formado em zonas anaeróbias embora seja oxidado nas zonas aeróbias. As emissões de CH₄ para a atmosfera resultantes são reduzidas podendo variar desde 1% até 6% do “input” inicial de carbono. O processo de compostagem pode ainda produzir Óxido Nitroso (N₂O), cujas emissões podem variar desde valores abaixo de 0,5% até 5% do input inicial de azoto. Os factores de emissão utilizados foram os “default values” do IPCC.

Consumo de combustíveis (combustão fixa) O cálculo de emissões directas associadas à utilização de combustíveis no local recorre à utilização de factores de emissão de referência para os respectivos combustíveis (Gasóleo e Gás Natural) no âmbito do National Inventory Report (NIR) e do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transportes e mobilidade: Transporte aéreo Emissões directas da combustão, durante o trajecto: Factor de emissão para aeronave e taxa de ocupação média, em cada tipologia de trajecto, incluindo consumos durante descolagem e aterragem, distâncias lineares sobre a superfície terrestre calculadas com base nas coordenadas geográficas, Não estando disponíveis valores de referência individuais para PAG em altitude, é utilizado o Índice de Força Radiactiva (RFI — Radiactive Forcing Index) para o conjunto dos gases emitidos, por referência ao CO₂, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transporte rodoviário: Emissões directas da combustão, durante o trajecto Factor de emissão, por tipologia de veículo, a gasolina e a gasóleo, considerando a composição e taxa de ocupação médias do parque nacional automóvel, ponderando trajectos urbanos e em auto-estrada, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transporte ferroviário: Emissões indirectas da produção de electricidade consumida na tracção Factor de emissão para comboio eléctrico, ponderado para percursos suburbanos e inter-cidades, considerando taxa de ocupação média. Valores para energia de tracção em Portugal, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Emissões indirectas (electricidade): As emissões indirectas correspondem às emissões da LIPOR enquanto consumidor de energia, determinadas com base nos seguintes pressupostos Factor de emissão da electricidade consumida em Portugal considerando a composição e utilização do parque electroprodutor (valor médio dos três anos mais recentes para os quais existem dados disponíveis: 2002–2004). Para a electricidade importada assumem-se emissões específicas iguais às da electricidade produzida em Portugal, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O,

Fontes de Informação APA, 2006; National GHG Inventory Submission to UNFCCC, Abril 2006; DGEE, 2006; Produção e consumo de energia eléctrica 1994-2004.

EN17 Relativamente aos consumos de combustíveis e transportes a metodologia utilizada é a empregue na CarbonoZero®.

Foram utilizados dados médios de ocupação e consumos no caso em que apenas estavam disponíveis as distâncias percorridas. Nos casos em que existe informação sobre os consumos aplicamos directamente os Factores de Emissão aos consumos monitorizados.

Este indicador apenas inclui as deslocações em serviço, nomeadamente carro de aluguer, avião, comboio ou autocarro.

LA2 Para o cálculo da taxa de rotatividade, foram utilizados os dados de saídas no período e de número de colaboradores a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a fórmula:

$$LA2 (\%) = \frac{\text{número de saídas}}{\text{número de saídas} + \text{total a 31/dez}} \times 100$$

LA7 No cálculo dos índices de Gravidade e Frequência a contabilização dos dias perdidos de baixa foi realizada a partir do dia do acidente do colaborador. Além disso os dias perdidos correspondem a dias de trabalho efectivo. Em 2008 não houve doenças profissionais.

Em 2008 foram apenas considerados colaboradores com vínculo efectivo à LIPOR uma vez que os consultores e trabalhadores independentes não foram contemplados no seguro de trabalho da LIPOR. Desta forma foram considerados apenas os 239 colaboradores directos.

Em relação aos temporários, a sua contabilização não contribui para estes valores, uma vez que a responsabilidade neste caso é da empresa prestadora do serviço, em 2008 a Select.

Em relação ao cálculo da Taxa de Absentismo, os dias considerados não incluem as Licenças de Maternidade e Paternidade, falecimento, o estatuto de trabalhador estudante, doações de sangue, sindicatos e assistência à família. Não são consideradas também férias nem tolerâncias de ponto.

Em termos de horas trabalhadas, foram considerados apenas os dias trabalháveis (retirando os dias de férias a que o colaborador tem direito) no caso da taxa de absentismo e no caso dos índices de Gravidade e Frequência a este valor foram adicionadas as horas extra-ordinárias efectivamente trabalhadas.

LIPOR, RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2008

Concepção Gráfica

3pancadas

info.3pancadas@gmail.com

Fotografia

Paulo Carvalho

